

JUNHO de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, Jornal Expansão, Jornal o País, Semanário Economico, Revista Economia e Negócio, Revista África e Revista Vida
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 A Diversidade que Não existe	1
1.2 Crescimento do PIB 9,1 % em 2012 e 8,8% em 2013	2
1.3 Nova administração preferiu não reagir	2
1.4 A aldeia que era nova está a ficar velha	3
1.5 O Gigante é frágil e tem mesmo pes de Bairro	4
1.6 Inflação cai para 10,51 em Maio	5
1.7 Preço da cesta básica RDUZ 2% nos últimos 12 meses	6
1.8 Programa de combate à pobreza tem resultados "muito positivos"	7
1.9 Sociedade dá contributo para erradicar a pobreza	9
1.10 Distribuir sem emprego	9
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>II</b>
2.1 Executivo e os bancos rebricam acordo para a linha de concessão de crédito	11
2.2 Instituição pública está preocupada com ausência de reembolsos ao BPC	11
2.3 Crédito bonificado ascenderá a USD 1,43 mil milhões	12
2.4 Bancos disponibilizam até 1,4 mil milhões de dólares	13
2.5 Crédito a particulares com níveis de risco aceitáveis	13
2.6 O Executivo quer ir ao encontro das expectativas dos cidadãos	15
2.7 Empresários recebem certificados para acederem ao crédito bancário	16
2.8 Micro-créditos para jovens no Negage	17
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>I 8</b>
3.1 Administração de Viana limita venda ambulante	18
3.2 Os "CANGULOS" podem ser classificados como transporte de tracção humana.	18
3.3 Polícia económica faz vista grossa	19
3.4 Venda ambulante junto à linha férrea está a preocupar autoridades da Caála	20
3.5 Exploração de menores ainda é vigente	21
3.6 Balcão único do empreendedor tem grande adesão	21
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>24</b>
4.1 Função pública com mais alguns kwanzas	24
4.2 OGE 2012 com superávit superior a 8,3% do PIB	24
4.3 Excedente do OGE 2011 atingiu 8,3 % do PIB e crescimento será mais moderado até 2014	26
4.4 Cooperação entre Angola e China é útil para a reconstrução nacional	27
4.5 Governo garante créditos bonificados	28
4.6 Crédito com risco mitigado	29
4.7 Novo sistema tributário necessita participação de toda sociedade	30
4.8 Seguro agrícola	31
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>33</b>
5.1 Agentes no Cazenga registam moradias	33
5.2 Implementação das autarquias locais passa pelo princípio do gradualismo	33
5.3 Cabinda está farta das promessas do MPLA e de JES	33

5.4	Administrador Municipal anuncia projectos sociais	34
5.5	Executivo projecta novo censo populacional para 2013	34
5.6	A pior governação entre os municípios do Bengo	36
5.7	Disputa Religiosa	37

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 39

6.1	Famílias recebem terrenos ematerial de construção	39
6.2	Moradores querem autocarros da Tcul	40
6.3	Famílias realojadas no Zango IV	40
6.4	Kora Angola Falha previsão de início de venda de imóveis	40
6.5	Sonho da casa do Kilamba	41
6.6	Casas sociais em construção na província	42
6.7	Povoação de Cangala com casas evolutivas	42
6.8	Catoca constrói milhares de casas para funcionários	42
6.9	Atrasos na construção de habitações preocupam Ministério do Urbanismo	43
6.10	Moradores clamam por mais atenção	43
6.11	Zango enche de alegria novos inquilinos	45
6.12	Centenas de casas foram vendidas no Kilamba	46
6.13	Maior projecto habitacional da região é construído a partir do a partir do mês de Julho	46
6.14	Atrasos na construção de habitações preocupam Ministério do Urbanismo	48

## 7. TERRA 49

7.1	Reserva fundiária do Estado livre de minas e explosivos	49
7.2	Posse de terra	49
7.3	Burla aos cidadãos	50
7.4	Governo rebate acusações	52
7.5	Venda de terreno atira camponeses a fome	52
7.6	BDA quer acabar com fazendeiros de fim-de-semana	53
7.7	A Mão pesada do GPL	53
7.8	Casas de chapas expandem-se por Cacuaco	54
7.9	Moradores da fuba acusam administração de corrupção	56
7.10	Água e luz graças ao general Kopelipa	57

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 58

8.1	Tri-ambiente admite dificuldade na recolha de lixo no Rangel	58
8.2	Um problema para o meio Ambiente	58
8.3	Produção de lixo atinge 3.4 milhões de toneladas este ano	60
8.4	Bons exemplos	61
8.5	GPL "Puxa orelha" das concessionárias	62
8.6	Antigos deputados desvia a conduta de água	62
8.7	Mais população menos água	63
8.8	Via rápida Luanda/viana com canal de escoamento	64
8.9	Sambizanga prepara locais para a transferência de lixo	64
8.10	Mavinga tem novo sistema de captação	64
8.11	EPAL inaugura maior centro de distribuição	65
8.12	Fuga ao fisco no Cunene preocupa as autoridades	65
8.13	Projectados fontenário no bairro da Camoma	66
8.14	Crime com armas preocupa a Polícia	66
8.15	Cela regista casos de violência doméstica	66
8.16	Senhores do crime encontraram poiso	67
8.17	Um buraco na parade de um cyber	68
8.18	Empresa faz reposição da rede de água	68

8.19	Metade da população tem água potável	69
------	--------------------------------------	----

## **9. GÉNERO E VIOLENCIA** **70**

9.1	É Cultura do Angolano bater mulher?	70
9.2	Desmobilizados das Faa cada vez mais perigosos	71
9.3	Fuga ao fisco no Cunenne preocupa as autoridades	71
9.4	Crime com armas preocupa a Polícia	72
9.5	Cela regista casos de violência doméstica	72
9.6	Um buraraco na parade de um cyber	73
9.7	Senhores do crime encontraram poiso	73

## **10. AMBIENTE** **75**

10.1	Madereiros sem dinheiro exigem ordem na exploração das florestas	75
10.2	Um problema para o meio ambiente	76
10.3	Falta de chuvas no Cunene provoca baixa na produção	77
10.4	Agressão à floresta preocupa autoridades	78
10.5	Camponeses vítimas de seca recebem, apoio	78

# 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 A Diversidade que Não existe

*Novo Jornal*

*8 de Junho de 2012*

"A dependência das finanças Públicas relativamente ao sector petrolífero é um factor de instabilidade do ciclo de negócios". Foi assim que o economista e responsável do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), Alves da Rocha, iniciou a apresentação do Relatório Económico de 2011, apresentado quarta-feira, em Luanda. A dissertação debruçou-se sobre o peso da economia petrolífera no país, ressaltando que apesar dos discursos e dos números mais-ou-menos surpreendentes (e positivistas) a realidade é crua: "A análise dos dados de produtividade confirma as dúvidas e interrogações que o CEIC " tem colocado ao longo dos últimos" anos.

Não se registando melhorias nos serviços de extensão e assistência técnica e na qualidade das sementes e do material vegetativo utilizado, não tendo havido aumento significativa no consumo de fertilizantes, não se compreende que as produções por hectare do milho e da mandioca possam atingir as cifras apresentadas; pelo governo, lembrou Alves da Rocha.

O padrão de diversificação numa economia, segundo o investigador Alves da Rocha, pode ser analisado em "diferentes níveis da cadeia de valor" substituição de importações (pela via de eficiência e não por mecanismos administrativos de protecção, que só geram burocracia e corrupção), a produção de produtos intermédios, a valorização dos recursos humanos nacionais (redução da dependência de expatriados), a inovação tecnológica (no mínimo uma "cópia criativa" à boa maneira japonesa e chinesa) e "o aproveitamento das matérias-primas nacionais e o destino das exportações".

Também pelo mesmo caminho argumentativo avançou o economista e investigador do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) de Lisboa, Portugal, Manuel Ennes Ferreira, que tem dedicado o seu trabalho ao nosso país. "Durante algum tempo houve uma espécie de doutrina mundial que preconizava um Estado cada vez mais pequeno, cada vez menos participativo na economia dos países.

Hoje sabemos que esse caminho é errado e sabemos também que sem sector produtivo não vamos a lado nenhum", lembrou Ennes Ferreira.

O professor catedrático, que esteve na origem e na fundação do CEIC há dez anos atrás, fez ainda uma incursão pelo binómio protecção e política industrial. "Na minha opinião, Angola está a entrar numa fase da sua história económica onde começa a fazer falta uma verdadeira política industrial. Devemos acabar com as decisões pontuais e com as soluções milagrosas para começar a pensar a longo prazo. Todos entendemos que há um objecto superior que é a estabilização macroeconómica. Esta foi, entretanto, atingida com algum sucesso", recorda o investigador. "Mas e o que se deve fazer a seguir para diversificar verdadeiramente a economia?", questiona Ennes Ferreira.

"Penso que é possível encontrar um meio-termo qualquer entre a estabilização macroeconómica, que é sem dúvida importante, e a necessidade de financiar e agitar a verdadeira economia real- que são as empresas", defende o economista Manuel Ennes Ferreira. Outro dos participantes da conferência foi o investigador em Oxford (Reino Unido), Ricardo Soares de Oliveira, que apresentou um "panorama sobre influência da economia petrolífera em África. "Angola, desde 2002, fez um caminho mais ou menos estável, onde houve Um claro enfoque na recuperação de infra-estruturas básicas como estradas, aeroportos, telecomunicações, entre outros investimentos. Mas este momento está a chegar ao fim. E eu diria que o verdadeiro desafio político será enfrentado nos próximos anos porque a transformação da sociedade ainda não ocorreu", frisa Soares de Oliveira.

Ricardo Soares de Oliveira recordou também quero petróleo não tem sido uma alavanca para a solidificação dos estados africanos", nem tão pouco uma forma de "distribuição de riqueza". "Ou seja, o cenário económico nos países africanos produtores de petróleo melhorou, mas não melhorou proporcionalmente. Podemos constatar esta realidade lembrando também que os últimos dez anos, quando a produção petrolífera em África aumentou de forma exponencial, não resultaram em mudanças políticas de fundo", explica.

Para tentar mudar a realidade, Ennes Ferreira diverge do tratamento aplicado e defendido pelo governo angolano e também pelas instituições internacionais, com o Fundo Monetário Internacional ( FMI) á cabeça.

“ Porque é que as reservas internacionais, situadas a volta de 28 biliões de dólares ( o equivalente a seis

meses de importação) não são utilizadas para dinamizar a micro-economia? É certo que poderia trazer algum impacto na inflação, por exemplo, também seria uma forma de implementar uma política industrial viável e com um objectivo de médio e longo prazo, sugere Manuel Ennes Ferreira.

“ É agora que começamos o trabalho mais difícil – aquele que vai trilhar o caminho da transformação. E a partir daqui a história é outra “, acredita Ricardo Soares de Oliveira.

## 1.2 Crescimento do PIB 9,1 % em 2012 e 8,8% em 2013

*Novo Jornal*

*8 de Junho de 2012*

A economia Angolana deverá crescer 9,1 por cento este ano e 8,8 por cento em 2013, segundo as estimativas do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola.

No "Relatório Económico de Angola", o CEIC considera que o ano em curso "dirá se a retoma do crescimento económico em Angola se fará com a mesma intensidade da verificada durante a 'mini-idade de ouro", que decorreu entre 2004 e 2008, quando a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 17 por cento, "a maior de África e uma das maiores do mundo". "Não estará a economia angolana a entrar num período de crescimento menos intenso, ainda que bastante positivo?", questiona o CEIC, num resumo do relatório, a que a agência Lusa teve acesso. As perspectivas do CEIC para o crescimento do PIB de Angola em 2012 - de 9,1 por cento são mais optimistas do que as do Banco Mundial (8,1 por cento) e do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD - 8,2 por cento) e mais pessimistas do que as do governo de Luanda (9,8 por cento) e do Fundo Monetário Internacional (FMI - 9,7 por cento).

Já as perspectivas para 2013 de 8,8 por cento, são melhores do que as do FMI (6,8 por cento) e do BAD, de 7,1 por cento. Para 2014, o CEIC prevê um crescimento económico de 7,5 por cento do PIB.

A previsão do abrandamento do crescimento económico em 2013 e 2014 tem em conta "o risco de a economia mundial poder entrar novamente em recessão", explica o resumo do relatório apresentado, em Luanda, quarta-feira.

## 1.3 Nova administração preferiu não reagir

*Novo Jornal*

*8 de junho de 2012*

O Novo Jornal tentou obter uma reacção da nova administração do projecto Aldeia Nova. A proposta foi declinada pelo diretor-adjunto, José Bettencourt. Ao telefone, e após alguma insistência, o gestor pediu "imensas desculpas" mas considerou que o momento "não é o ideal". "Há várias coisas que estão a ser reavaliadas e há ainda muita pedra por partir. Talvez daqui a um mês e meio, dois meses, possamos voltar a falar. Agora não é mesmo oportuno", explicou.

O projecto Aldeia Nova, lançado em Dezembro de 2003 com a participação do Estado angolano (sob tutela do Ministério das Obras Públicas, no consulado de Higinio Carneiro), evoluiu depois para uma empresa denominada Aldeia Nova Sociedade Anónima.

A mudança também passou pela tutela: agora o Aldeia Nova. Está sob a égide do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Em declarações no programa "Espaço Público" da Televisão Pública de Angola, ainda em 2011, o ministro da Agricultura, Pedro Canga, afirmou que após a sua idealização o projecto "começou a registar dificuldades na fase de execução devido aos custos de produção".

Segundo o ministro, na altura, "o projecto ressentiu-se igualmente dos custos inerentes à manutenção das infra-estruturas logísticas e, sobre – tudo, com gastos em combustíveis para manter em funcionamento a fábrica de leite".

"Face a essas dificuldades, era necessário mudar a filosofia do projecto, tornando-o numa empresa auto-sustentável que não dependa do orçamento geral do estado, foi por isso que se criou a Aldeia Nova Sociedade Anónima para gerir os activos do Estado," precisou.

De acordo com o governante, a empresa está em fase de estruturação e prepara-se para pagar as suas dívidas para com fornecedores.

Pedro Canga realçou que, "apesar das dificuldades", nas instalações do Projecto Aldeia Nova continuava "a ser produzido leite, frango, ovos e outros bens alimentares". Algo que já não acontece actualmente.

O Aldeia Nova representa um investimento de 70 milhões de dólares na sua fase inicial e contemplava a integração de 600 famílias.

## 1.4 A aldeia que era nova está a ficar velha

*Novo Jornal*

*08 de Junho de 2012*

Eu vim da Gabela em 2006 e agora faço como? Não vou voltar para trás ... Já se passaram seis anos", lembra Frederico de Oliveira, 47 anos de idade.

Tem um ar de jovem adulto. Está parado junto da sua casa castanha e telhado cor-de-tijolo.

São quase todas iguais. Algumas pessoas movimentam-se no quintal, estamos na Aldeia 2. Um pedaço de terra de três hectares (que todos os beneficiários receberam) está meio-abandonado. Ao lado, aquilo que deveria ser um aviário é neste momento um armazém de ar-puro. E de deterioração de material de trabalho. É um armazém de sonhos adiados.

Frederico está de braços cruzados e o sol da manhã ilumina o seu rosto. Está calmo, apesar de tudo. "As coisas correram bem durante o primeiro ano. Foi-nos dado um pedaço de terra e um negócio, que no meu caso estava virado para a produção de ovos.

Cuidávamos das galinhas. Quando chegasse a altura certa, vendíamos os ovos no Centro Logístico. Cheguei a ter rendimentos de 200 a 300 dólares mensais", recorda o beneficiário do Projecto Aldeia Nova, situado na cidade do Waku - Kungo, província do Kwanza-Sul.

Os rendimentos, claro, dependiam da produtividade e do empenho de cada um. Todos os que ali foram integrados, ou quase todos, são ex-militares. Seiscentas famílias no total. Nas aldeias construídas e recuperadas do tempo colonial, e são quinze, foram colocados ex-militares de várias origens, de várias patentes e com diferentes perfis. No início (o projecto foi inaugurado oficialmente pelo Presidente da República em 2005) todos tinham direito a um subsídio, que foi sendo retirado à medida que a produção ia aumentando. Outros trabalhavam e eram assalariados dos departamentos logístico, administrativo e social do empreendimento. Hoje, a maioria está sem salário há cinco meses e sem o 130 mês relativo a 2011.

"Ele [o Frederico] até que está a fazer uma boa coisa!", aponta de forma serena e voz baixa

o mais-velho Anacleto, coordenador social na Aldeia 2 - que tem um total de 50 casas para 40 aviários. "O Material dos aviários não é de grande qualidade. As lonas estragam-se facilmente com o vento. E assim sem trabalhar pior ainda, claro", frisa Anacleto em conversa com o Novo Jornal. Frederico de Oliveira, como tem a esperança de voltar a produzir os seus ovos nos próximos meses, antecipou-se ao futuro e meteu as mãos no aviário - limpou tudo e está agora a cimentar o chão.

"Neste momento estamos a nos remediar como podemos. Uns arranjam trabalho fora do projecto, outros têm as suas lavras e vão sobrevivendo com aquilo que ganham da terra. Mas as pessoas não estão de boa consciência", atira Frederico. Oficialmente o Aldeia Nova representou um investimento inicial de 70 milhões de dólares, mas os custos operacionais aumentaram a factura em outros largos milhões de dólares. A rede de energia, por exemplo, (que neste momento funciona com algumas falhas) é alimentada por geradores. E todos os custos de manutenção e de instalação devem ser igualmente contabilizados nesta equação.

"NÃO CAIU, PAROU MESMO" Mesmo para um perfeito ignorante em pecuária as vacas estão magras. Escanzeladas. Movimentam-se com aparente dificuldade - não pastam. Parece que estão à espera de ser pastadas. Uma das salas de ordenha ("de luxo", como alguém um dia as caracterizou) está desactivada. A outra funciona a meio-gás. Em tempos não muito longínquos técnicos de veterinária angolanos (formados no projecto) recebiam as donas do leite, verificavam o seu chip "vital" - Onde estão registados os dados relevantes do animal - e processavam o leite fresco. Algumas chegaram a dar 12 a 15 litros por dia. Hoje há vacas que não deitam um litro de leite.

A leitaria é um bom exemplo dos problemas estruturais que afectaram o Aldeia Nova desde o início. Apesar do grande investimento, de se terem formado técnicos angolanos e da existência de uma estrutura organizacional que incentivava a produção com meios modernos e técnicas actuais, a determinada altura o leite produzido no Waku - Kungo era atirado directamente no esgoto. Não havia quem comprasse leite fresco pasteurizado, que tem um curto período de validade. E se não for devidamente tratado pode estragar-se em apenas algumas horas.

A grave situação deu origem depois ao leite "Waku", da Lactiangol- que era o único leite fresco nacional. Já não existe.



O cenário nas aldeias que o Novo Jornal visitou é sempre igual. A mesma fotografia com personagens diferentes. Crianças a brincar. Senhoras a trabalhar. Estruturas abandonadas. Animais pouco nutridos. António Muhongo foi renomeado. Trocaram-lhe as voltas. Entrou Muhongo saiu Malungo. "Quando renovei o bilhete de identidade enganaram-se a escrever o meu nome. A partir daí as pessoas passaram a chamar-me Malunço", sorri o cidadão, natural da província do Bengo. Fez 10 anos na vida militar. Está na Aldeia 1, onde se produzia leite e carne suína, desde 2004. Ao lado, um grupo de beneficiários recolhia alimento para o gado. "A nova administração está a começar a reactivar as coisas. Já estão a distribuir regularmente alguma ração. Parece que vão se dedicar apenas à produção de leite e ovos", explica. Questionado sobre o porquê de tudo ter quase parado, Malungo é rápido a pensar. "Isto não está quase parado. Está parado mesmo! Eu cheguei a ter um rendimento de cerca de 1000 dólares mensais. Na minha opinião houve má gestão", frisa. O mesmo argumento foi utilizado por diversas vezes. Quase todos os oito produtores-beneficiários contactados pelo Novo Jornal disseram a mesma coisa. "Má gestão!" Mas aqui há duas correntes distintas. Uns defendem que algo correu mal entre a parte angolana e a parte israelita do Grupo LR (que chegou a gerir a Movicel, antes da privatização da operadora, e que tem diversos negócios em Angola, como é o caso do provedor de internet Net-One, por exemplo). Fonte ligada ao projecto, que preferiu não se identificar, disse ao Novo Jornal que era "visível alguma resistência" por parte do parceiro internacional em transferir "o poder operacional para os angolanos". Toda a tecnologia foi comprada em Israel. A formação e a transferência de "know-how" estava nas mãos dos Parceiros. Isso, "propositadamente ou não", acabou por "trazer as consequências que estão à vista" de todos. No outro lado da barricada estão aqueles que sempre duvidaram da viabilidade do Aldeia Nova. Fonte conhecedora do processo avança outras razões. "A produção de leite, por exemplo, só é rentável se for subsidiada pelo Estado. Em todo o mundo é assim! O que aconteceu é que o Estado, em determinada altura, mandou fechar a torneira do dinheiro. Como os custos são superiores às receitas tudo parou. É fácil de perceber", explica. Já os beneficiários utilizam outro discurso.

Os tempos são duros, mas a memória discorre sobre o passado. Recente. "Aqui na Aldeia 1 tudo correu bem no início. Tínhamos ração, que era produzida na fábrica de rações construída no Centro Logístico e podíamos alimentar bem o gado. As vacas davam rendimento. Vendíamos a produção também no Centro logístico. Depois, quando os israelitas

começaram a ir embora tudo foi piorando. Estamos mal. Não temos rendimentos e as crianças precisam de ir à escola", explica Castro Francisco, o primeiro beneficiário a se instalar na Aldeia 1.

Enquanto conversa apoia-se na beira do curral. Ao lado está outro beneficiário, que vai repetindo as mesmas queixas. Os mesmos lamentos. Dois pequenos peixes estão a ser grelhados. Está na hora do almoço. O pirão está no prato e o cheiro aumenta de intensidade. Cheiro de comida e de calor de carvão. Cheiro de um Waku - Kungo que recebeu um rosto novo e agora, tal e qual uma cirurgia estética mal feita, ameaça definhir em pouco tempo.

Frederico de Oliveira, de 47 anos que aparentam 37, junto à sua moradia na Aldeia 2, revela um lado mais sentimental. As dificuldades são terrenas férteis para reflexões mais longas. Mais profundas. "Nas questões de amor não há queixas", sorri. "Enquadrámo-nos bem e somos, uma comunidade. Os vizinhos ajudam-se. É uma pequena aldeia em todos os sentidos"; conta. Mas sem emprego, sem rendimentos, sem meios para trabalhar a terra... A Aldeia Nova começa a ter rosto de senhora idosa. Com rugas. Sem futuro. Mesmo sendo amada do fundo do coração.

## 1.5 O Gigante é frágil e tem mesmo pes de Bairro

*Novo Jornal*

*08 de Junho de 2012*

Quando José Eduardo dos Santos inaugurou oficialmente o projecto Aldeia Nova, nos finais de 2005, certamente que ninguém pensaria no cenário passados sete anos. 'Em vez de quatro milhões de litros de leite, três mil toneladas de carne de frango, mil toneladas de carne de porco e 280 toneladas de carne bovina, 22 milhões de ovos, milho, soja e girassol. O Aldeia Nova não está a produzir nada.

Os novos accionistas, onde se mantiveram os israelitas, estão agora também a Gesterra, de Carlos Alberto Jaime "Calabete", o Instituto Superior Empresarial Privado e o IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário. Foram também anunciados alguns investimentos espedidos.

Vinte e seis milhões de dólares americanos serão investidos para reactivar a produção de carne, as culturas agrícolas, ovos, criação de animais, leite e seus derivados. Segundo José Bettencourt, diretor-adjunto do projecto Aldeia Nova, em declarações à Angop, serão ainda "reactivados 800 hectares de terras aráveis".

Bettencourt afirmou também, como foi divulgado pela Angop, que o passivo da empresa será "da responsabilidade do Ministério da Agricultura". O número de trabalhadores será entretanto reduzido de 420 para 230 funcionários, numa primeira fase.

O projecto passou a denominar-se Aldeia Nova Sociedade Anónima no dia 6 de Janeiro e foram signatários o IDA com 15 por cento das acções, a Gesterra (21 por cento), o Instituto Superior Empresarial Privado (23 por cento) e o denominado Fundo Vital., que tem 41 por cento das acções na sociedade.

Por outro lado, o governador do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, anunciou recentemente que o projecto Aldeia Nova vai beneficiar de energia eléctrica a partir da subestação da Gabela.

O governante, que falava no programa "Espaço Público" da Televisão Pública de Angola, acrescentou que "estão a ser efectuados estudos" para o efeito e que "o fornecimento de energia eléctrica estender-se-à aos aldeamentos", -prometeu na ocasião.

## 1.6 Inflação cai para 10,51 em Maio

*Expansão*

*15 de Junho de 2012*

A taxa média de inflação em Luanda caiu para 10,51% no mês de Maio, contra os 10,88% registados no mês anterior, informou nesta semana o Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu mais recente relatório. De acordo com o documento, o índice geral de preços no consumidor (IPC), na cidade de Luanda, registou uma variação de 0,65% entre os meses de Abril e Maio.

O estudo, que agrupa em 12 os bens essenciais para que uma pessoa tenha uma vida condigna, revela que a classe de alimentação e bebidas não alcoólicas permanece, desde pelo menos os últimos cinco anos, como a que maior influência exerce sobre o índice geral de preços na capital do País, sendo que no período em análise o aumento foi de 0,90%.

Outra classe de bens que também sofreu uma alteração elevada, e que vem ocupando a segunda posição a nível dos bens que vão encarecendo o custo de vida dos residentes na segunda cidade mais cara do mundo, segundo estudo da consultora Mercer publicado há dias, foi a de mobiliário e equipamento doméstico com uma variação de 0,82%, enquanto a classe de vestuário, calçado e bens de serviços diversos ocupam a terceira posição com 0,76%.

produtos cujos preços são subvencionados pelo Estado angolano (habitação, água, electricidade e combustíveis) são as que menos influenciam a taxa de inflação na capital do País, com 0,9%. Entretanto, o sector de comunicação, cujo preço é fixo (100 Kz por 100 unidades de telecomunicação), tem uma variação nula, o que o transforma num dos que menos influência têm sobre o aumento da variação do custo de vida dos angolanos e estrangeiros residentes em Luanda.

Carnes e ovos entre

os produtos mais caros Contrariamente ao que sucedeu no mês anterior, em Maio os produtos alimentares importados, com destaque para os congelados, ficaram mais caros, superando desta forma a produção nacional, que teve menor peso a nível do índice geral de preços se comparado ao mês de Abril.

O índice geral de preços a nível dos produtos alimentar viu os produtos importados estudados crescer para 18, registando um peso de 0,24 pontos percentuais, enquanto a produção nacional registou níveis de variações de preços muito, inferiores, 0,08% do total. Frango congelado, batata rena, chispe de porco, carapau fresco, coxas de frango, açúcar branco, leite em pó e ovos de galinha pesaram juntos 0,15 % no mês de Maio.

No mês de Abril, a nível de 24 produtos alimentares considerados para o estudo, a produção nacional teve maior peso, destacando-se fubá bombo, o carapau fresco, o pão cacete, a água em tambor, o carapau seco e o pão carcaça, que juntos pesaram mais de 50% do total registado a nível dos produtos nacionais considerados no estudo (0,21%).

Meta do Executivo

O Executivo angolano prevê para este ano, uma taxa de inflação avaliada em 10%, e a taxa actual já se situa muito próximo disto. Este ano, ao que tudo indica, à semelhança do que aconteceu no ano passado meta definida pelo Governo poderá ser alcançada.

O recente aumento de 10% aprovado para o salário da função pública, com o propósito de repor as perdas causadas pela inflação nos ordenados dos empregados do Estado numa altura em que a alta de preços se situa 0,51 pontos percentuais acima do previsto, pela espelha a confiança do Executivo no cumprimento da meta estabelecidas

## 1.7 Preço da cesta básica RDUZ 2% nos últimos 12 meses

*Expansão*

*15 de Junho de 2012*

A média de produtos que compõem a cesta básica nacional registou variações de preços no período compreendido entre Junho passado e Maio do corrente ano.

Os dados são do gabinete de preços e concorrência do Ministério das Finanças, extraídos da tabela de preços das grandes superfícies comerciais de Luanda, designadamente Jumbo, Kero, Intermarket, Shoprite Palanca, Martal, bem como dos mercados municipais de S. Paulo, Congolenses e Prenda.

Os referidos dados, quando calculados pelo Expansão, apresentam uma redução do preço médio do pacote ou cabaz mínimo da cesta básica de 6294,87 Kz, registada em Junho de 2011, para 6144,7 Kz de Maio passado.

O pacote inclui uma unidade de cada produto dos 13 ilustrados nas páginas 4 e 5.

A diferença, em concreto, é de 150,17 Kz, montante que possibilitaria, principalmente e sem sobressaltos financeiros, tão-somente custear despesa de um quilograma de sal em qualquer das superfícies comerciais apontadas, incluindo nos mercados municipais referenciados, A cesta básica nacional é o conjunto de produtos básicos alimentares para o sustento de uma família de cerca de 'Seis pessoas durante um mês.

Os produtos que compõem o cabaz são o arroz, açúcar, feijão, fuba de milho, fuba de mandioca, farinha de trigo, massa alimentícia, carne seca, óleo de soja, óleo de palma, sabão em barra, sal e leite em pó.

E, em termos práticos, face aos cálculos do Expansão, com base nos indicadores do Ministério das Finanças, as famílias precisam de gastar mensalmente, no mínimo, 24,5 mil Kz para sustento com a cesta básica.

Actualmente, a UNTA - Confederação Sindical defende um salário mínimo de 25 mil Kz para fazer cobertura ao cabaz alimentar mensal das famílias.

Ainda quanto à composição da cesta básica, face as intenções de a Nova Rede Comercial (Presild), através dos supermercados Nosso Super, voltar a lançar a cesta básica com um perfil mais adequado ao estilo de vida dos angolanos mais carenciados financeiramente, fonte do Ministério do Comércio

avançou esta semana ao Expansão que "o assunto é complexo".

No entanto, continua a estudar-se o melhor para as famílias tendo em conta as suas rendas mensais e o custo de vida actual, devido aos produtos de importação, no caso do arroz, açúcar, farinha de trigo, leite em pó e massa alimentar.

Enquanto decorrem investimentos públicos privados em Angola para a produção de açúcar, arroz e outros produtos, dados oficiais continuam a indicar que o País gasta anualmente cerca de 80 milhões USD na importação daqueles produtos.

Voltando à questão de fundo, sobre a redução de 2,3% sobre o pacote mínimo da cesta básica, conforme ilustração em gráficos nas páginas 4 e 5, especialistas em economia têm debatido as razões que levam à não redução significativa dos preços, uma vez que o Executivo prodeceu, recentemente, à desagravação de taxas aduaneiras para importação de produtos básicos alimentares.

Contudo, apesar de o salário mínimo nacional aumentar a partir de Julho para 17 740 Kz, para os trabalhadores do sector do comércio e indústria extrativa, e para 11 787 Kz para os da agricultura, como resultado do anúncio do Executivo de um aumento de 10%, a cesta básica calculada pelo Expansão, com indicadores do Ministério das Finanças, custa mais que o dobro do salário mínimo previsto para os funcionários segundo sector.

Cronologia de isenção de taxas

Em Julho do ano passado, o Executivo remeteu à Assembleia Nacional um projecto de lei que visava a redução de certas taxas aduaneiras de produtos essenciais que compõem a cesta básica nacional.

Em causa estava a isenção de taxas sobre o arroz, açúcar, feijão, fuba de milho, fuba de mandioca, farinha de trigo, massa alimentar, carne seca, óleo de soja, sabão em barra, sal e leite em pó.

O assunto apresentava certa complexidade, porque o artigo 167. O da actual Constituição da República de Angola, no seu ponto 6, estipula que "não podem ser apresentados projectos e propostas de leis que envolvam, no ano fiscal em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado fixadas no Orçamento, salvo as leis de revisão do Orçamento Geral do Estado".

Já na altura, especialistas agrários defendiam que a posição do Executivo era prova de que a política agrária nacional de auto-suficiência alimentar

fracassou, mas era necessário velar pela sobrevivência das famílias.

Actualmente, o economista e docente universitário Américo Simão entende que é necessário equilibrar a balança, porque é um assunto sensível.

"Não seria justo o Governo deixar de desagrarar taxas aduaneiras para importação de produtos básicos sobre texto de qualquer argumento, seja qual for, porque está em causa a sobrevivência das famílias. Até porque são as famílias, de uma maneira geral, que põem o funcionalismo público em andamento, já que muitas trabalham para o Estado e até para o sector privado". Justificou, Indicadores no OGE Apesar de o País garantir algum sustento com a actual produção agrícola, a importação de produtos do campo ainda é uma realidade.

A UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro- Pecuárias de Angola tem apresentado ao governo dossiês sobre a situação de camponeses que vêem a produção deteriorar-se devido à degradação de vias terciárias no interior do País, impedindo estes de escoar as suas colheitas para os grandes Centros de consumo.

Enquanto isto, a Associação Industrial Angolana tem-se batido, igualmente, pela efetivação da indústria transformadora de modo a favorecer a produção interna, aproveitando a produção Agrícola local, para a transformação dos produtos e evitar-se recursos acentuados à importação de alimentos básicos para as famílias.

Indicadores do presente Orçamento Geral do Estado mostram que a média de crescimento da agricultura no Produto Interno.

Bruto, de 2009 a 2011, é de 9,5%. Já a indústria transformadora, que ainda não é um parceiro ao mesmo ritmo do sector agro-pecuário, apresenta uma média de crescimento no PIB de 6%.

Para o economista Américo Simão, "o plano do Governo de reverter o actual cenário, em que a agricultura cresce mais aceleradamente no OGE do que a indústria transformadora, é bom. Mas, se a execução fracassar, aí terá de haver revisão de previsões, porque os dois sectores deviam caminhar juntos, cujos crescimentos foram retardados pela guerra, em primeiro lugar, e pela crise financeira global, quando a economia já havia alcançado bom balanço".

Incentivos e riscos

Passados seis anos desde que o Presidente da República afirmou na província do Namibe, por

ocasião dos 29 anos da independência nacional, que "os preços dos bens essenciais de consumo, importados, continuam a aumentar sem qualquer justificação", o quadro conheceu inversão com o surgimento dos supermercados da rede Nosso Supero Na altura, no Namibe, o PR pediu aos empresários angolanos mais capazes para se envolverem também nessa área de actividade económica, a fim de se aumentar a concorrência.

"Que multipliquem as suas iniciativas nos diversos ramos da produção de bens, para reduzirmos ou substituímos as importações e aumentarmos as exportações no futuro", incentivou José Eduardo dos Santos.

Os incentivos surgiram, e as iniciativas privadas não tardaram, onde os bancos comerciais privados conceberam pacotes próprios de apoio ao crédito à agricultura, para aumentar-se a produção interna e reduzir-se, conseqüentemente, as exportações. No entanto, até Fevereiro passado, os bancos comerciais Sol, BCI, BAI Microfinanças e BPC já actuavam como operadores de crédito de campanha, com um financiamento acima de 67,5 milhões USD, beneficiando 35146 camponeses em 17 províncias do País com excepção da Lunda Norte.

Devido a constrangimentos naturais como a seca, a fase de reembolso deparou-se com sérios percalços, admitindo-se que, caso 90% dos beneficiários não devolvam o dinheiro cedido, o programa não sobreviveria.

"O êxito do presente programa de reindustrialização, no curto e médios prazos, vai influenciar a transformação de produtos agrícolas básicos que compõem a cesta básica, e acredito que os preços serão ainda mais acessíveis às famílias carenciadas financeiramente", prevê o economista.

## 1.8 Programa de combate à pobreza tem resultados "muito positivos"

*Jornal de Angola*  
18 de Junho de 2012

Os deputados da bancada parlamentar do MPLA conviveram com as crianças do município da Tchicala Tcholoanga, província do Huambo, numa actividade que visou assinalar do Dia da Criança Africana.

O acto, que contou também com a presença do governador do Huambo, Faustino Muteka, marcou o encerramento das Jornadas Parlamentares do MPLA, que decorreram na cidade do Huambo.

O grupo parlamentar, liderado pelo deputado Virgílio de Fontes Pereira, para além de expressar afecto e carinho pelas crianças, ofereceu brinquedos num ambiente marcado por música, dança, cor e alegria. As centenas de crianças presentes tiveram direito a um lanche. O deputado Virgílio de Fontes Pereira, reafirmou o empenho do Executivo em continuar a trabalhar para o bem-estar das crianças angolanas, a quem recomendou "dedicação e empenho nos estudos, para no futuro conduzirem os destinos da nação com sabedoria".

As crianças, numa mensagem, lida por Joana Ahiondela, agradeceram o gesto dos deputados, por ser "demonstração da preocupação que o Estado tem para com as gerações mais novas".

Na mensagem, as crianças da Tchicala Tcholoanga elogiaram os esforços do Executivo para cumprir os "11 Compromissos da Criança", o que se tem reflectido em mais educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, justiça juvenil, prevenção e redução do impacto do HIV /Sida.

#### Combate à pobreza

O programa de combate à pobreza revela resultados muito positivos, garantiu a secretária do Presidente da Republica para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira.

Em declarações à imprensa, após apresentar os resultados do programa nas Jornadas Parlamentares do MPLA, Rosa Pacavira, anunciou que estão a ser construídas habitações em todos os municípios do país como forma de combater a pobreza.

A secretária do Presidente da Republica para os Assuntos Sociais referiu-se também ao "Programa Água para Todos". Revelou que o programa, de âmbito nacional, já beneficiou 705 mil famílias.

Rosa Pacavira sublinhou que no âmbito do combate à pobreza, 70 por cento da população angolana tem acesso à educação e saúde, fruto do aumento considerável das infraestruturas escolares e hospitalares. A perspectiva é "continuar a trabalhar para expandir cada vez mais estes serviços, visando a melhoria da qualidade de vida dos angolanos".

As Jornadas Parlamentares do MPLA produziram debates à volta de temas actuais da sociedade angolana, tais como "Oportunidades de Emprego para a Juventude", "Programas de Redução da Pobreza nas Comunidades Rurais" e "Construção de Habitação".

Um dos momentos de destaque nestas jornadas parlamentares do MPLA, foi a intervenção do secretário do Bureau Político do MPLA para a

Política Económica e Social, Manuel Nunes Júnior, sobre as linhas de força do Programa de Governo para as próximas eleições.

#### Desenvolvimento humano

Os indicadores do crescimento socioeconómico da província do Huambo permitem prognosticar uma melhoria acentuada dos índices de desenvolvimento humano, disse o governador provincial do Huambo, Faustino Muteka.

Ao discursar no primeiro dia das Jornadas Parlamentares do MPLA, Faustino Muteka referiu que no âmbito do "Programa Agua para todos", foram desenvolvidos com sucesso, na província do Huambo, 531 projectos, criando impacto directo em 133.900 beneficiários, estando ainda em curso 16 outros.

No sector da Energia, Faustino Muteka referiu-se à central eléctrica do Gove, à construção de linhas de transporte, subestações eléctricas e a reabilitação da rede de média e baixa tensão das cidades do Huambo e da Caála.

#### O governador do Huambo falou

Ainda do processo de municipalização dos serviços de saúde. A rede sanitária conheceu uma boa evolução com a construção de mais de 18 centros de saúde. Faustino Muteka revelou que foram recuperadas 55 unidades sanitárias e construídas 15 casas para apoiar os técnicos: "o sector da saúde conta hoje com 11 hospitais municipais de referência"

No sector da Educação, Faustino Muteka falou de uma "evolução considerável" em termos de infraestruturas. O número de salas passou de 1.227 em 2008, para 2.967 em 2012, um incremento na ordem dos 141,8 por cento. Em relação ao Programa de Habitação, o governador do Huambo informou que a província foi contemplada com 1.600 fogos distribuídos por oito municípios, além de 12 mil casas em fase de construção nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála.

No capítulo da produção alimentar, onde a agricultura tem particular predominância, "está em curso o projecto de correcção dos solos, com vista à recuperação dos níveis de fertilidade, com consequente aumento da produção em alimentos e matérias-primas", disse o governador Faustino Muteka.

O governador do Huambo preferiu-se à situação do emprego na província do Huambo, O actual quadro não é satisfatório, uma vez que a procura é ainda superior à oferta de empregos. "Este ano foram

contabilizados 649 novos postos de trabalho, dos quais 70 no quadro do programa de empreendedorismo em curso no país", afirmou.

Uniformizar a mensagem

Na abertura das jornadas, o chefe da Bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse que um dos objectivos das jornadas é informar os deputados relativamente ao andamento do programa social do governo, para que quando "forem para rua fazer o trabalho de mobilização dos eleitores, possam ter uma mensagem una, coerente, realista e mobilizadora".

Virgílio de Fontes Pereira disse que "não queremos ruído na mensagem que os candidatos a deputados vão passar aos eleitores, num momento tão importante da pré-campanha e campanha eleitoral". E considerou fundamental que os parlamentares do MPLA conheçam os eixos estruturantes do programa eleitoral do partido, para que estejam habilitados a informar o eleitorado.

## 1.9 Sociedade dá contributo para erradicar a pobreza

*Jornal de Angola*  
22 de Junho de 2012

A recolha de contribuições de diferentes actores da sociedade civil para a definição de estratégias eficazes no sentido da erradicação da pobreza nas zonas rurais foi o principal objetivo de uma "Mesa Redonda" realizada na quarta-feira na cidade do Lubango, província da Huíla.

O debate, promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em parceria com o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica, contou com a participação de representantes de organismos do governo provincial, universidades e organizações da sociedade civil.

As contribuições recolhidas vão ser entregues aos órgãos do poder de decisão local e nacional para enriquecer os Programas e Estratégias de Combate à Pobreza até 2025, como esforços de acções Multisectorial para a criação de condições sociais básicas nas comunidades.

A directora da ADRA-Antena da Huíla, Mariana Soma, disse que a reflexão incide sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio que enfatizam como condição indispensável para o desenvolvimento "o acesso e disponibilidade a alimentos variados e de qualidade, aos serviços básicos e económicos".

Mariana Soma disse que o encontro foi um "momento importante" para avaliar o contributo das organizações da sociedade civil, universidades públicas e privadas nas políticas nacionais definidas para solucionar os problemas ligados à pobreza no campo.

O professor universitário Nelson Pestana explicou que o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica em Angola continua a desenvolver "várias linhas de pesquisa sobre a pobreza".

Nelson Pestana referiu que os estudos estão focalizados na abordagem da pobreza no meio rural, águas e saneamento, saúde e micro-crédito, com o envolvimento de funcionários públicos, académicos e ativistas, através de inquéritos e produção de documentos.

Os debates vão continuar para o envolvimento dos cidadãos residentes nas zonas rurais nos temas da "Pobreza e Circuito de Comercialização", "Pobreza, Acesso a Serviços Básicos e Participação" e "Papel da descentralização no combate à pobreza".

## 1.10 Distribuir sem emprego

*A Capital*  
23 de Junho de 2012

Pode ser entendida como mais uma promessa eleitoral, mas o que é facto o Presidente da República deu indicação daquilo que será a prioridade do seu Executivo nos anos subsequentes: direccionar esforços para uma melhor distribuição dos ganhos decorrentes do crescimento da economia do país.

De uns anos a esta parte, Angola tem estado a registar taxas de crescimentos robustas, mas a sua população ainda não sente, no bolso, os dividendos da aludida expansão económica. O Governo angolano, a fazer fé nas palavras do chefe do Executivo; quer inverter o quadro marcado por um grande fosso entre os poucos que têm em abundância e urna maioria que possui quase nada Segundo se leu das palavras de Eduardo dos Santos, tal passará por dar início a um programa que permita uma melhor distribuição da riqueza nacional, aproveitando o bom momento da economia do país, apresentada ao mundo como uma das que mais crescem à escala planetária.

E como será isso possível? Entendidos dizem que a distribuição da renda nacional pode ser feita por várias formas, mas as ciências económicas apontam o emprego como a via mais adequada para que os

dividendos do crescimento da economia de um dado país cheguem ao bolso de todas as famílias.

Olhando para aquilo que é a taxa de desemprego em Angola será possível fazer-se uma distribuição que abrange a grande maioria da população angolana? Os indicadores disponíveis dizem que "não", em função do facto de a taxa de desemprego em Angola ser ainda alta, significando que um número considerável de pessoas em idade produtiva ainda está desprovido a possibilidade de ter acesso aos frutos do crescimento económico por via salarial, em função da sua condição de desempregado.

Estimativas do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola situam em 24,8 por cento a taxa de desemprego em Angola, no ano de 2011. Em relação a 2010, segundo dados contidos no mais recente estudo económico daquela instituição, não houve grandes alterações em relação a esta variável.

Uma constatação que permitiu a reafirmação de "a taxa de desemprego continua muito alta em Angola". Situação que, segundo os autores do referido estudo, significa "a perda de oportunidade de se melhorar a repartição Funcional do rendimento nacional e a permanência de um hiato do produto significativamente positivo".

O país estava a portas de dar um grande passo em direção a uma redução significativa da taxa de desemprego em Angola, se o Governo angolano fosse bem-sucedido em relação a sua promessa de há quatro anos.

É uma referência ao programa de governação com que o MPLA partiu para as eleições de 2008, no qual se prometia a criação, até finais de 2012, de um universo de 120 00000 empregos.

Nas contas de instituições como o CEIC, chega-se, quatro anos depois, a conclusão de que tal objectivo não possível ser alcançado.

Em condições normais, promover a criação de um milhão 200 mil empregos não é algo impossível. Entretanto, o CEIC, no seu estudo mais recente, sublinha o seguinte: "Para que a meta de emprego prometida em 2008 fosse cumprida até finais de 2012, teriam de ser criados quase 630 mil postos de trabalho anuais e o PIB teria de crescer 16,8 por cento".

Não sendo assim, "não vai ser possível criar, em termos acumulados, 1200 000 novos postos de trabalhos em quatro anos", tal como vem expresso no relatório.

Os novos postos de trabalhos deveriam ser gerados, sobretudo, pelo sector não petrolífero, que, nesses últimos anos começou a indicar um crescimento superior em relação ao que reflete o desempenho da indústria petrolífera.

Todavia, os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia angolana terão também influenciado naquilo que analistas como o consultor Paulo Duarte consideram ser uma "derrapagem" em relação a esse propósito governamental.

Seja como for, entidades que acompanham o comportamento do mercado de emprego em Angola reconhecem que a taxa de desemprego no país tem vindo a diminuir desde 2002, como resultado conjugado de diferentes factores, dos quais, o CEIC realça o reassentamento definitivo das populações que se encontravam deslocadas nas cidades do litoral e o comportamento positivo do investimento privado. A isso associa as políticas de emprego aplicadas pelo Governo através do MAPESS e o incremento dos investimentos públicos na construção, reabilitação e modernização das infra-estruturas físicas do país, em que foram aplicados cerca de 50 mil milhões de dólares entre 2002 e 2011.

Só que por imperativo da crise económica e financeira mundial que reduziu a capacidade do país em matéria de liquidez, o Executivo angolano viu-se obrigado a realizar cortes nalguns investimentos públicos programados, quando não adiasse a implementação de outros projectos susceptíveis de absorver alguma mão-de-obra.

Assim, ao invés de nascerem novos empregos, o país terá consentido a perda de muitos postos de trabalho existentes antes do despoletar da aludida crise. E isso verificou-se mais em sectores como o dos diamantes e da Construção e obras públicas.

A avaliar por tudo isso, o CEIC entende que a capacidade de a economia formal criar emprego a uma velocidade superior a do crescimento da população economicamente activa parece encontrar-se bloqueada por qualquer razão, e poderá apresentar-se como um entrave para o anunciado esforço governamental, virado para uma melhor repartição da renda nacional. As estatísticas indicam que o sector terciário aparece como o segundo maior empregador nacional, em 2011, com um stock de mão-de-obra avaliado em 895 mil e 515 empregados.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Executivo e os bancos rebricam acordo para a linha de concessão de crédito

*Jornal de Angola*  
6 de junho de 2012

Os ministros da Economia e das Finanças, Abraão Gourgel e Carlos Alberto Lopes, rubricaram ontem, em Luanda, com os bancos comerciais, um memorando de entendimento sobre a linha de crédito bonificado e um fundo de garantia, no quadro do Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias empresas designado "Angola Investe".

Em declarações à imprensa, o ministro da Economia, esclareceu que o memorando estabelece as condições de relacionamento entre o Executivo e os bancos comerciais. "O acto é o compromisso entre o Executivo e os bancos comerciais. O Executivo vai criar um fundo de garantia até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo para bonificação de juros até ao limite de 155 milhões de dólares", disse Abraão Gourgel.

Os bancos comerciais devem pôr à disposição dos clientes um valor até ao limite de 1,47 mil milhões de dólares, com as linhas de crédito bonificadas.

O objectivo é injectar 1,43 mil milhões de dólares, com garantias públicas até 2012. Abraão Gourgel considerou como benefícios do programa, o mais fácil acesso dos empreendedores ao crédito, sem que tenham de apresentar as garantias reais à banca e a bonificação das taxas de juro. "Fizemos nos últimos anos um percurso de melhoramento da taxa de inflação e a forma mais rápida de baixá-la é a bonificação", referiu Abraão Gourgel, acentuando que a intenção é baixar a inflação até cinco por cento. O ministro da Economia apontou. Também como benefício do programa, o processo dos bancos de intermediação financeira: "que esta linha ajude a melhorar o grau de concessão de créditos na economia. E que a relação entre o crédito Concedido e o Produto Interno Bruto se aproxime de níveis típicos de uma economia diversificada", disse Abraão Gourgel.

No quadro do programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas, indicou como áreas prioritárias, a Agricultura, Pecuária e Pescas, Indústria Transformadora, Geologia e Minas e os serviços que apoiam estes sectores. "Esta medida é uma forma de facilitar aos empreendedores o acesso ao crédito e

alterar de maneira substancial os níveis de crédito", disse.

#### Confirmação da Banca

O presidente do conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Paixão Júnior, disse à imprensa que a instituição vai arrancar com o programa de concessão, numa primeira fase com 50 milhões de dólares. Em relação à taxa de juros média anual afirmou que está estipulada em cinco por cento ao ano, comum prazo de reembolso de sete anos e um período de carência acima dos seis meses. "Vamos realizar operações de acordo com os projectos apresentados pelos empreendedores", realçou.

No âmbito do programa de apoio aos pequenos empresários, Paixão Júnior lembrou que o BPC realiza dez projectos diferentes e vai continuar a conformar as suas acções de acordo com o programa do Executivo.

O presidente do conselho executivo do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que a instituição assumiu o compromisso de conceder créditos, com uma linha disponível de dez mil milhões de dólares: "o programa expressa o nosso compromisso de assegurar a economia e promover a classe empreendedora, para elevar os níveis de produção",

### 2.2 Instituição pública está preocupada com ausência de reembolsos ao BPC

*Jornal de Angola*  
07 de junho de 2012

A direcção Provincial da Juventude e Desportos na província do Kwanza-Sul e a representação local do Banco de Poupança e Crédito (BPC) estão preocupados com os casos de incumprimento no pagamento dos empréstimos concedidos naquela província no quadro do programa Crédito Jovem.

Este programa de iniciativa institucional foi iniciado em 2008 e até ao ano passado concedeu crédito total avaliado em 353.442 dólares a 289 jovens associados a 44 cooperativas, mas apenas nove delas liquidaram os empréstimos.

O programa destinava-se a reduzir o desemprego entre os jovens e os empréstimos beneficiaram projectos de investimento ligados à indústria, prestação de serviços, comércio e agricultura.

O chefe de secção de associativismo e tempos livres da juventude da Direcção Provincial da Juventude e



Desportos, Samuel Fernandes, disse ao Jornal de Angola tratar-se de uma situação séria, pois impede que se atinjam os objetivos para os quais o programa foi instituído.

"Estamos preocupados com o comportamento dos jovens que beneficiaram do programa Crédito Jovem, pelo facto de não cumprirem com os prazos de reembolso ao BPC. Essa situação está a criar transtornos, por um lado, pelo banco já não poder continuar a conceder crédito a outros jovens que remeteram projectos para o mesmo fim e, por outro, salientou que o crédito foi atribuído para atenuar o desemprego e a pobreza entre os jovens e considerou não ser salutareos que desrespeitem as cláusulas contratuais subscritas com o BPC.

Samuel Fernandes alertou os beneficiários em incumprimento para o facto de estarem a incorrer em crime, podendo, por isso, ser responsabilizados judicialmente.

O programa Crédito Jovem atingiu todos os municípios da província do Kwanza-Sul, com excepção de Mussende e Libolo.

Probabilidade de se criarem mal entendidos entre o banco, o Ministério da Juventude e Desportos e os jovens beneficiários", lamentou.

Quanto às causas que podem estar na origem do incumprimento, Samuel Fernandes apontou o facto de muitos beneficiários não terem aplicado os fundos recebidos nos projectos apresentados inicialmente e, também, por não terem observado as cláusulas ligadas à gestão dos negócios. O responsável provincial da Juventude e Desportos indicou que, para solucionar o problema, não está previsto qualquer outro entendimento que não seja a manutenção da obrigatoriedade do reembolso dos empréstimos ao banco.

Uma equipa técnica da Direcção Provincial da Juventude e Desportos está a verificar projectos que beneficiaram do programa no Kwanza-Sul, concedendo aos devedores novas acções de formação sobre gestão de negócios.

Num encontro realizado com os beneficiários desse programa em Waco-Cungo, Samuel Fernandes salientou que o crédito foi atribuído para atenuar o desemprego e pobreza entre os jovens e considerou não ser salutar que se desrespeitem as cláusulas contractuais subscritas com o BPC.

Samuel Fernandes alertou os beneficiários em incumprimento para o facto de estarem a incorrer em crime, podendo, por isso ser responsabilizados judicialmente. O programa crédito jovem atingiu

todos os municípios do kwanza sul, com excepção de Mussende e Libolo.

## 2.3 Crédito bonificado ascenderá a USD 1,43 mil milhões

*O país*

*8 de Junho de 2012*

Os bancos comerciais irão injetar, com garantias públicas, USD 1,43 mil milhões na economia, na sequência do memorando de entendimento celebrado esta semana, em Luanda, com o Executivo, e que tem como objetivo operacionalizar o fundo de garantia e a linha de crédito bonificado, contidos no Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, baptizado Angola Investe.

Os bancos comerciais irão disponibilizar aos clientes, no limite, USD 1,47 mil milhões em linhas de crédito bonificadas. O Angola Investe prevê que a capitalização do Fundo de Garantia nele previsto ascenda a USD 200 milhões e que a bonificação de juros compreenda USD 155 milhões.

Pela parte do Executivo o memorando foi assinado pelos ministros da Economia e das Finanças, Abraão Gourgel e Carlos Alberto Lopes, respectivamente.

Para o ministro da Economia a assinatura do documento representa um compromisso entre o Executivo e os bancos comerciais. Já Abraão Gourge lembrou que o Executivo fez nos últimos anos um percurso de melhoramento da taxa de inflação e a forma mais rápida de baixá-la é a bonificação. O ministro da Economia fixa uma meta ambiciosa para a descida da taxa de inflação, apontando que a intenção é baixá-la para 5%.

O presidente do conselho de administração do banco de Poupança e Crédito (BPC), Paixão Júnior, referiu, por seu turno, que a instituição vai arrancar com o programa de concessão, numa primeira fase com 50 milhões de dólares. Em relação à taxa de juros média anual afirmou que está estipulada em cinco por cento ao ano, com um prazo de reembolso de sete anos e um período de carência acima dos seis meses.

Recorde-se que as principais iniciativas englobadas no Programa de Desenvolvimento das MPME's (Angola Investe) encontram - se orçamentadas numa linha temporal que se estende de 2012 a 2015.

No conjunto, os recursos disponibilizados somam USD 2.114 milhões. A concentração de esforços verifica-se este ano, no arranque do programa, em que os USD 809 milhões afectados se distribuem pelo Programa Micro- Fomento (USD 220 milhões),

capitalização do Fundo de Garantia (USD 200 milhões), bonificação de juros (USD 155 milhões), Fundo de Capital de Risco (USD 100 milhões), iniciativas de impacto social imediato a concretizar em Luanda (USD 69 milhões), Suporte ao Empreendedor (USD 50 milhões), sendo o montante remanescente repartido pelo apoio aos Sectores Bandeira e outras actividades.

O Programa de Desenvolvimento das MPME's fixa como objetivos macroeconómicos que a economia angolana se inclua, em 2015, no 'top 10' da África Subsariana no que respeita à competitividade, que as taxas de crescimento real do PIE se situem entre os 7% e os 8,5% ao longo dos próximos três anos, que diminua significativamente o défice da balança comercial 'post-oil' por via da redução das importações e aumento das exportações, que seja incrementado, a uma taxa entre 5% e 7,5% ao ano o número de empresas criadas de capital angolano, que a taxa de sucesso do empreendedorismo angolano seja melhorado para mais de 7% e que a taxa de desemprego, que no final de 2010 se encontrava em 28%, caia para 23%.

## 2.4 Bancos disponibilizam até 1,4 mil milhões de dólares

*Novo Jornal*

*8 de junho de 2012*

Pelo menos 19 bancos comerciais confirmaram adesão ao projecto de micro-crédito, pequenas e médias empresas, no quadro do programa "Angola Investe".

Numa cerimónia realizada nesta terça-feira, 05, em Luanda sob a égide dos ministérios da Economia e das Finanças, foi assinado um Memorando de Entendimento para a concessão de créditos aos agentes económicos.

Ao intervir na ocasião, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, realçou que o protocolo tem em vista criar condições de relacionamento para que os bancos comerciais possam conceder recursos financeiros para o referido programa.

"Este acto é um compromisso entre os ministérios envolvidos e os bancos comerciais, no qual o Executivo poderá aportar até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo de bonificações de juros até 155 milhões de dólares", referiu.

Nesse sentido, garantiu juros bonificados a serem atribuídos pelo Estado, a par da disponibilização aos

mutuários de um fundo de garantia que poderá cobrir 70 por cento dos valores que os bancos emprestem no financiamento dos projetos. "Fizemos nos últimos anos um considerável percurso de melhoramento da taxa de inflação, mas ainda assim a taxa de juro no nosso mercado é considerada elevada pelos empresários e a forma mais rápida de fazer com que ela caia é a bonificação", referiu Abraão Gourgel.

Para o ministro, com a bonificação a taxa de juros tenderá a registar queda em relação ao que se assiste hoje no mercado em vigor para 5 por cento.

"O nosso benefício é o aumento da intermediação financeira. Um grande incentivo para que os bancos concedam mais crédito. E com esse aumento da concessão de créditos se consiga que o rácio do crédito concedido/Produto Interno Bruto melhore consideravelmente e se aproxime do rácio esperado para uma economia que se quer diversificar", frisou.

O governante acentuou que os bancos comerciais. Deverão disponibilizar os valores prometidos no âmbito do memorando até ao limite de 1,4 mil milhões de dólares. Subscreveram o acordo signatários dos bancos de Negócios Internacional (BNI), Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco de Comércio e Indústria (BCI), Banco Espírito Santo Angola (BESA), Banco Millennium Angola (BMA) Banco Valor, Fínibanco, Banco Comercial Angolano (BCA), Banco do Investimento Angolano (BAI), BAI Micro-Finanças (BMF), Banco Sol. Banco Caixa Totta de Angola, Banco Atlântico, Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Fomento Angola (BFA), BANC, Standard Bank, Banco Keve e o Banco Kwanza- Invest.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, a instituição participará no programa com 100 milhões de dólares, estabelecendo como prioritárias áreas da agro-pecuária, transportes rodoviários e indústria transformadora.

## 2.5 Crédito a particulares com níveis de risco aceitáveis

*Expansão*

*15 de junho de 2012*

O crédito a particulares no País mantém-se em níveis aceitáveis de risco de aplicação de carteira e na proporção adequada de financiamento ao consumo, tendo atingido o "ponto óptimo" (20% do crédito total) em Abril último, considera a empresa de consultoria Goldman, no seu primeiro estudo económico sobre a banca angolana.

No documento, intitulado Angola Bank Outlook, que analisa de forma agregada a performance do sector bancário em Angola entre 2008 e 2012 e faz uma breve descrição das tendências e principais desafios que se apresentam às instituições de crédito, a consultora esclarece que empréstimos com risco de aplicação acima dos 20% fomentam o consumo financiado, "o que não é desejável".

Dos 2,3 biliões Kz (24,9 mil milhões USD) do stock de crédito à actividade económica concedido pela banca, em Abril último, 433,7 mil milhões Kz (4,5 mil milhões USD) destinaram-se a particulares, representando um crescimento na ordem dos 7,2% face a Dezembro de 2011, altura em que se fixou nos 362,1 mil milhões Kz (3,8 mil milhões USD).

"De uma forma geral, os principais sectores de actividade da economia angolana tiveram o mesmo acesso ao crédito, mantendo o crédito a particulares em níveis aceitáveis de risco de aplicação de carteira", lê-se no Documento.

Noutra vertente, a Goldman aponta que o envolvimento do sector bancário nas actividades imobiliárias tem vindo a aumentar, depois de uma quebra acentuada no primeiro trimestre, expondo-as ao risco de uma "bolha imobiliária" com consequências no nível de incumprimento e, simultaneamente, a uma baixa no valor das garantias.

Enquanto isso, o sector primário e o industrial continuam com fraca representatividade na carteira de crédito da banca. De assinalar, também, a diminuição das necessidades de crédito do sector público empresarial, que no final de Abril atingiu 860,6 mil milhões Kz (9,04 mil milhões USD), contra os 862,1 mil milhões Kz (9,06 mil milhões USD) no fim de Dezembro do ano passado (menos 0,2 pontos percentuais), assim como o aumento de maturidades nos novos contratos, o que pode significar uma estabilidade na tesouraria das referidas empresas, conforme espelha o estudo. Entretanto, apesar das medidas já tomadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no sentido de incentivar o uso da moeda nacional, o kwanza, o estudo da consultora conclui que se assiste ainda à manutenção de elevados montantes em moeda externa. A empresa de consultoria diz verificar-se também ainda elevados montantes de depósitos à vista (depósito à ordem), facto que na óptica dos seus técnicos traduz o pouco interesse que o depositante revela pelas taxas de juro de captação, "uma vez que estas são pouco atractivas, face aos níveis de inflação".

Ao analisar as condições de concessão de crédito, o estudo revela que a mesma continua a apresentar um comportamento irregular, por maturidades curtas,

mantendo o Estado a diminuição das necessidades de financiamento, e ao mesmo tempo que se assiste a um aumento de maturidades na concessão de crédito a empresas e particulares.

#### Desafios para o sector bancário

O sector bancário está entre os que mais crescem no País. Nesta perspectiva, a constante evolução do mesmo não só oferece inúmeras oportunidades de progresso mas também alguns desafios. Na primeira edição do Angola Bank Outlook, a consultora Goldman aponta o reforço do grau de conhecimento dos clientes e o desenvolvimento de novos produtos, canais de distribuição e parcerias como um dos principais desafios da banca nacional.

O reforço da vertente comercial, as melhorias dos processos de negócio e suporte, da cobertura dos sistemas de informação, dos mecanismos de retenção de talentos, o reforço da formação, a diversificação da oferta e a melhoria progressiva dos níveis de sofisticação e de diversificação e de rentabilidade, assim como a adequação do modelo de Governo aos novos desafios de mercado, o reforço das competências técnicas e o aumento dos níveis de eficiência do sector, são ainda outros desafios que na visão dos autores do estudo a banca nacional está ou deverá enfrentar, nos próximos anos, e sobre os quais deve reflectir.

Desta forma, o estudo antevê que o sector bancário angolano vai continuar a apresentar uma elevada dinâmica, desde que se adapte aos desafios e às tendências.

#### 2011, o ano da retoma

Para os técnicos da Goldman envolvidos no estudo sobre o comportamento da banca angolana no período compreendido entre 2008 e Abril do ano em curso, em Angola, 2011 marcou a retoma do crescimento económico, após um ano de 2009 de forte desaceleração do Produto Interno Bruto (PIE), existindo neste momento, de acordo com as mais recentes projeções do FMI, perspectivas de crescimento para 2012 na ordem dos 10,8%, o que, sem dúvida, permite algum otimismo sobre a evolução económica do País.

No entanto, reconhecem que a economia do País permanece ainda exposta à crise e a desaceleração económicas externas, na medida em que o PIE se encontra ainda muito dependente das receitas petrolíferas, não obstante o esforço de diversificação sectorial que tem sido levado a cabo pelo Executivo, sendo que o Comportamento do sector bancário apresenta ainda um crescimento, acima do da própria

economia. Apesar deste forte crescimento, afirmam, o nível de bancarização da economia é ainda reduzido.

Dados avançados recentemente pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) indicam que o número de angolanos com conta bancária no País atingiu, no princípio deste ano, os 3,6 milhões, cerca de 21,5% da população total, estimada actualmente em 18 milhões de habitantes. Até Outubro de 2011, o banco central estimava a taxa de bancarização em 13,5%.

## 2.6 O Executivo quer ir ao encontro das expectativas dos cidadãos

*Jornal de Angola*

*15 de Junho de 2012*

Criado no âmbito das iniciativas de impacto económico e social do Executivo, o Balcão Único do Empreendedor (BUE) já registou, 6 em Luanda, mais de 11 mil pessoas. Em entrevista ao Jornal de Angola, o director do Gabinete de Estudos e Planeamento do governo provincial de Luanda explicou que o BUE surgiu para facilitar o acesso dos cidadãos aos programas "Meu negócio, Minha vida", "Luanda Limpa", "MercAngola" e a "Praça dos Campeões". Mário Jorge de Carvalho referiu que o crédito para os microempreendedores vai até sete mil dólares, com juros bonificados na ordem dos dois por cento, um período de graça de um ano e prazo de reembolso de cinco anos.

Jornal de Angola - Há, uma grande adesão ao Balcão Único do Empreendedor (BUE) em Luanda?

Mário Jorge de Carvalho (MJC) - A expectativa é muito grande e, nesta altura, contamos com quatro balcões em funcionamento nos municípios de Belas, Cazenga, Cacucaco e Viana, e registámos mais de 11 mil pessoas, maioritariamente jovens. Estamos numa fase de arranque e existe a tendência das pessoas procurarem informação sobre o BUE. Trata-se de um projecto mais amplo, no quadro de uma iniciativa do Executivo destinada a resolver as expectativas e as preocupações dos cidadãos de uma forma geral.

JA - Que expectativas e preocupações são essas?

MJC - Estão claramente identificadas: a questão da pobreza, a falta de emprego e de oportunidades, a delinquência e uma economia informal muito acentuada. O Executivo pretende melhorar a condição de vida das pessoas, redistribuindo melhor o rendimento nacional. Aqui, identificamos quatro

iniciativas principais: "Luanda Limpa", "Meu negócio, minha vida", "MercAngola" e a "Praça dos Campeões", e o BUE vem para lhes dar suporte. No fundo é um lugar onde as pessoas podem resolver muitas das suas necessidades, obtendo, a partir daí, uma personalidade jurídica.

JA - Pode explicar melhor?

MJC - O que se quer fazer é retirar aquelas pessoas que estão no mercado informal e integrá-las na economia formal. Com o BUE, o cidadão pode constituir a sua empresa em cinco dias úteis e inclusive pode beneficiar de incentivos fiscais para desenvolver o negócio. Também passa a poder abrir uma conta no banco com mais facilidade e a tratar do Bilhete de Identidade.

JA - A abertura do BUE nos quatros municípios que referiu obedeceu a algum critério?

MJC - A densidade populacional foi um factor determinante para a abertura dos primeiros balcões. Para Luanda, ficou definida a abertura de 14. Cada município vai ter, no mínimo, um balcão, mas alguns, devido às suas características, vão exigir a abertura de mais de um.

JA - Há algum inconveniente de uma pessoa se registar num município que não seja o da sua zona de residência?

MJC - Queremos evitar isso. Aliás, é uma exigência do programa que as pessoas efectuem o cadastro onde residem. As excepções podem acontecer caso o indivíduo more no Cazenga e exerça actividade económica, por exemplo, no município da Quissama.

JA - Quem pode habilitar-se ao crédito?

MJC - Os potenciais pequenos e microempreendedores. Vou dar um exemplo: o jovem que lava o carro na rua, o pedreiro, a zungueira, o bate-chapas, o carpinteiro, o mecânico auto. Enfim, profissões muito comuns entre a população. Importa acentuar que o crédito vai até 700 mil kwanzas, com juros bonificados na ordem dos dois por cento, um período de graça de um ano e reembolso estabelecido para cinco anos.

JA - Que garantias financeiras são exigidas?

MJC - Normalmente, as instituições financeiras exigem garantias reais. Mas, o Executivo está apenas a pedir o aval moral, uma declaração a ser passada pela administração municipal do município de residência.

JA - Está acautelado o risco do dinheiro ser utilizado para outros fins?

MJC - Uma das maneiras imediatas para evitar a fraude são os acordos de cooperação com fornecedores de kits identificados no mercado. Nesse caso, os beneficiários de crédito fazem o levantamento dos produtos de que necessitam para o seu negócio, mediante o pagamento feito pelo banco. O dinheiro não é entregue em mãos. Em 5, alguns casos, e em função da necessidade, podemos fazer a entrega de um fundo de maneio até cinco por cento do valor do crédito.

JA - Qual é o valor global que o programa destinou para a província de Luanda?

MJC - O programa do Executivo para os próximos quatro anos vai destinar cerca de 180 mil milhões de kwanzas. Por exemplo, para o "Meu negócio Minha vida", a nível de Luanda, o valor está acima dos 10 mil milhões de kwanzas.

JA - Acredita no êxito desse programa?

MJC - A esperança de uma vida melhor faz parte do lado bom do angolano, o que facilita a vitória e o programa "Meu negócio, minha vida", no âmbito da microeconomia, que toca directamente no bolso das pessoas e faz desenvolver as sociedades.

Por exemplo, quando se cria um negócio, o microempreendedor emprega uma ou duas pessoas e, em cadeia, outros pequenos empreendedores seguem-lhe os passos. E esse conjunto de empreendedores que faz milhões de empregos. O sucesso deste programa só depende de nós. Em função do que já foi feito até hoje, acredito no sucesso do programa.

## 2.7 Empresarios recebem certificados para acederem ao crédito bancário

*Jornal de Angola*  
20 de Junho de 2012

O Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem) seleccionou no Kuando-Kubango os primeiros 110 empresários que vão beneficiar do crédito bancário com juro bonificado, no quadro da iniciativa que visa auxiliar o Executivo angolano no amplo programa de combate à pobreza.

Para tal, os beneficiários receberam os respectivos certificados de micro, pequena e médias empresas. No acto, a vice-governadora da província para o Sector Económico, Verónica Mutango Adolfo, disse

que, "com isso, os empresários estão agora habilitados para solicitarem crédito até um máximo de três milhões de dólares, que vão ser entregues de acordo com o volume de negócios e a quantidade de postos de trabalho da empresa candidata".

A governante explicou que os empresários com certificados do Inapem também têm benefícios fiscais, que se refletem na redução da taxa do imposto industrial, na isenção da taxa de consumo sobre a matéria-prima e nas obrigações de selo para as micro empresas, para possibilitar que a população aumente o seu poder de compra e, também, para o fomento do auto-emprego em larga escala.

Verónica Adolfo esclareceu ainda que, para se ter acesso ao crédito, o candidato deve apresentar ao banco um estudo de viabilidade e, posteriormente, uma equipa de avaliação do Inapem desloca-se' província, com a missão de classificar as empresas concorrentes, quanto ao desempenho, arrecadação de-receitas e número de funcionários ao dispor.

No Kuando-Kubango também está em curso a certificação de pequenos empreendedores e de jovens que pretendem montar o seu primeiro negócio, com a finalidade de beneficiarem do crédito, que varia entre os seis a sete mil dólares, tendo em vista reduzir o índice de desemprego na região.

Verónica Mutango aconselhou os empresários locais que forem apurados para o crédito, a aplicarem o dinheiro em projectos que permitam obter rendimentos diretos a curto prazo, para evitar embaraços no período de reembolso. "É com estes projectos ou pequenos serviços que o Executivo pretende ultrapassar as principais dificuldades que as nossas comunidades enfrentam, para que tenham maior acesso aos vários serviços de capitais, para o combate ao desemprego e para proporcionar à população um maior poder de compra", esclareceu a vice-governadora.

Para a formalização dos processos de crédito no Kuando-Kubango, os interessados devem cumprir alguns princípios na delegação provincial do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem). na Direcção Provincial das Finanças, no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (Inefop), na Banca, nos Balcões Unico de Empreendedores (SUE) e no Serviço Integrado de Atendimento aos Cidadãos (SIAC).

## 2.8 Micro-créditos para jovens no Negage

*Jornal de Angola*

*20 de Junho de 2012*

No Negage, 400 pessoas vão beneficiar de microcréditos e recebe utensílios de trabalho, graças a programa sobre empreendedorismo, que começa, na sexta-feira, na quele município, refere um comunicado do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS).

A nota lembra que o programa que começou a ser desenvolvido no país em 2008, tem sido importante para jovens que procuram o primeiro emprego.

Entre aquele ano e o mês passa do, salienta o documento, foram contemplados cerca de nove mil empreendedores, o que originou, criação de cerca de 27 mil posto de trabalho.

O programa tem como objectivo divulgar a cultura do empreendedorismo, com acções de formação que permitam aos jovens empreendedores identificar e desenvolver negócios.

O programa também contempla a oferta de bens e de serviços às comunidades e cornplementa a formação adquirida nos centros de formação profissional.

O Executivo criou o Balcão Único do Empreendedor para facilitar a vida dos jovens que queiram entrar no mundo dos negócios.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Administração de Viana limita venda ambulante

*Jornal de Angola*  
7 de junho de 2012

A administradora municipal adjunta de Viana para a área de Modernização e Organização Administrativa Helena Vazo anunciou na terça-feira a criação de mecanismos para combater a venda ambulante nas proximidades da loja do Nosso Super que reabriu no município.

Helena de Almeida, que prestou esta informação à imprensa, sublinhou que das estratégias a serem aplicadas constam a sensibilização e outros meios para que os munícipes abandonem a venda ambulante de produtos junto do estabelecimento comercial.

"É considerada concorrência desleal o exercício da actividade que os vendedores ambulantes realizam nas proximidades do estabelecimento", lembrou a responsável.

De acordo com Helena Vaz, as autoridades municipais vão criar algumas estratégias e aplicar medidas que favoreçam o estabelecimento Nosso Super na comercialização dos seus produtos".

No acto da reinauguração da loja, em Viana, Helena Vaz considerou o processo da Nova Rede de Supermercados de Angola, detentora da gestão da cadeia estatal de lojas, um "valor acrescentado", uma vez que possibilita aos munícipes a aquisição dos seus produtos em bom estado de conservação sem terem de percorrer longas distâncias.

### 3.2 Os "CANGULOS" podem ser classificados como transporte de tracção humana.

*O Continente*  
08 de Junho de 2012

De um tempo a esta parte, com os engarrafamentos e a carestia de meios mais práticos para trasladar as mercadorias dos armazéns, praças e casas de processo, surgiu nas zonas suburbanas um meio de transporte que se nos cingirmos ao conceito universal, veremos que é o "Transporte de tracção humana em que o movimento é efectuado,

utilizando-se a força de tracção do próprio ser humano, podendo se deslocar somente com o movimento do corpo ou através da tracção de veículos directa, individualmente ou em grupo de pessoas".

Nesta perspectiva, poder-se-á considerar o Cangulo, veículo, que se por um lado facilita os solícitos destes trabalhos, por outro, transformaram-se numa grande dor de cabeça aos transeuntes automobilistas das vias adjacentes aos mercados, tal como o S. Paulo e, principalmente, a avenida Deolinda Rodrigues (vulgarmente conhecida de Estrada de Catete).

Tudo porque estes ao transporem de uma à outra faixa, não podendo fazê-lo pelas passagens aéreas em função da sua estrutura, resta-lhes os labirintos criados nas antigas passadeiras horizontais, que o fazem com enormes dificuldades, porquanto são longas e porque após a sua requalificação, criaram-se separadores de betão, sem ter em conta este meio de transporte de carga, que é uma realidade presente no quotidiano do tráfego em Luanda. Por aquilo que nos deixa a ver e mais do que isto, é tão útil e preferido pelas vendedeiras e cantineiros que, no fundo, são as principais operadoras dos mercados informais. Segundo deixa a perceber esta preferência deve-se, ao facto destes, praticarem uma tabela de preços com custos relativamente baixos e disponibilizando-se à entrega da mercadoria ao destino do contratante, o que retiram da concorrência qualquer outro serviço tal qual os candongueiros e os táxis privados que não se dão a este luxo. Voltando ao foco da nossa abordagem. Que condutor nunca se viu em apuros ao atravessar as ruas em causa, ou mesmo na estalagem em contravenção e apelando aos princípios humanistas de per si decidem ceder prioridade de passagem os peões que atravessam muitos deles fora das passadeiras deliberadamente, porque mesmo nos locais onde elas existem, são simplesmente ignoradas para se utilizarem atalhos, sob pretexto destas estarem fora das vias habituais.

Estas alegações, servem de justificação para os "cangulos" seguidos dos proprietários das mercadorias, aproveitando tal brecha para fazerem o mesmo e aí, riscam os veículos embaraçando o trânsito automóvel, mais alcaçando os seus objetivos.

Daí alguém sugerir que estes, pelo uso que fazem das vias, deveriam estar sujeitos ao pagamento de taxas de circulação e de certa forma poderem ver até que ponto sejam contemplados pelo código de estrada. Lembro, que a algum tempo, um responsável do mercado do Kikolo, ter posto em marcha um projecto local que visava a cobrança de imposto pelo uso destes carros no seu mercado e que, na ocasião, várias vozes se levantaram a condenar o acto, porque este não encontrava cobertura legal, no entender dos

"especialistas" sobre a matéria. Porém, numa análise desapassionada e a frio, com os contornos da proliferação destes meios, inclusive nas grandes avenidas, parece que o tal responsável era um visionário e tinha razão, pois estes meios usufruem das benfeitorias das vias, mas também causam afunilamentos nos próprios mercados e, de certa forma, disputam as vias com os azuis e brancos, principalmente nas vias adjacentes aos mercados informais e em vias públicas já citadas e estão sujeitos a causarem danos a terceiros, tal como aos automóveis, a velocípedes e até mesmo ferimentos aos peões, pois há locais que só são superados, pelas moto rápidas, já que cá quase não existem bicicletas. Pelo acima exposto, com uma margem de erro mínima, hoje se houvesse um inquérito a solicitar se os "Canguleiros", deveriam ou não pagar a taxa, sabe-se lá se de circulação ou se um imposto sobre a sua actividade, acredito que a resposta seria positiva. Até porque, diz-se que, na província do Zaire, a exemplo da RDC, em vários países da SADC, estes meios já estão sujeitos a isso, ou seja à tributação De acordo com os convénios de Viena, no país de uma forma geral e em particular Luanda, o código prioriza para todos os efeitos os seres humanos, mas no caso, apesar de ser com um meio de transporte de carga, que, por um lado, utiliza as passadeiras que devem observar regulamentos próprios, em simultâneo as rodovias que são regidas por códigos de estrada, o que, implicitamente, deixa em aberto o estabelecimento de normas para o seu uso, para evitar inviabilização do tráfego, já que de todo modo elas partilham a via, mas também molestam peões. Entretanto, partamos para um pequeno exercício mental: um homem é um ser bípede da ordem dos primatas, pertencentes à subespécie *Homo sapiens*. Só por isso a sua vida é regida por normas morais e de direito, por forma a limitar o seu campo de actuação e ter uma convivência salutar entre os seus pares em sociedade. Logo, posto isso, o Código de Estrada é uma obrigação legal que define as atribuições das diversas autoridades e órgãos ligados ao trânsito, fornecendo diretrizes para o órgão que gere o tráfego e estabelece normas de conduta, infracções e penalizações para os diversos usuários desse complexo sistema. Por isso, considera o trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parados, estacionados ou em operação de carga ou ainda descarga do veículo.

O acima exposto é para dizer que, os especialistas em engenharia de tráfego, se os houver, deverão começar em elaborar estudos que poderão fornecer instrumentos que contribuam para que estes e outros veículos venham a surgir, já que recorde-se que o desenvolvimento tecnológico, vão no antro e podem

trazer outros meios de forma a regulamentar o seu uso.

Para começar, o tal estudo deveria ter uma abordagem, multidisciplinar, envolvendo sociólogos, juristas, engenheiros do tráfego e outros focos de influência, da comunidade, para regular-se as anomalias praticadas pelos utentes deste meio de transporte, por um lado, e, por outro, permitir que utilizem este meio como instrumento de trabalho, devendo fazê-lo com estima, pois constitui um trabalho que merece ser dignificado, pois nunca é demais dizer que preenchem um espaço que os meios de transporte de carga ordinária, já que eles são, por excelência, o meio mais rápido, barato com cobertura total.

### 3.3 Polícia económica faz vista grossa

*Semanário Factual*

*De 09 à 16 de Junho de 2012*

Após a publicação, na edição 209, sobre os apelos contra as especulações efetuadas pelos taxistas, o semanário volta a receber informações sobre a não operacionalidade da Polícia Económica (PE), devido ao crime de inflação que os vulgos candongueiros têm cometido.

Muitos dos nossos entrevistados apelaram para a punição coerciva de todos aqueles que vêm a especular o preço da corrida decretada pelo Ministério das Finanças.

O cidadão Francisco Bunga afirmou: "Não sei como temos de reclamar. Todos nós sabemos que os taxistas têm praticado preços exorbitantes, mas ninguém faz nada. Todos viram as costas ao nosso sofrimento", desabafou.

Bunga acrescentou ter sido muito difícil apanhar o táxi a partir das 7 horas da manhã, pois os taxistas chegam mesmo a cobrar um valor de 300 Kwanzas por corrida.

Esta prática, que tem tirado a calma e o sono aos cidadãos, é feita em todos os pontos de Luanda, pelo que se pede a intervenção da PE, a fim de se pôr fim a esta onda de desobediência à lei.

A cidadã Verónica Mateus falou ao Factual existir certa morosidade por parte dos efectivos da PE, uma vez a situação já ser insustentável.

Os preços do aluguer de uma viatura para transportar os produtos agrícolas do campo para o mercado do 30 tornaram-se bastante atrativos nos últimos anos, segundo o camionista, Miguel Ferreira, 37 anos.



O automobilista encontrava-se na manhã de Domingo com o seu veículo de cor vermelho carregado de frutas e verduras provenientes da cidade do Mbanza Congo.

Apesar do curto espaço para acomodação que o veículo possui, os três ocupantes procuravam acomodar-se da melhor maneira possível para recuperarem a energia perdida durante o trajecto de Mbanza Congo a Luanda.

"Fizemos mais tempo do que o previsto porque as estradas que ligam estas duas provinciais estão em obras", disse o camionista.

Miguel Ferreira contou que decidiu trocar o trabalho de serralheira pela camionagem um mês antes do anúncio da morte do Jonas Savimbi, líder fundador da UNITA, em Fevereiro, a convite de um amigo que exercia esta atividade durante a época de conflito.

"A primeira viagem que fiz como camionista foi da minha terra natal para a cidade de Mbanza Congo, não foi nada fácil porque éramos escoltados por militares para termos proteção em caso de emboscadas e le- vávamos uma ou duas semanas para chegarmos ao destino", recordou.

O nosso interlocutor disse que consegue viver com o dinheiro proveniente desta actividade e que não pensa voltar a trabalhar como serralheiro devido a escassez de clientes.

"Com o advento da paz, as estradas estão a ser reabilitadas e isso serve para nós, os profissionais deste ramo, Continuarmos com este tipo de actividade até quando a nossa condição física permitir", frisou.

O camião de Miguel Ferreira foi fretado por quatro senhoras que se dedicam a compra de produtos agrícolas

no interior do país para comercializa na cidade capital. Por falta de um posto de armazenamento dos produtos, os mesmos permanecem na carroceria até que forem entregues às pessoas que se dedicam à venda a retalho.

O processo dura em média dois dias e as clientes desembolsam um montante que varia de 10 a 50 mil Kwanzas, em função da quantidade de mercadoria. Depois disso, o condutor e os seus ajudantes tiram dois dias para descansar junto dos seus familiares.

### 3.4 Venda ambulante junto à linha férrea está a preocupar autoridades da Caála

*Jornal de Angola*  
10 de Junho de 2012

A administração do município da Caála está preocupada com as vendas praticadas ao longo da linha- férrea e paragens de táxis, disse ontem o chefe da repartição de Fiscalização, Augusto Tavares.

Augusto Tavares mostrou-se preocupado pelo facto de muitos vendedores abandonarem os mercados e Outros locais indicados para o comércio informal e ocuparem os terrenos junto à linha-férrea para comercializarem os seus produtos, correndo o risco de serem colhidos pelo comboio.

Os vendedores escolhem também as paragens de táxis para locais de vendas, ignorando os riscos que correm, por serem locais de muita movimentação de viaturas, que transitam em ambos os sentidos.

Augusto Tavares disse que os locais têm sido palco de vários atropelamentos e que, só nos primeiros meses deste ano, foram vítimas quatro vendedoras.

Além do perigo que representa a venda nas linhas férreas, o chefe de repartição fiscal da Caála lembrou que a frequência de pessoas ao longo da linha provoca a dispersão da brita, que assegura a sua consistência e periga a circulação do comboio. Para repor a ordem, Augusto Tavares disse que foram indicados para a venda de produtos o mercado da Lenha, junto do estádio do Recreativo da Caála, e a zona do bairro Mangumbala.

"Nos últimos dias, os locais indicados como praças estão a ficar vazios, as pessoas estão a voltar para junto do caminho-de-ferro, paragens (de táxis) e esquinas da cidade", afirmou.

No mercado municipal da cidade, com capacidade superior a 150 bancadas, apenas um grupo reduzido, entre 20 e 30 vendedores, fazem as suas vendas.

"As pessoas preferem deixar locais limpos para venderem em locais sem higiene e sujos", afirmou responsável.

Augusto Tavares garantiu que os fiscais da administração municipal da Caála estão orientados a redobrar a vigilância e fazer com que as pessoas ocupem os locais indicados para a venda de produtos diversos.

### 3.5 Exploração de menores ainda é vigente

*Semanário factual*

*De 16 á 23 de Junho de 2012*

A situação, que aflige muitas famílias angolanas, leva a que muitos pais obriguem as crianças a trabalharem. Em Luanda, atualmente, é possível constatar um número elevado de crianças a praticarem atividades recomendadas apenas para maiores de idade, muitas vezes incitados pelos pais, com o objetivo de aumentarem na renda familiar.

O trabalho dessas crianças leva-os a ter rendimento, através da venda ambulante de diversos artigos, do tratamento de unhas, da prestação de serviço de carregador (bagageiro) e de trabalhos domiciliários.

Na comuna do Bom Jesus, o Factual pôde constatar que crianças (do sexo masculino) dos 8 aos 12 anos são obrigadas a praticar a lavoura e a pesca; já as meninas têm de cuidar de casa e acarretar água no rio. A maioria das petizas abordadas pelo Semanário garantiram encarar estes trabalhos como normais.

Na comuna, o cultivo da terra e da pesca constitui a principal fonte de rendimento dos seus habitantes, sendo o esforço e o empenho de todos, sem poupar as crianças, o maior rendimento para as famílias.

Pais sem conhecimento dos direitos das crianças

Uma das situações que saltaram à vista na reportagem foi a falta de conhecimento de muitos pais sobre os direitos das crianças. Questionados sobre as atitudes que tomam para com elas, acreditam que é uma forma de educação, mesmo a violar os direitos consagrados pela Constituição da República de Angola.

O agricultor e pescador Paulo António falou ao Factual que "faz parte do nosso costume os jovens rapazes acompanharem-nos na lavoura e na pesca, pois eles têm de aprender a fazer as coisas, para que, depois, consigam sustentar a futura família".

Por sua vez, a professora Anacleta Sebastião falou que, na comuna do Bom Jesus, se têm verificado vários tipos de exploração à mão-de-obra infantil.

"A exploração infantil por parte da família é muito vivencial, pois muitas famílias acham que exigir que uma criança de 8 a 9 anos tem de ir ao rio buscar água é um acto de educação e não de exploração. Existem criança que vão à escola, no período da tarde, sem se alimentarem, porque a mãe saiu e não deixou comida", frisou.

A professora afirmou, igualmente, que "já me deparei com mães que acabam por não dar alimento ao filho, por este se negar a acarretar água e, comparando, os dois bidões têm cerca de metade do peso da mesma. Este facto deixou-me muito constrangida", desabafou a docente.

Exploração de menores em alta nas zonas fronteiriças e no litoral Segundo denúncias do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Instituto Nacional da Criança (INAC), em 2010, sobre a exploração de menores em Angola, cerca de 20 por cento de crianças menores de 15 anos trabalham mais de quatro horas por dia, contribuindo para as rendas de casa, o que representa um atentado contra a Convenção Internacional sobre os Direitos dos mais novos.

A denúncia apontou, igualmente, que as localidades de maior incidência na exploração de menores são as zonas fronteiriças e o litoral do País, onde estes são obrigados a trabalhar no campo e na venda ambulante.

Em Luanda, a exploração de menores está a ganhar contornos alarmantes. Nos últimos dias, foi possível ver estrangeiros malianos, senegaleses, entre outros, recrutarem menores para efetuar trabalhos em cantinas.

Por outro lado, aumenta, incessantemente, o número de menores a desenvolverem o trabalho de vendedores ambulantes nos mercados de Luanda, facto que passa aos olhos das instituições que devem velar pela proteção da criança.

A cidadã Anacleta Sebastião apelou para a realização urgente de palestras e de encontros com os pais, sobretudo nas zonas rurais, no sentido de passarem a informação sobre os direitos e prioridades das crianças.

"Penso que, com este acto das instituições especializadas no tratamento deste assunto, poderemos diminuir, e muito, o sofrimento de muitos menores no seio familiar", cimentou.

### 3.6 Balcão único do empreendedor tem grande adesão

*Jornal de Angola*

*27 de Junho de 2012*

No Balcão Único do Empreendedor do município de Viana, localizado no chamado quilómetro 30, pessoas de vários estratos sociais tentam obter informações que as encaminhem para o local certo e obterem os

documentos necessários para solicitarem um financiamento e lançarem-se num pequeno negócio.

A actividade é frenética, devido à quantidade de pessoas que ali se encontram. Mas, a pouco e pouco, todos são atendidos.

É a terceira vez que Emília Lima se desloca ao Balcão. Da primeira foi obter informações, mas como a enchente era grande, pediu a uma outra pessoa que aguardava que lhe explicasse quais os documentos necessários. De nada lhe serviu. "Se naquele dia aguardasse pela minha vez não tinha tido de voltar novamente", lamentou, quando se apercebeu que não possuía a documentação necessária para o crédito. "Ainda falta, também, a factura pró-forma porque a que tenho não cobre o crédito", explicou, demonstrando que ainda não está suficientemente informada sobre o processo.

Um funcionário do Ministério da Justiça disse ao Jornal de Angola que o crédito, denominado por "Meu negócio minha vida", permite a cada cidadão solicitar um crédito no valor máximo de 700 mil kwanzas, com juros bonificados na ordem dos dois por cento, com um período de carência de um ano e reembolso de cinco.

No entanto, quem pede montantes inferiores, mais depressa consegue saldar a dívida ao banco e, se tal for necessário, voltar a pedir um novo crédito.

Com a criação dos Balcões Únicos do Empreendedor (BUE), o Executivo pretende melhorar as condições de vida das pessoas, retirá-las do mercado informal e integrá-las na economia formal, explicou o funcionário, que não quis revelar o nome. O objectivo é financiar os pequenos negócios. Dar a possibilidade a essas pessoas de constituírem as suas empresas e, sempre que necessário, poderem ter acesso ao crédito. Devido à quantidade de gente que ali ocorre, algumas pessoas passam a noite ao relento para garantirem que conseguem ser atendidas no balcão.

#### Noite ao relento

António Kassua vive no Zango-5 e à quarta tentativa de entregar os documentos, considerou que era melhor pernoitar à porta do BUE. "Só hoje é que consegui dar entrada dos documentos, depois de quatro dias de tentativa. Para isso, tive de passar a noite aqui. É muita gente para o número de balcões disponibilizados", considerou. O jovem empreendedor pretende abrir uma livraria no município. "Se, porventura, considerarem o meu projecto, penso empregar dois jovens e ajudar na redução do desemprego no país", disse.

Martinho Jacob considera o BUE a oportunidade que faltava. "Sempre tive desejo de abrir uma gelataria e pastelaria móvel, mas por falta de financiamento esse desejo era difícil de concretizar. Agora já tenho a viatura e só estou à espera do crédito, para adquirir os materiais que faltam", disse, visivelmente feliz, depois de várias tentativas e de ter conseguido, nesse dia, entregar todos os documentos necessários para o seu processo.

Paula Kilusisa trabalha como cabeleireira. Está "cansada" de ser empregada e decidiu abrir o seu próprio estabelecimento. "Sonhar não é pecado. É uma oportunidade que sempre esperei, porque já há muitos anos que trabalho para as outras. Assim, tenho a possibilidade de abrir o meu pequeno negócio e empregar outros jovens", referiu Paula, que não teve muitas dificuldades em tratar os documentos, depois de ter pago o atestado de residência e a declaração da comissão de moradores, num total de 2.500 kwanzas.

#### Instalações de Catete abrem dentro de dias

A instalação onde vai funcionar o BUE na vila de Catete, município de Icolo e Bengo já estão concluídas. Aguarda-se, apenas, a sua inauguração, que vai ocorrer dentro de dias. Construído de raiz, os cerca de 70 mil habitantes do município vão poder constituir as suas empresas e pedirem um financiamento bancário. Este balcão vai prestar vários serviços ao público, como registo civil, agência bancária, registo comercial, pagamentos do Instituto Nacional de Impostos, segurança social, entre outros. Todos estes serviços vão facilitar a criação de empresas.

Damião Domingos, de 52 anos, é agricultor e espera a abertura do balcão para solicitar um crédito que lhe permita passar a produzir compotas e conservas e assim evitar que os seus produtos se estraguem. No fundo do seu quintal tenciona montar uma cozinha, com a qual vai aplicar os conhecimentos que adquiriu há dois anos, durante uma formação da FAO. "Com este programa vou poder transformar batata-doce, cebola, cenoura, pimento, ananás, mamão, maracujá e goiaba.

Todas essas técnicas domino, só me faltam meios para as aplicar", explicou. O cenário do BUE no município de Cacucaco é diferente daquele que encontramos em Viana.

#### Balcão Cacucaco

Aqui, embora os funcionários não tenham querido prestar qualquer esclarecimento, não se nota o fluxo do outro, porque os atendimentos são feitos por marcação.

No exterior do balcão são afixadas as listas das pessoas que vão ser atendidas a cada dia da semana.

Maria Sebastião disse ter sido fácil entregar os documentos e que pretende comprar uma chata. "O meu marido é armador. Vamos aproveitar esse barco para facilitar as nossas pescas", disse, visivelmente satisfeita por poder adquirir o seu próprio meio de trabalho.

Dulmino Paulino recorreu ao balcão apenas para pedir informações. "Tenho dois estabelecimentos e queria saber a forma de enquadramento dos mesmos", disse o jovem, que pensa agora analisar a proposta que, segundo ele, vai dar uma grande ajuda para integrar os jovens no mercado de trabalho.

"Qualquer programa criado pelo Executivo surge para facilitar a vida ao cidadão, mas é importante, antes de recorrermos ao crédito, analisar as suas vantagens e a forma de liquidação dos mesmos", aconselhou.

Luanda vai dispor de 14 balcões, estando em funcionamento os dos municípios do Cazenga, Belas, Cacuaco e Viana. Os da Quissama e Catete entram dentro de dias em funcionamento.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Função pública com mais alguns kwanzas

*Semanário Angolense*  
01 de Junho de 2012

Esta apreciação foi feita durante a 5ª sessão ordinária que decorreu no Palácio Presidencial sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

De acordo com o comunicado distribuído à imprensa, a partir de 9 de Junho, serão objecto de um aumento de 10% os salários de todos os funcionários e agentes administrativos e o salário mínimo nacional.

O Conselho de Ministros aprovou outros diplomas legais, onde se destaca o de reajustamento em 10% das pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou pericidos.

O órgão de Consulta do Chefe de Estado, segundo o comunicado, aprovou igualmente o reajustamento dos subsídios das autoridades tradicionais.

Construção de 152 sistemas de abastecimento de água

O Conselho de Ministros aprovou também o Projecto de Construção de 152 sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Programa Água para Todos, cujo objectivo é aumentar a capacidade de oferta de água potável às populações.

O projecto em causa, de acordo o comunicado que temos vindo a citar, visa atender 640 mil habitantes distribuídos pelas províncias da Lunda-Norte, Uíge, Kwanza-Sul, Moxico e Zaire. No entanto, o Conselho de Ministros aprovou um projecto para o Desenvolvimento do Plano de Acção da Estratégia de Segurança Energética do país, instrumento de trabalho que define as principais orientações estratégicas para o sector, com realce para o subsector eléctrico e para os subsectores petrolífero e de gás natural.

O órgão de consulta do Presidente da República aprovou ainda um Contrato de empreitada para a Construção das Redes de Distribuição de Baixa e Média Potências e a realização de ligações domiciliárias na Província de Cabinda, a fim de se melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica às populações do enclave.

A implementação deste contrato possibilitará a desactivação progressiva dos sistemas de geradores existentes, transferindo a sua alimentação para a Central Térmica de Fútila, recentemente construída.

O Conselho de Ministros aprovou o projecto de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico Chiumbe-Dala, da linha de transporte de energia Dala-Luena e da subestação do Luena. Numa primeira fase, este aproveitamento hidroeléctrico que fornecerá energia regular à cidade do Luena, e, posteriormente, será interligado às cidades do Luena, Saurimo e Dundo.

O Conselho de Ministros aprovou também a minuta de Contrato de Assistência Técnica e Fiscalização das Obras do Desvio do Rio do aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, localizado no Rio Kwanza.

Aprovou também o Despacho Presidencial que autoriza a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Consultoria em Tecnologias de Informação com a Sociedade Crown Agents, com a finalidade de consolidar e estabilizar o sistema informático adoptado, através do reforço da aprendizagem e da qualidade profissional dos funcionários aduaneiros que lidam com as tecnologias de informação.

No âmbito das medidas que o Executivo tem vindo a materializar para a rápida revitalização do sector diamantífero e estimular a diversificação da economia nacional o Conselho de Ministros autorizou que sejam outorgados os direitos mineiros aos projectos Luache, Luange, Gango e Quitúbia.

### 4.2 OGE 2012 com superati superior a 8,3% do PIB

*Jornal Expansão*  
01 de Junho de 2012

Em 2011, a taxa de desemprego estimada pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) situou-se em 24,8%, praticamente o mesmo valor que o calculado para 2010 (24,7%). Porém, o centro de investigação científica da UCAN acha que a capacidade de a economia formal criar empregos a uma velocidade superior à do crescimento da

população economicamente activa se encontra bloqueada "por qualquer razão".

"Os empresários identificam a falta de qualificação dos recursos humanos como um entrave à sua iniciativa e seguramente um obstáculo a uma criação mais intensa de novos empregos", lê-se no mais recente relatório económico do CEIC, a ser publicado no próximo dia 6 do mês em curso, a que o Expansão teve acesso em exclusivo.

Em 2008, o Executivo previu a criação, até 2012, de pelo menos 1,2 milhões de novos postos de trabalho. No entanto, os mentores do relatório são de opinião que, para que tal meta fosse cumprida, e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630 mil postos de trabalho e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%). Nesta perspectiva, afirmam, "não será possível criar, em termos acumulados, 1,2 milhões de novos postos de trabalho em 4 anos.

Mas, adiante, os investigadores da Universidade Católica estimam que a taxa de desemprego de longo prazo pode ser de 31,6%, muito elevada, face às necessidades de geração de rendimentos permanentes, necessários para a melhoria das condições de vida da população.

OGE 2011 com superavit de 8,3% do PIB

No documento, o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola estima, por outro lado, que o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2011 terá atingido, na óptica do compromisso, um superavit ligeiramente acima dos 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB), contra os 3,4% previstos pelo Executivo.

Os investigadores da UCAN justificam que o elevado superavit resulta da realização de um preço médio do petróleo superior ao previsto pelo OGE, no 110 USD por barril verificados, contra os 68 USD programados. De acordo com o CEIC, como consequência de variações do preço de petróleo, as despesas públicas têm enfrentado flutuações "elevadíssimas" que transmitem incerteza para os empresários.

O relatório sustenta que a dependência das finanças públicas, relativamente ao sector petrolífero, é um factor de instabilidade do ciclo de negócios. Tais incertezas, aponta, levam a que os empresários tenham apetência aos investimentos com um pay back period muito curto, causando ineficiências na alocação dos recursos e dificultando o desenvol-

vimento de sectores económicas que seriam fundamentais no tecido económico do País.

Este facto, consideram os mentores do documento, torna cada vez mais urgente a implementação de uma reforma fiscal que leve ao aumento da produtividade da eficiência no uso dos recursos e, através destes, a endogeneização das fontes de receita do Estado. Entretanto, o CEIC lembra que, em reconhecimento deste facto, o Governo de Angola está a implementar o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), cujas linhas estão plasmadas no Decreto Presidencial nº 50/11, de 15 de Março.

Política monetária

A introdução do novo quadro operacional, em 2011, implicou o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de transmissão de política monetária, permitindo que o banco central pudesse desempenhar um papel mais activo na preservação da estabilidade dos preços na economia, refere o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (UCAN), no seu relatório que analisa o comportamento da economia nacional.

No ano passado, lembra o CEIC, foi introduzida a Taxa Básica de Juro - Taxa BNA, "que tem por objectivo indicar a orientação da política monetária e segregar as facilidades de natureza prudencial das de política monetária, na medida em que, anteriormente, o conjunto de instrumentos limitava-se essencialmente à taxa de redesconto e às reservas obrigatórias.

Quanto à política cambial, o documento refere que, no ano transacto, foi possível aumentar "substancialmente" a venda de divisas relativamente a 2010 em 27%, assim como assegurar o aumento do nível de reservas internacionais líquidas (RIL) em termos de dólares, em 51 %, tendo-se situado em 26,1 mil milhões de dólares em Dezembro de 2011, devido sobretudo ao aumento dos fluxos financeiros externos, na sequência da recuperação dos preços internacionais do petróleo.

Panorama económico mundial

Para o CEIC, o panorama geral da economia mundial em 2011 foi de uma dinâmica relativamente fraca de crescimento, com uma quebra, face a 2010, de quase 22%. As economias avançadas foram e continuam a ser a principal parte deste problema de crescimento mundial e embora tenham anotado registos positivos de crescimento dos respectivos PIB, as quebras face à boa situação ocorrida em 2010 foram importantes, em média na ordem de 48%.

No ano passado, faz saber o relatório económico, a economia mundial foi afectada pela confluência de duas situações com elevado grau de adversidade, nomeadamente, a lenta recuperação das economias avançadas da OCDE, desde o início do ano, que não foi considerada como possível de acontecer (tinham sido previstas taxas de variação do PIB mundial de 4,4% e de 2,4% para as economias avançadas no início de 2011) e a elevada incerteza quanto ao desfecho das situações financeiras e fiscais das economias europeias e da economia americana.

### 4.3 Excedente do OGE 2011 atingiu 8,3 % do PIB e crescimento será mais moderado até 2014

*O País*

*01 de Junho de 2012*

O Orçamento Geral do Estado (aGE) para 2011 deverá ter registado um excedente na óptica do compromisso (que inclui as responsabilidades com a dívida pública) ligeiramente acima de 8,3% do produto interno bruto (PIB), de acordo com a estimativa apresentada no relatório anual sobre a economia angolana do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica respeitante ao último ano e que será lançado no próximo dia 6, numa sessão que terá lugar em Luanda. Para a superação do superavit previsto no OGE 2011 (3,4%) contribuiu decisivamente 'a realização de um preço médio do petróleo superior ao previsto pelo orçamento (USD 110,0 por barril verificados contra os USD 68,0 por barril programados). O Relatório Económico de Angola 2011 chama, entretanto, a atenção para o facto da dependência das finanças públicas relativamente ao sector petrolífero constituir um factor de instabilidade do ciclo de negócios. 'Estas incertezas levam a que os empresários tenham apetência aos investimentos com um Pay Back Period muito curto, causando ineficiências na alocação dos recursos, dificultando o desenvolvimento de sectores económicos que seriam fundamentais no tecido económico do país, adianta o documento. Daí que o CEIC considere urgente a implementação de uma reforma fiscal que leve ao aumento da produtividade, ao aumento da eficiência no uso dos recursos e, através destes, à endogeneização das fontes de receita do Estado, acrescentando que em resultado do reconhecimento deste facto, o Governo de Angola está a implementar um Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), cujas linhas estão plasmadas no Decreto Presidencial nº 50/11, de 15 de Março.

### Crescimento positivo

O CEIC admite que a economia angolana poderá estar a entrar num período de crescimento menos intenso que aquele que foi verificado num passado recente (entre 2004 e 2008, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 17%) ainda que bastante positivo, estimando que o PIB cresça este ano 9,1%, no próximo 8,8% e que em 2014 cresça 7,5%, bastante acima, por conseguinte, das taxas de variação verificadas nos três últimos anos. Já o PIB não petrolífero deverá evoluir a um ritmo de 9,5%, 9,6% e 5,5%, respectivamente em 2012, 2013 e 2014. Para todos os sectores são projectados ritmos de evolução elevados, com realce para a agricultura e indústria transformadora, 'consequência da implementação dos projectos agrícolas referidos e da concretização das diferentes medidas de apoio à iniciativa privada anunciadas pelo Governo, em especial os financiamentos às pequenas empresas em excelentes condições de mercado. De salientar ainda o valor estimado para o crescimento do sector petróleo, produtos refinados e gás em 2014 (11,4%), ano em que se prevê que o sector não petrolífero cresça apenas 5,5%. De referir ainda que se estima que o PIB por habitante (em dólares de 2002), que se situava em USD 1.476,3 em 2009, atinja os USD 1.946,2 em 2014. O CEIC nota que 'a diminuição da taxa de variação do PIB em 2013 e 2014 leva em consideração o risco de a economia mundial poder entrar novamente em recessão'.

O relatório passa em revista os desenvolvimentos observados no plano da agricultura, da diversificação económica, do emprego e produtividade e da inflação, deixando, em cada um destes domínios, alguns alertas.

### O mito agrícola

No que respeita à agricultura, o documento contraria a ideia - feita de que os solos de Angola 'são ubérrimos e com excelentes aptidões para a maioria das culturas', considerando que se trata de 'um mito que urge erradicar do road map angolano para o desenvolvimento' e, chamando a atenção para estudos existentes, muitos dos quais já com largos anos, como é o caso de um documento preparatório do IV Plano de Fomento para Angola que começou a ser desenhado nos primeiros anos da década de 70 por especialistas portugueses conhecedores da situação' o qual indica que em '50% do território predominam solos arenosos e noutros 22% ocorrem solos ferralíticos ou paraferralíticos, via de regra ácidos ou muito ácidos e pobres em matéria orgâ-

nica, fósforo, azoto e vários micronutrientes'. O CEIC admite que os avanços entretanto verificados

no domínio da ciência e da técnica oferecem soluções que permitem superar este constrangimento mas considera ser 'claro que uma operação nesse sentido exigirá avultados investimentos cujos resultados que não serão de curto prazo'. De imediato, refere, torna-se imperioso encarar o problema da fertilidade com a realização de análise de solos, mas há poucos laboratórios e o seu desempenho é muito limitado, o que não permite fiabilidade nos seus produtos'.

Quanto ao objectivo de diversificação da actividade económica assinala que o impacto da crise internacional de 2008/2009 sobre a economia nacional colocou na ordem do dia a necessidade de se deixar de depender quase exclusivamente das receitas provenientes da economia de enclave. 'Antes desta data, lembra o relatório, as prioridades estavam voltadas para a recuperação da produção e para a reabilitação/ construção de infraestruturas económicas'.

Meta para o emprego exigiria mais crescimento

Para o CEIC o objectivo, traçado pelo Executivo, de criação de 1.200.000 postos de trabalho em quatro anos não se afigura compaginável com as taxas de crescimento efectivas da economia. Esta conclusão é retirada na sequência de contas feitas tendo como base a evolução da produtividade. 'Para que a meta de emprego prometida em 2008 fosse cumprida até final de 2012 e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630.000 postos de trabalho e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%). Portanto, não vai ser possível criar, em termos acumulados, 1.200.000 novos postos de trabalho em 4 anos' conclui o relatório.

A taxa de desemprego estimada pelo CEIC para 2011 é idêntica à calculada para 2010 (24,7%) e, segundo o centro de estudos, a taxa de desemprego a longo prazo pode ser estimada em 31,6%. 'Parece que a capacidade de a economia formal criar empregos a uma velocidade superior à do crescimento da população economicamente activa se encontra bloqueada por qualquer razão. Os empresários identificam a falta de qualificação dos recursos humanos como um entrave à sua iniciativa e seguramente um obstáculo a uma criação mais intensa de novos empregos', refere o CEIC.

Inflação estrutural

Após salientar que, pela primeira vez, o valor do índice de preços do consumidor se situou abaixo da meta traçada pelas autoridades em 2011, o CEIC considera que se a 'eficácia das variáveis estritamente monetárias foi positiva para níveis muito elevados de

subida dos preços no consumidor', doravante o controlo da inflação poderá depender, essencialmente, dos seus 'elementos estruturais', chamando a atenção para o facto de que 'a correlação entre variáveis monetárias e inflação vem diminuindo ao longo do tempo'.

No domínio da política monetária o relatório regista que a política monetária passou a ter um novo quadro operacional em que a meta operacional já não é 'o controlo da base monetária tendo por base a estabilidade do nível de preços ao consumidor' mas a 'persecução do objectivo de inflação definido pelo Executivo, em que a variável operacional para a concretização da política monetária é a taxa de juro, associada associada a uma meta quantitativa - os meios de pagamento (M3) - estabelecida na Programação Monetária, e onde a gestão de liquidez pelo BNA centra-se nas reservas livres do sistema'. O novo quadro, implicando o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de transmissão da política monetária, conferiu ao banco central um papel mais activo na preservação da estabilidade dos preços. Neste novo contexto foi introduzida a Taxa BNA e foi criado o Comité de Política Monetária, cuja função é estabelecer directrizes para a política monetária e definir mensalmente a taxa básica de juro.

No domínio da política cambial, o relatório salienta que o aumento dos fluxos financeiros decorrentes da recuperação do preço do petróleo permitiu aumentar substancialmente a venda de divisas (em 27% relativamente a 2010) e assegurar a recuperação das reservas cambiais (RIL - reservas internacionais líquidas) em 51%, as quais se situaram, no final de 2011, em USD 26,1 mil milhões.

#### 4.4 Cooperação entre Angola e China é útil para a reconstrução nacional

*Jornal de Angola*

*09 de Junho de 2012*

Durante um encontro entre empresários de Angola e da China, a secretária de Estado angolana acrescentou que as boas relações entre os dois Estados têm permitido o relançamento da economia angolana e a criação de novas e importantes estruturas para o crescimento e consolidação de uma economia forte e dinâmica.

Exalgina Gambôa disse que a China é um parceiro estratégico e privilegiado de Angola e adiantou que, no conjunto de todas as acções que conformam a cooperação existente, Macau tem um papel preponderante na promoção das relações, na perspec-



tiva bilateral e multilateral. "É um mercado em expansão e o volume de trocas comerciais entre os dois parceiros, que cresceram mais de 42 por cento em 2011, demonstrou que os desafios não superam o enorme potencial de recursos e oportunidades com vantagens recíprocas", observou, reafirmando o desejo do Executivo angolano em continuar a aprofundar a cooperação em várias áreas.

A secretária de Estado da Cooperação salientou que o crescimento da economia e desenvolvimento da China são, para Angola e o Mundo em geral, exemplos inspiradores, em que os resultados contribuem para a melhoria do nível de vida das populações, esperando-se, por isso, que o encontro empresarial promova mais parcerias.

"É uma visão que projecta o desenvolvimento sustentável com base na estratégia do Executivo angolano para 2025, mas que requer a participação de todos os angolanos e de todos os governos e povos que detenham recursos, experiências e "know how", enfatizou Exalgina Gambôa. A secretária de Estado acrescentou que espera mais troca de informação e assistência da China para a promoção da transferência de conhecimentos, competitividade entre as empresas e ganhos que possam estender as iniciativas locais para o âmbito regional da SADC e do espaço lusófono.

Composta por quase uma centena de empresários daquele país, a delegação chinesa, liderada pelo antigo chefe do governo da Região Administrativa Especial de Macau, Edmund Ho Hau Wah, manteve, em dois dias, contactos com investidores nacionais de distintos sectores, membros do Executivo e com instituições públicas como a Agência Nacional do Investimento Privado, Associação Industrial de Angola e a Câmara do Comércio e Indústria de Angola.

## 4.5 Governo garante créditos bonificados

*Semanário Angolense*  
09 de Junho de 2012

No âmbito do programa «Angola Investe», elaborado pelo Executivo para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, o Governo «bateu o peito» diante de 19 instituições bancárias para dizer que elas não têm o que temer. Podem conceder os créditos necessários aos negócios do empresariado nacional, porque ele - o Governo, além de figurar como avalista desses agentes económicos, «garante» que vai «pôr a mão no cofre» para estabelecer a

bonança caso caia alguma tempestade sobre essas transações.

A banca não só entendeu o recado como recebeu de bom grado a iniciativa, que não é nova, mas que ganha um outro contorno vindo como veio. Por meio do ministro da economia, Abraão Gourgel, e do ministro das finanças, Carlos Alberto Lopes, na terça-feira, 05, em Luanda, o Governo firmou com os bancos comerciais, um memorando de entendimento sobre uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantia, estipulado em quase um bilhão e meio de dólares .

Um dos pilares entre os benefícios desse programa, de acordo com a consideração de Abraão Gourgel, é justamente o mais fácil acesso dos empreendedores ao crédito, sem que tenham de apresentar as garantias reais à banca. Ao lado desse pressuposto posiciona-se a bonificação das taxas de juros dado que uma parte desse rendimento será paga aos bancos pelo ministério da economia.

Os memorandos assinados foram dois. O primeiro é um tratado entre os ministérios da Economia e das Finanças. É no contexto desse Decreto Executivo que estão aprovados os regulamentos do Programa de Linha de Crédito Bonificado e dos mecanismos das suas garantias públicas. O segundo memorando ratifica a deliberação dos bancos signatários de aderir aos programas de financiamento do «Angola Investe» - isto é: rubrica o apoio da banca à Linha de Crédito Bonificado de Garantias Públicas.

Para materializar o projecto, os bancos comerciais deverão disponibilizar um crediário limitado em 1,47 bilhões de dólares, até 2012, com as linhas de crédito bonificadas com garantias públicas. Os montantes a serem creditados aos empresários vão de um mínimo de 200 mil dólares para micro empresas, a 5 milhões de dólares para as pequenas firmas.

Sabendo que uma porção do risco está assumido pelo Governo, que não só vai bonificar as taxas, como também para socorrer com o fundo de garantia que criou - caso seja necessário, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), indicou que vai avançar na concessão desses financiamentos com 50 milhões de dólares.

Os valores disponíveis, segundo Paixão Júnior, o presidente do conselho de administração da instituição, poderão vir a crescer nos próximos tempos. Para o administrador a primeira preocupação é atender os beneficiários que tenham realmente capacidade e que cumprem com as suas responsabilidades.

Apesar das condições fráveis declaradas pelo Estado, Paixão Júnior assevera que o BPC vai validar de forma clara os estudos e os projectos que lhe forem apresentados para assegurar o reembolso. E deu a conhecer que a taxa de juros média anual no «seu» banco está estipulada em 5% ao ano, com um prazo de reembolso de sete anos e um período de carência maior que seis meses.

O presidente do conselho executivo do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, ciente de que o programa do Executivo, em consideração, expressa o compromisso de assegurar a economia e promover a classe empreendedora, para elevar os níveis de produção, rubricou a promessa de conceder os empréstimos que se façam necessários.

O gestor do Sol mostrou-se optimista quanto ao memorando no sentido deste vir a elevar os níveis de produção e de rentabilidade da carteira de crédito.

Da totalidade de instituições bancárias ratificantes do memorando que ordena as condições do relacionamento delas com o Executivo, consta também o exemplo da assinatura do Banco Bic, por meio do seu PCA, Fernando Teles.

O Executivo, consoante a comunicação transmitida pelo mandatário da economia, vai criar um fundo de garantia de até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo para bonificação de juros que chega ao máximo de 155 milhões de dólares.

Uma iniciativa de tal envergadura não poderia ser implementada sem se ter em conta um processo de controlo da inflação. Nesse quesito, Abraão Gourgel, «o cabeça» da Economia, frisou ter-se feito, nos últimos anos, um percurso de melhoramento da taxa de inflação e afirmou que «a forma mais rápida de baixá-la é a bonificação», acentuando que a intenção é baixa-la até 5%.

Os governantes fizeram saber que pretende-se também, que a relação entre o crédito concedido pela banca e o Produto Interno Bruto se aproxime dos níveis típicos de uma economia diversificada. Desse modo objectiva-se ver o reflexo desses incentivos do Executivo na criação de mais empregos, na irradiação crescente da pobreza e da fome e concomitantemente, na criação de riquezas.

Certamente esse incentivo financeiro do programa do Executivo «Angola Investe», para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, só está a começar. Não bastará «fazer com que os bancos concedam mais créditos aos empreendedores que, devido a factores históricos, não têm ainda as garantias suficientes que os bancos exigem».

É coerente estimar-se que, na questão do acordo entre os dois ministérios envolvidos reside a necessidade de se descreverem as regras do jogo e de se definirem as bases indispensáveis para assegurar a confiança da banca ao mesmo tempo que se faz imprescindível ditar as «palmatórias» a infligir aos agentes empresariais incumpridores das suas obrigações concernentes a materialização de todo esse projecto .

## 4.6 Crédito com risco mitigado

*A Capital*

*09 de Junho de 2012*

É de aplaudir", disse o empresário Maurício António, referindo-se a iniciativa do Executivo angolano, que nesta terça-feira, 05, rubricou com 19 bancos comerciais um acordo que permite a abertura de facilidades de crédito no âmbito do programa Angola Investe.

O jovem empresário, que entrou no mundo dos negócios por via da criação de uma firma de prestação de serviços no ramo das tecnologias de informação e comunicação, recebeu a notícia com total satisfação, por lhe ter alimentado a esperança de que a facilidade criada pode ser uma oportunidade que o permitirá dar vida a um projecto estagado por falta de financiamento.

O mesmo optimismo que anima a proprietária da “casa de doces”, Eunice Pereira, que, há mais de três anos, luta por complementar o negócio com a abertura de um restaurante anexo à pastelaria em referência. Só que o projecto esbarra no mesmo problema com que se debate a maioria dos homens com iniciativas empresariais: dificuldade de acesso ao crédito bancário.

Na verdade, um outro empresário vai, nos últimos tempos, tendo a sorte de aceder a um empréstimo junto da banca comercial. Todavia, tais empréstimos são disponibilizados a preços proibitivos, como foi o crédito solicitado por Fernando Cândido junto do banco com o qual possui relações comerciais.

"Os juros são bastante altos para aquilo que é a capacidade do empresariado angolano", considerou o presidente do grupo Cândido & Filhos, que apela, por isso, para a necessidade das partes signatárias do memorando que viabiliza o crédito bonificado para micro, pequenas e médias empresas.

Assinaram pela parte governamental o ministro da Economia e o das Finanças, enquanto da parte dos bancos fizeram-no os presidentes dos respectivos Conselhos de Administração.

Ao abrigo de tal acordo, o Executivo garante junto da banca comercial assumir os riscos a decorrer do não pagamento dos empréstimos a favor de projectos da lavra dessas categorias de empresas. Ou seja, o memorando "é um compromisso entre os ministérios envolvidos e os bancos comerciais, ao abrigo do qual o governo poderá aplicar até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo de bonificações de juros até 155 milhões de dólares", tal como afirmou Abraão Gourgel, que acrescentou que os bancos poderão, por força disso, conceder crédito até um limite global de 1,4 mil milhões de dólares.

O fundo de garantia, segundo garantias do Executivo, poderá cobrir 70% dos valores que os bancos emprestem para o financiamento dos projectos.

As garantias avançadas tranquilizaram os dezanove bancos comerciais que aderiram à iniciativa, com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a manifestar a sua total disponibilidade em vir a financiar, sem temor de risco, os projectos que se apresentem viáveis aos olhos daquela instituição bancária de capitais públicos.

"Evidentemente uma parte do risco está mitigado porque o Governo de Angola não só vai fazer bonificações de algumas taxas como também poderá com o fundo de garantia que tem apoiar algumas dessas operações", sublinhou paixão Júnior, presidente do conselho de administração do BPC.

Para início do processo, o BPC revela ter já assegurados 50 milhões de dólares para serem colocados à disposição das micro, pequenas e médias empresas constituídas no mercado angolano.

Entretanto, a generalidade dos empreendedores que reagiram ao passo dado nesse sentido dizem esperar que, na hora da concessão de tais empréstimos, os bancos envolvidos olhem, não para a cara de quem solicita o financiamento, mas para a viabilidade dos projectos a serem apresentados, depois do Executivo ter junto dos mutuários garantido vir assumir os riscos a decorrer do não pagamento dos empréstimos a favor de projectos enquadrados no programa "Angola Investe".

Maurício António serviu-se de experiências que, entre nós, mostram que a beleza dos discursos nem sempre se traduzem em acções práticas, para além de que no acesso a facilidades do género pesa muito o tráfico de influência, em desfavor da consistência dos projectos de investimento submetidos para financiamento junta da banca.

Seja como for, as autoridades entendem que para uma economia que se quer diversificada, a

bonificação das taxas de juro traz, consigo, uma série de benefícios para um país onde grande parte dos esforços governamentais estão virados para acções que permitem o relançamento da produção nacionais, a pensar na redução das importações.

É, como disse Abraão Gourgel, "um grande incentivo para que os bancos concedam mais crédito e com esse aumento de concessão de crédito se consiga que o rácio crédito concedido/ produto interno bruto melhore consideravelmente».

Crédito que não é para todos

Os beneficiários dos empréstimos a serem concedidos no quadro do "Angola Investe" deverão, à luz do acordo rubricado, fazer o reembolso num período de 7 anos, na base de uma taxa de juro máxima de 5 por cento, e um período de graça não inferior a 6 meses.

Ocorre, entretanto, que a facilidade é lançada a favor não de todo o segmento de empresas, na medida em que estão excluídas as estruturas empresariais com características fora daquelas que determinam o perfil da micro, pequena e média empresa.

A literatura define micro empresas aquelas cuja facturação bruta anual vai até 250 mil dólares, empregando até 10 trabalhadores. A esta categoria de empresas o programa permite a concessão de crédito num limite máximo de 200 mil dólares. As que empregam mais de dez até 100 trabalhadores e cujo negócio lhes permite uma facturação anual até 3 milhões de dólares são classificadas como pequenas empresas, podendo concorrer para um empréstimo em montante até 1,5 milhões de dólares.

Já para aceder a um crédito equivalente em kwanzas a um valor até 5 milhões de dólares, o candidato deverá, nos termos do acordo assinado, representar uma empresa de média dimensão. Ou seja, uma empresa com facturação bruta anual que varie entre 3 milhões a 10 milhões de dólares norte-americanos, e cuja actividade é assegurada por um universo de mais de 100 até 200 trabalhadores.

## 4.7 Novo sistema tributário necessita participação de toda sociedade

*Agora*

*17 de Junho de 2012*

O coordenador da Unidade Técnica do Projecto Executivo para a Reforma Tributária, PERT, Francisco Brandão, considerou em Luanda, a necessidade de se fazer estudos muito profundos com a participação de todos para que se estabeleça

um novo e moderno sistema tributário e uma nova e moderna administração tributária.

Francisco Brandão que fez esta afirmação durante uma palestra sobre Reforma Tributária em Angola e sobre o Fomento Empresarial, organizada pelo Comité de Especialidade de Economistas do MPLA, adiantou que, para tal, está-se a preparar condições no sentido de se criar um instituto de formação em tributação para formar técnicos nesta área assim como pessoas interessadas na matéria.

"Um dos objectivos da reforma tributária é fazer uma ampla reforma a nível da tributação do país e implementar um sistema de justiça fiscal que permita, por um lado, que o Estado possa salvaguardar os seus interesses e, por outro, que o contribuinte veja salvaguardados também os seus interesses", sublinhou Francisco Brandão.

Neste aspecto, referiu, até ao momento os resultados são óptimos nas várias vertentes. Fez-se uma revisão ampla da legislação tributária e um incremento significativo na organização da administração, na alfandega, na direcção nacional dos impostos e com apoio dos contribuintes tivemos resultados significativos, disse.

"Conseguimos um dos objectivos preconizados que foi um incremento na arrecadação de receitas provenientes do sector não petrolífero", sublinhou.

O palestrante afirmou que, neste momento, nota-se já uma mudança significativa dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais e, por outro lado, a própria administração está a criar condições para que seja mais fácil pagar os impostos.

"Temos a certeza que vamos conseguir cumprir com os objectivos do projecto que não é só aumentar as receitas, mas também criar condições para o desenvolvimento sustentável da economia e uma redistribuição do rendimento nacional mais equitativa.

O orador da palestra disse que se prevê concluir os estudos do novo sistema de tributação em 2013, estando a sua implementação prevista para 2014. Só quando as condições estiverem devidamente criadas é que será implementado o novo sistema tributário, sublinhou.

Por outro lado, o economista Licínio Contreiras, ao abordar o tema sobre o fomento do empresariado nacional, referiu-se à importância do programa. Angola Investe como uma das grandes oportunidades para que as micro e pequenas empresas se desenvolvam.

Para tal, afirmou que o Instituto de Apoio as Pequenas e Médias empresas, INAPEM desempenha um papel importante no programa.

## 4.8 Seguro agrícola

*Jornal de Angola*

*21 de Junho de 2012*

No campo vivem milhares de pessoas que se dedicam à actividade agrícola para subsistência ou para comercialização do produto do seu trabalho. A produção agrícola tem conhecido nos últimos tempos um grande desenvolvimento, com empresários e camponeses a realizarem actividades que contribuem para diversificar a economia. Vemos acções orientadas para a autosuficiência alimentar no país.

Angola é hoje auto-suficiente em banana, produto que temos em quantidade para abastecer todo o mercado interno, sem necessidade de recurso à importação. Isso é prova de que os angolanos são capazes de desenvolver actividades produtivas com resultados que satisfazem a população em termos de consumo e preços.

As terras férteis e extensas que temos permitem-nos antever um rápido desenvolvimento rural. Já vão surgindo investidores nacionais e estrangeiros que se implantam no campo para realizar projectos produtivos diversos.

Há um interesse crescente em se aplicar dinheiro no campo, a que não está alheia outra necessidade, a de erguer infra-estruturas no campo que criem condições para que os investidores se instalem nas zonas rurais.

As terras são uma das nossas principais riquezas e os produtos que delas saem têm ajudado a combater a fome, havendo projectos que contribuem para a erradicação da pobreza e proporcionam a muitas famílias condições de vida melhores do que no tempo da guerra em que não havia circulação nem trabalho. O campo, onde vive parte considerável da população angolana, é fonte de rendimento de muitos cidadãos, estando a aumentar o número de pessoas que se querem dedicar à agricultura. Mesmo pessoas que vivem nas cidades e que têm capital, têm ido para o campo explorar terras, a fim aumentarem os seus rendimentos, mas aos mesmo tempo ajudando a criar postos de trabalho e a incrementar a produção agrícola, contribuindo assim para que os preços dos produtos baixem.

O Estado, por via do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, tem feito a sua parte, incentivando e criando as condições necessá-

rias para que os camponeses realizem sem grandes dificuldades a sua actividade agrícola. Têm sido dados apoios de diversa ordem aos camponeses, nomeadamente, em instrumentos de trabalho, em créditos bonificados, o que permite a muitas famílias obter rendimentos com a comercialização dos produtos que fornecem ao mercado.

Mas nem sempre os resultados esperados se concretizam no campo. Por vezes surgem calamidades naturais. A campanha agrícola 2011/2012 foi afectada pela falta de chuva, decorrendo daí muitos prejuízos. O fenómeno levou instituições financeiras à análise da possibilidade de se criar o seguro agrícola para cobrir perdas resultantes de calamidades naturais.

É necessário que os especialistas estudem profundamente o assunto e que, no interesse nacional, haja contribuições para que se crie um sistema que acuda aos camponeses quando há calamidades naturais. Podia-se, por exemplo, fazer um estudo comparado entre as soluções que outros países têm para problemas da mesma natureza e dimensão. Desse estudo podiam resultar contribuições para encontrarmos, internamente, um caminho válido para a nossa realidade.

Embora o seguro agrícola seja um produto complexo, na opinião de peritos, é bom que se tenha já aberto o debate à volta da questão. Muitos acreditam que o seguro agrícola vai ser uma realidade em Angola nos próximos tempos, devido aos longos períodos de estiagem que tem levado à perda de muitas culturas. Paixão Franco, presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) acredita que "com a aplicação da meteorologia à actividade agrícola estão em princípio criadas as condições para que o seguro agrícola seja uma realidade nos próximos tempos". Sendo o trabalho no campo duro, é necessário que se encontrem formas de proteger, por via do seguro agrícola ou de outros mecanismos, os camponeses quando estes perdem a produção de que depende o sustento e o rendimento das famílias. A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) tem um papel a desempenhar no estudo de soluções que compensem os camponeses em caso de calamidades naturais enquanto não se criar o seguro agrícola.

Paulo Uime, presidente da UNACA, deu a notícia de que o Executivo trabalha no sentido de se abrirem canais de irrigação para fazer face a situações de falta de chuva. Foi acertado que se pensasse em soluções alternativas, já que está em jogo uma grande quantidade de produtos agrícolas necessários para abastecer vastas regiões do país. Se se considerar que

a seca afectou regiões do litoral e do Centro-Sul, imagine-se a dimensão dos prejuízos. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar na identificação das saídas para as situações de calamidade natural no campo.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Agentes no Cazenga registam moradias

*Jornal de Angola*  
6 de junho de 2012

Os moradores do bairro Calwenda, no município do Cazenga, receberam ontem os agentes cartográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE), que trabalham na recolha de dados para actualização da carta cartográfica nacional.

Inácio Cabingano, coordenador provincial de Luanda para o Censo, disse que embora a população esteja a colaborar com os agentes cartográficos, ainda é visível, um certo receio quando recebem os agentes.

O coordenador para o Censo provincial de Luanda, disse que um dos problemas que os técnicos enfrentam é a falta de esclarecimento das pessoas sobre o trabalho a realizar pelos agentes cartográficos.

Faustino António, supervisor de uma brigada, disse que tem tido dificuldades para efectuar o trabalho, porque "há pessoas que não quiseram fornecer informações e não permitiram a entrada nas suas casas".

Faustino António aproveitou a presença da imprensa para pedir que a população facilite o trabalho dos agentes. Quem tiver dúvidas ou necessitar de um esclarecimento deve recorrer à Administração Municipal.

Maria Fernanda, de 56 anos, vive há mais de 20 no bairro Calwenda. Disse que não tinha conhecimento de que brigadas de agentes cartográficos iam trabalhar no bairro para recolha de dados habitacionais.

### 5.2 Implementação das autárquias locais passa pelo princípio do gradualismo

*Semanário factua*  
9 á 16 de Junho de 2012

O jurista Lazarino Poulson afirmou na terça-feira, 5, em Luanda, que, ao se efetivar a descentralização

administrativa no País, no ano 2014, terá de se ter em linha de conta o princípio do gradualismo, fazendo, desta feita, que as autarquias locais comecem por surgir nas localidades onde haja condições para tal.

Lazarino Poulson teceu esta posição quando questionado sobre a importância dos princípios administrativos, em especial o da Aproximação dos Serviços à População, constante da Constituição.

Lazarino referiu que, sendo 2014 a data anunciada para a implementação das autarquias locais, não se pode descurar o princípio do gradualismo.

"Defendo aqui o princípio do gradualismo, porque é bem verdade que, no primeiro momento, não serão todas as localidades que vão ter essa entidade administrativa, mas, gradualmente, haverá, em 2014/2015, municípios que podem passar já para as autarquias locais e, nos anos subsequentes, outros, assim que se vão criando condições em determinadas localidades", asseverou.

Para ele, uma maior aproximação dos serviços à população precisa da institucionalização das autarquias locais, uma vez estas entidades permitirem que haja participação direta dos particulares nos órgãos administrativos locais.

As autarquias, disse, além da eleição dos órgãos dirigentes, terão uma assembleia e um órgão administrativo local, que serão "a porta aberta à participação dos particulares".

"O facto de as autarquias serem entidades com certa autonomia administrativa e financeira vai permitir que os seus órgãos locais possam dispor de meios para poder atender, imediatamente, às necessidades dos particulares", sublinhou.

Em contrapartida, o jurista salienta o facto de estar a assistir às iniciativas do Executivo, como por exemplo, a abertura de guichés, criação e construção de escolas, hospitais e serviços administrativos, que têm a ver com o princípio da aproximação dos serviços às populações.

### 5.3 Cabinda está farta das promessas do MPLA e de JES

*Folha 8*  
09 de Junho de 2012

Os cabindas não entendem por que razão continuam a ser dirigidos por homens do Uíge e descartados do governo, pois com excepção de Augusto Tomas, o MPLA tem estado a expulsar os cabindas dos seus postos de trabalho, e não só, dentro do partido, eles

também não são vistos com simpatia, pelo contrário, inspiram desconfiança quase instintiva. Ora, se realmente há uma certa distanciação entre cabindas e as gentes do restante território angolano, é porque há algumas razões para que tal aconteça, porém, o problema é que toda a gente vê que o enclave é, por assim dizer, tratado como se fosse uma colónia, enquanto o anunciado nos discursos oficiais a descreve como se fosse uma parcela gozando de estatuto privilegiado.

Tendo sido a incrível paz em Cabinda confeccionada em cima do joelho e um perfeito fracasso, graças, sobretudo, à escolha de Bento Bembe como representante dos Cabindas, tudo ficou na mesma ou pior.

O que de mais relevante tem acontecido nestes últimos anos foi os dirigentes de Luanda ignorarem as reivindicações dos cabindenses, enquanto estes nunca puderam esquecer as sevícias sofridas ao longo de mais de três décadas.

Nunca esqueceram que o governo angolano continuou a reforçar a presença das suas tropas militares no enclave, como, por exemplo, em Fevereiro de 2010, aquando do desembarque de dois batalhões do exército, integrando equipas de engenharia, artilharia de longo médio alcance e unidades dade de blindados, aparecidos ali como por encanto para montar uma nova base ao longo da fronteira com a República do Congo Brazzaville, ao mesmo tempo que 3 companhias de fuzileiros, ficaram ao longo da zona portuária de Cabinda, com a missão, também de patrulhar as bases e campos de exploração petrolífera no alto mar, bem como as águas territoriais internacionais, instaurando assim uma espécie de pré estádio de guerra.

Os pescadores tradicionais que dirigem pequenas embarcações feitas de madeira, foram os primeiros a sentir esta presença, ao serem intercetados, para revistas no alto mar, pelos fuzileiros, sob alegação de haver quem, ao invés de "pescar peixe" "pesque armas e guerrilheiros" introduzindo-os posteriormente à socapa no enclave, ludibriando desta forma os serviços de segurança.

#### 5.4 Administrador Municipal anuncia projectos sociais

*Jornal de Angola*  
22 de Junho de 2012

O administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, anunciou para breve a reabilitação e

requalificação das ruas Ngola Kiluanje, Mulenvos, Fiaco, Rei Pelé e Quinta Avenida.

Falando à imprensa, o administrador informou que vão ser construídas novas infra-estruturas rodoviárias e sociais no município, no quadro do programa de combate à pobreza e desenvolvimento rural.

A semelhança da Sétima Avenida e da Rua dos Comandos, a Administração do Cazenga pretende reabilitar reabilitadas outras importantes vias de acesso do Cazenga.

Victor Narciso disse ser importante a colaboração dos municípios na higiene e preservação dos bens públicos que estão a ser construídos, mostrando-se indignado comportamento de alguns cidadãos que insistem em depositar o lixo em locais impróprios e nos separadores das ruas, principalmente na rotunda da Cuca e no Mercado dos Kwanzas. Existem mais de 30 contentores espalhados ao longo das ruas do Cazenga e "por isso, não há necessidade de a população continuar a colocar os resíduos em locais impróprios, desrespeitando as normas estabelecidas".

Tany Narciso assegurou que o Executivo continua a desenvolver esforços para ter as vias rodoviárias limpas, com iluminação pública e com sinais de trânsito funcionais.

Entretanto, o chefe da Rede Saúde do município diga, Zola Messo, informou que os casos de malária e doenças respiratórias, frequentes nesta época de cacimbo, preocupam autoridade locais.

O responsável sanitário disse aos serviços locais registam os elevados de casos de malária seguindo-se as doenças respiratórias agudas, principalmente em crianças menores de cinco.

"Neste momento não se registam casos complicados, por que todos tiveram resposta nos centros de saúde e outros foram transferidos para hospitais centrais, disse Zola Messo.

#### 5.5 Executivo projecta novo censo populacional para 2013

*O Independente*  
23 de Junho de 2012

Os cidadãos de Luanda consideraram que o censo populacional previsto para 2013, é um acto histórico para a sociedade angolana, atendendo o facto do último ter-se realizado na década 70.

De acordo com alguns populares em declarações ao Independente, a propósito do impacto do censo geral

da população e habitação na melhoria das condições sociais dos angolanos, a realização deste acto é histórica, por permitir ao Governo planificar e fazer uma projecção sobre os problemas que a sociedade enfrenta.

Octávio Clemente disse ser um acto histórico para os angolanos, para resolução dos problemas, mas para tal é necessário haver mais informações sobre a realização do censo populacional, uma vez que a maioria da população desconhece os meandros desta importante acção.

João Vicente frisou que se recorda do último censo parcial, realizado nos anos 80 em algumas províncias do país, cujos resultados não foram divulgados, com este acontecimento em 2013, augura que tal recenseamento ajudará o Governo a conhecer quantos somos e quantos seremos até 2050.

Manuel António frisou que isto dará um impacto enorme se a organização começar já com a divulgação e sensibilização da população sobre o assunto.

Maria Teresa disse desconhecer sobre a realização do censo, todavia, Manuel António frisou que isto dará um impacto enorme se a organização começar já com a divulgação e sensibilização da população sobre o assunto há pouca informação disponível sobre o assunto.

Já Janet Bravo afirma que vai facilitar a identificar alguns indicadores sociais, no concernente à saúde, à educação, e à economia, porque isto ajudará a construir certas instituições para o bem-estar da sociedade angolana.

Joaquim António Bento disse, por exemplo, que só a província de Luanda, uns dizem que somos 4 milhões e outros 6, com esta intenção, penso que este será um indicador demográfico que interessará a todos.

Por sua vez, estudantes da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), destacaram hoje, a importância da realização de censos populacionais por parte do Executivo, para se efetuar uma melhor distribuição de serviços e benefícios sociais à população.

Os estudantes apontaram o censo populacional como um método essencial para as autoridades conhecerem melhor o número de habitantes no país e, mais facilmente, resolverem as suas inquietações.

Nelson Jaime, estudante do 20 ano do curso de jornalismo, frisou que, o censo é um estudo estatístico referente à uma população que possibilita a recolha de várias informações, como o número de

habitantes, a quantidade de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem, suas profissões, entre outros dados.

"Através desses dados, as autoridades estarão melhor informadas e, desta forma, poderão elaborar programas de assistências sociais e económicos mais abrangentes e profícuos", ressaltou.

Já o estudante Antero Bumba, 30 ano do curso de psicologia, referiu que, através desse estudo demográfico, as autoridades estarão mais Habilitadas em termos de conhecimento do número exacto da população, para atender as suas necessidades.

"O número de habitantes de uma determinada localidade pode aumentar ou diminuir, ao longo do tempo, por essa razão, há necessidade das autoridades efectuarem censos populacionais de forma a conhecerem a realidade daquela região", sublinhou.

Por seu turno, a estudante Mariana Caley, apelou às pessoas no sentido de colaborarem com as autoridades, em caso de eventuais realizações de censos populacionais, visto que os benefícios saídos dessas pesquisas vão beneficiar a própria população.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) formou até ao momento mais de 340 agentes cartógrafos de catorze províncias, tendo em atenção o processo de actualização da carta cartográfica angolana para o Recenseamento Geral da População e Habitação-2013.

Segundo o coordenador técnico do Censo, Paulo Fonseca, na primeira fase que teve lugar em Fevereiro do corrente ano foram formados agentes cartógrafos do Bengo, Zaire, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje e Uíge.

Já na segunda fase, de acordo com o responsável, os formadores passaram pelas províncias do Cuando-Cubango, Bié, Huambo, Namibe, Benguela, Cunene, Huíla e Luanda.

O processo de formação, adiantou a fonte, se regista actualmente nas províncias do Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul e Cabinda.

Avançou ainda que os números de agentes cartógrafos estão distribuídos em função das estimativas da densidade populacional de cada província.

Amissão destes agentes é recolher os dados necessários para a actualização do mapa cartográfico nacional para o seccionamento das áreas de acção das equipas.



Os trabalhos de recolha dos dados serão executados por recenseadores, ou seja, por indivíduos localmente recrutados e formados para o efeito. Cada um deles ser-lhe-á atribuída uma área bem definida e delimitada, designada por Secção Censitária (SC), contendo em média cerca de 100 habitações na área urbana e 80 nas rurais.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demo gráficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza recenseamento o Instituto Nacional de Estatística (INE) está a criar condições técnicas, metodológicas, logísticas e financeiras, assim como a formação de agentes cartógrafos para realizar um censo piloto em Setembro desse ano. O censo demográfico é um estudo estatístico referente a uma população, que possibilita a recolha de várias informações gerais da população e habitação desde 1970 (época colonial), embora as Nações Unidas (ONU) recomendem que os países devam fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a criar condições técnicas, metodológicas, logísticas e financeiras, assim como a formação de agentes cartógrafos para realizar um censo. O censo ou recenseamento demográfico é um estudo estatístico referente a uma população, que possibilita a recolha de várias informações, tais como o número de habitantes, de homens, mulheres, crianças e idosos e como vivem as pessoas, a profissão e outros, o mesmo realiza-se de dez em dez anos, na maioria dos países.

Em Angola infelizmente devido a guerra que assolou o país durante 30 anos e outros condicionalismos não permitiram a realização do referido acto. Segundo a definição da ONU, o censo é um conjunto de operações que consistem na recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais relativos a um determinado momento em certos períodos a todos os habitantes de um país ou território.

## 5.6 A pior governação entre os municípios do Bengo

*Folha 8*

*23 de Junho de 2012*

Diz a nota e consubstanciam os portadores, ao contrário, seu substituto Januário Bernardo, é praguejado pelos residentes como sendo a causa do infortúnio em que o Ambriz submergiu. Januário Bernardo é citado pelas fontes que nos fizeram chegar em mãos o documento como tendo transportado em sua bagagem de Luanda, um contingente de desempregados, colocados a martelo em sectores administrativos e funções para as quais não desfrutam de competência. Reina por isso muita indisciplina, com ausências frequentes e por longo período de trabalhadores sem contudo se tomarem as devidas medidas corretivas.

No sector económico e social as coisas vão de mal a pior, tendo em conta, a divergência existente nos moldes de pagamento pontual das obras desde já fraudulentas entre a empresa AUDONAR e outras subsidiárias pertencentes ao administrador, priorizadas sempre que haja pagamentos nas verbas alocadas a administração municipal do Ambriz. Para baralhar as cartas, recentemente garantiu aos municípios em vão, melhorias nas lavras, pertença dos populares. Entretanto, sem razão aparente, vai denegrindo a boa hospitalidade que este povo acolhedor proporciona aos visitantes.

### MÁ GESTÃO E USO INDEVIDO DA COISA PÚBLICA

O programa de desenvolvimento rural e da municipalidade no sector da saúde considera-se um fiasco atendendo ao facto de existir lacunas na aquisição de meios desnecessários do ponto de vista medicamentosos e outros fármacos. Também incluiu-se o benefício próprio da viatura de marca Land - Cruiser com a chapa de matrícula LD - 16 DK, pertença da repartição municipal da saúde cuja mesma havia acidentado.

O folheto denominado medika (boletim informativo da administração municipal) ao seu mando apresenta mentiras de toda espécie, particularmente no orçamento disponibilizado pela Direção Nacional do Tesouro, tendo em conta, que a instituição possuiu dívida equivalente a 70.697.432.10 KZS, fruto de aquisições de mobiliários, viaturas, pagamento de pessoal mal enquadrado. Por outras palavras, o folheto em referência se destina mais a lavar a imagem do administrador municipal e encobrir seus desmandos do que promover o município ou passar informações úteis. Neste exercício de abuso de poder,

privatizou o sector da energia a favor da empresa 2 KB e o mais agravante, os meios utilizados (geradores, cabos eléctricos e outros) provêm do orçamento da administração municipal; a mesma empresa não dispõe de condições exigidas pelos termos da lei, para tal o abastecimento de energia eléctrica na sede no município, tornou-se um caos, pois está à baixo da percentagem, cujo fornecimento é efetuado por zonas ou bairros, hoje aqui, amanhã ali, tal é a mania aplicada em Luanda, situações que anteriormente não existia na primeira fase com a empresa Ambrol.

Para demonstrar a tamanha falsidade, a empresa 2KB não implantou mais de 180 postes de iluminação pública maioritariamente de metal, nos bairros Kibonga e Musseque (sede do município) respectivamente.

Mais faz saber o documento, corroborado, a famosa residência fantasma está em construção, obra a cargo da empresa AUDONAR, depois de demolir o chafariz público e o Jango comunitário, sem contudo abdicar da reabilitação do armazém do sector da agricultura adjudicada a empresa MAESPIN onde se armazenavam sementes e inputs agrícolas, destinados aos camponeses.

A situação das avarias dos tractores prevalece. O titular da pasta endereçou uma missiva à empresa SYMATEL, no intuito de abdicar destes meios e recepcionar viaturas ou automóveis para o seu benefício. Esta situação está por se esclarecer, mesmo com a recente visita efetuada pelos funcionários do Departamento de Inspeção e Fiscalização do Governo da Província do Bengo que detectaram várias irregularidades na gestão do orçamento desta instituição. Em abono da verdade, precisa-se corrigir muitas falcatruas.

#### DESVIO DE FUNDOS DOS PENSIONISTAS

Para além da anarquia instalada e a falta de carácter do administrador, outra acusação movida pelas fontes, é sobre o depósito misterioso de 2.000.000.00 KZS, na conta individual da antiga chefe do gabinete, Baroneza Adão Nicolau, sem suscitar reacções do Governo da Província e outros órgãos afins, para atribuir responsabilidade ao prevaricador.

Por outro lado os valores disponibilizados para o pagamento dos subsídios dos antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como aos pensionistas que não possuem conta bancária, ainda não foram devolvidos na direção provincial de tutela e posterior depósito na conta única do tesouro. As autoridades tradicionais a bastante deixaram de receber os seus subsídios, nomeadamente: quatro meses (04) meses,

2010, dois (02) meses 2011 e quatro (04) meses 2012, igualmente.

#### CONCLUSÃO

Perante estes factos que a população do município do Ambriz vem denunciando através do confrade Semanário Angolense, a mesma solicita uma Comissão de Inquérito do Ministério das Finanças e do Tribunal de Contas, a fim de dar solução ao assunto e proceder a exoneração daqueles que não observam com responsabilidade o erário público, que é de todos cidadãos.

### 5.7 Disputa Religiosa

#### *A Capital*

*23 de Junho de 2012*

O 'fenômeno' parece estar a ganhar corpo, ao mesmo tempo que se assiste a uma inércia por parte dos órgãos reitores da política religiosa do país.

Nos vários bairros de Luanda, facto que tem agastado os moradores de vários bairros periféricos, regista-se um agrupamento num mesmo local de diferentes denominações, com todos os rituais - qual deles o mais barulhento que envolvem esses cenários.

E não são apenas duas, mas sim três ou até mesmo quatro igrejas que distam poucos metros umas das outras. Bairros como Marçal, Golfe, Operário e Cazenga vem conhecendo há já algum tempo esta preocupante realidade.

Sadeth Paixão, moradora da Rua da Jacó, no bairro Marçal, foi uma das primeiras a manifestar a sua indignação à reportagem deste jornal. "Quando vim morar aqui já encontrei estas igrejas, mas não se fazia sentir a confusão atualmente" considerou a jovem.

É aos domingos que a moradora se diz torturada por tão grotesca presença religiosa, que quase lhe alteram a função arterial. Como se não bastasse à gritaria ensurdecadora, aquela cidadã vê-se obrigada a lidar com um infernal engarrafamento na hora em que os cultos terminam. "Isto aborrece qualquer pessoa", reconhece.

E vezes sem conta os crentes chegam a violar os espaços de estacionamento que são apenas reservados aos moradores. Até nos dias normais da semana, o quadro mantém-se inalterável. As igrejas realizam também alguns cultos em horários pouco recomendáveis.

No caso do bairro Marçal, por exemplo, segundo Sadeth Paixão, existem mais de seis igrejas próximas umas das outras, sendo que numa das igrejas os ininterruptos.

E as autoridades, quisemos saber, a resposta de Sadeth Paixão fez-se pronta. "Há muitos vizinhos que pertencem a estas igrejas por isso nem todos estão disponíveis para reclamar sobre este assunto. Quase não há nada a fazer", lamentou. "Na minha opinião, os líderes destas igrejas deviam coordenar os seus horários de forma a não coincidirem com as demais e reduzem, desta forma, este tipo de confusão", defendeu a nossa interlocutora.

Outro senão, denunciaram os moradores, está relacionado com a ausência de higiene por parte dos fiéis dessas igrejas. Dai o apelo: "os crentes devem ajudar os moradores nas questões que têm a ver com o saneamento básico do bairro, porque afinal eles também frequentam a rua", sugeriu. No Bairro Operário, distrito do Sambizanga, a história é repetida. Hilário Gabriel, um morador daquela histórica circunscrição, com 23 anos de idade, recorda que até então existia apenas uma igreja, mas que num abrir e fechar de olhos, como cogumelos, nasceram outras. "Para mim, em condições normais, esta seria uma saudável concorrência, mas se não incomodasse", afirmou Gabriel, para quem "não há necessidade de num mesmo bairro existirem tantas igrejas e uma ligada à outra, com cada uma a puxar a brasa para a sua sardinha", prosseguiu.

Só neste momento, quase que umbilicalmente ligadas, existem quatro igrejas, sendo que a mais recente se instalou no bairro há coisa de dois anos e meio.

"É mesmo complicado viver com quatro igrejas próximas. Aos domingos é um culto atrás do outro. Quase o dia todo é um passa e repassa de muita gente e automóveis dos fiéis que chegam a fechar as ruas e até parte da estrada, facto que tem também atraído os gatunos por conta da exposição dos carros", queixou-se o jovem Gabriel.

Ele defende, isso, a adopção de um sistema que impedisse a saída do som do interior das igrejas, para que a mesma não se propague por toda a rua, ao ponto de incomodar os moradores. "Defendemos ainda que os cultos devem ser realizados numa hora padrão e ao mesmo tempo para tenhamos alguns dias de paz durante a semana", sugeriu.

Um fenómeno ameaçador

Ao pronunciar-se sobre esta controvérsia, o sociólogo Horácio Lembe defende que, antes de

tudo, a igreja deve promover a coesão entre os homens diante de um Ser supremo, moldando a consciência humana de formas a lidar com os dolorosos dilemas que surgem no processo de tomada decisões de natureza moral.

Sobre as chamadas disputas religiosas, é entendimento do especialista que as mesmas perseguem objectivos económicos, políticos e culturais. Tendo em conta o elevado nível de pobreza que assola o país, explicou, muitos são os líderes religiosos que decidiram funda . as suas igrejas e seitas como estratégia de sobrevivência ao desemprego. "Por esta razão tem-se constatado que algumas denominações religiosas funcionam como agremiação familiar, ao estilo das propriedades privadas, em que nalguns casos, a sua origem advém de um desmembramento com uma outra instituição do género.

Quanto ao factor político desvenda o dado de alguns povos terem vivido sob opressão, fazendo com que algumas missões religiosas usassem discursos de liberdade, igualdade e fraternidade para divulgar a sua mensagem, conquistar fiéis e afirmar-se numa determinada comunidade. E no que se refere ao factor cultural? "De acordo com a história, a origem da religião está intrinsecamente ligada à cultura dos povos, porque alguns povos da antiguidade, utilizavam a fé como garantia da coesão do grupo para melhor se defenderem de outros povos invasores".

E nesta vertente haverá ou não o que se pode chamar de disputas religiosas, perguntamos. Horácio Lembe garante ter presenciado uma disputa de território e de horário de reuniões entre membros de duas denominações religiosas no bairro Terra Nova. "Para além dos factores económicos, políticos e culturais, o discurso de pregação de muitas denominações religiosas visam promover a intolerância religiosa, na defesa de religião verdadeira contra a falsa, pastor verdadeiro contra o pastor falso", explica, acrescentando que tais discursos desencadeiam uma luta intensa em busca do poder religioso, onde a falta de formação moral, ética e religiosa por parte de muitos ministros de culto é incontável e o sentimento etnocêntrico (de que só te nós somos os verdadeiros, somos os melhores) tem estado a desencadear algumas lutas, criando assim um desconforto na convivência entre fiéis e líderes não só da mesma como de outras denominações religiosas.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Famílias Recebem terrenos ematerial de construção

*Jornal de Angola*  
7 de junho de 2012

Um número considerável de famílias que residia por detrás do cine Arco-íris, no espaço projectado, ainda antes da independência, para a edificação da avenida Salvador Correia, no centro da cidade do Lubango, recebeu terrenos de mil metros quadrados e diverso material de construção para a construção de casas.

Os populares abandonaram a área de forma voluntária, após a entrega, pelo governo provincial da Huíla, de talhões para erguer moradias na zona urbanística do Mutundo, incluindo três a cinco mil tijolos e outro material.

O Jornal de Angola apurou que a maioria dos ocupantes dos casebres já abandonou o espaço, tendo levado consigo, além de haveres pessoais, material como portas, janelas, vigas, sistemas de instalação eléctrica, chapas de zinco, entre outros.

António Calomonde, que viveu no local durante 15 anos, contou que o bairro surgiu com pequenas casas de blocos de adobo e cobertas de chapas de zinco. A maioria das famílias que aí vivia emigrou do interior da província da Huíla e de outros pontos do país, por causa da guerra.

"As pessoas construíram num local projectado para a construção da estrada do cine Arco-íris", disse, referindo que houve moradores que ergueram as suas casas, além do espaço da estrada, nas áreas de drenagem das águas das chuvas e residuais, provocando consequências aos habitantes.

Na época chuvosa, disse, muitas casas ficavam inundadas e outras não suportavam a pressão das correntes de água e acabavam por desabar, além de arrastar o lixo e lama. "Foram anos de muito sofrimento, angústia e frustração. Agora estamos numa zona com mais espaço e apropriada para habitar".

Kamba Lumbanza, 50 anos, recebeu, pela primeira vez, um terreno de mil metros quadrados onde está a erguer a sua casa. Satisfeita, considerou o terreno como o melhor presente, porque estava desprovida de recursos para a aquisição de um talhão que lhe permitisse materializar os seus objetivos.

No local" a antiga moradora da zona Arco- Iris está a construir um quarto, sala e casa de banho com os três mil tijolos e chapas, que recebeu do governo provincial. Assim que tiver condições, Kamba Lumbanza pretende aumentar os compartimentos e materializar o sonho de erguer uma pequena loja. "Tenho experiência em negócios e quero ter uma casa própria para o comércio", afirmou.

Enalteceu as autoridades da província por criarem condições de realojamento próximo ao novo mercado do Mutundo, que já regista algum movimento, o que incentiva outras pessoas sem ocupação a desenvolverem pequenos negócios e criarem sustentabilidade e riqueza.

Kamba é uma mãe batalhadora, que cuida de seis filhos. Confessa ser, hoje, uma mulher feliz, por conseguir algo de valor para um dia deixar aos herdeiros. "Vivia num lugar apertado e com o risco de desabar com as inundações".

O processo de transferência das famílias residentes por detrás do cine Arco-íris para a centralidade urbanística do Mutundo obedeceu a várias etapas: diálogo com a comissão do bairro e habitantes, inscrição e marcação dos casebres., distribuição dos terrenos e material de construção civil diverso e abandono voluntário.

#### Nova avenida

O trânsito automóvel, com congestionamento em várias artérias do Lubango, passa a ser mais fluido com a construção de novas avenidas no perímetro urbano. O realojamento dos populares que construíram casas precárias na zona do Arco-Iris vai permitir o arranque das obras da segunda avenida.

Com uma extensão de cerca de um quilómetro e meio, a nova avenida começa a ser erguida logo que estejam concluídos os trabalhos de limpeza dos escombros dos casebres. O engarrafamento registado nas horas de ponta na via do Arco Iris, nos sentidos ascendentes e descendente; vai reduzir, com a conclusão do projeto da antiga avenida Salvador Correia.

A primeira avenida em obras fica próxima das imediações da praça João Paulo 11 aos Lareanos, com um quilómetro e 166 metros de extensão.

A estrada foi projectada na margem do rio Mukufi. A construtora Andrade Gutierrez Zagope realiza, neste momento, ações de limpeza, remoção de solos e terraplanagem.

Para empreitada, o governo provincial investiu 830 mil dólares para a colocação de asfalto na estrada, que

vai ter sete metros de largura, passeios e calçada para incentivar a prática de exercícios físicos, recreação e lazer. O executor da obra garantiu primar pela qualidade e respeitar os prazos estipulados no contrato.

A componente ambiental foi salvaguardada na construção de novas infra-estruturas no rio Mukufi e zonas adjacentes, na medida em que vão ser construídos sistemas de tratamento de águas residuais e de drenagem das águas das chuvas, que escorrem do cimo do complexo turístico da Nossa Senhora do Monte para-e centro da cidade.

O governado defende a criação de condições para drenagem das águas das chuvas e residuais e a criação de condições para a prevenção de doenças, com a eliminação dos focos de propagação de mosquitos e outros insectos causadores de enfermidades aos habitantes do Lubango.

A criação de novos sistemas de drenagem ao longo da cidade vai permitir a redução da velocidade da água das chuvas provenientes da Nossa Senhora do Monte para o centro da cidade e parte baixa, arrastando areia e outros objectos que prejudicam o saneamento da urbe.

## 6.2 Moradores querem autocarros da Tcul

*Semanário Factual*  
De 9 á 16 de 2012

Desde manhã cedo, centenas de moradores do Zango 4, que trabalham em Viana ou na baixa de Luanda, percorrem por mais de dois quilómetros a pé, criando transtornos mil, para poderem chegar à estrada com destino a Calumbo, a fim de apanharem um transporte, no caso um autocarro da TCUL, ou, grosso modo, algum táxi.

Eles questionam a inexistência de autocarros nas estradas asfaltadas do Zango 4, cuja localização está distante da estrada principal, mais de dois quilómetros, sendo os numerosos "kupapatas" (moto-táxi) os "salvadores" de quem trabalha fora da "urbe".

Por isso, os moradores apelam à direcção da EDEL para que inclua o Zango 4 na rota dos seus autocarros, pois, afinal, os necessitados são também pessoas, e, como tal, devem ser igualmente dignificadas.

## 6.3 Famílias realojadas no Zango IV

*Jornal de Angola*  
10 de Junho de 2012

As 109 Famílias que viviam em das há cerca de seis anos no bairro Sapu, município de Belas, em Luanda, estão a ser transferidas desde ontem para casas próprias no bairro do Zango IV, em Viana, no âmbito do programa de realojamento das populações.

As famílias, maioritariamente provenientes do Kilamba Kiaxi, ano de 2005, em consequência chuvas que assolaram a população que vivia em zonas consideradas de risco, estão a beneficiar de casas "evolutivas".

Em declarações à Angop, o assessor técnico do programa de realojamento das populações, Cândido da Rocha Pinto, disse que os beneficiários vão dar continuidade à obra iniciada pelo Executivo, numa zona onde já existem infraestruturas como água e energia elétrica, escolas e hospitais, proporcionando desta forma maior segurança às famílias.

O responsável disse que os moradores afetados pela chuva estavam agrupados em quatro campos provisórios, totalizando 244 famílias. Está prevista a transferência faseada e o encerramento total dos campos até fins de agosto do corrente ano.

Cândido da Rocha Pinto esclareceu que a dinâmica do processo passa pelo prazo de conclusão e entrega das obras.

## 6.4 Kora Angola Falha previsão de início de venda de imóveis

*Expansão*  
15 de junho de 2012

Kora Angola falha previsão de início de venda de imóveis A Kora Angola, empresa do ramo imobiliário e responsável pela gestão do projecto Horizonte, falhou na previsão de iniciar a comercialização dos imóveis do referido projecto no primeiro trimestre do ano corrente.

De acordo com a diretora comercial da empresa, Lídia Santos, o atraso deve-se à necessidade de preparar todo o processo de comercialização, assim como aguardar por condições mais favoráveis no que se refere ao financiamento do crédito à habitação. "Sabemos que o Governo angolano está a fazer grandes esforços nesta área e acreditamos que, com a dedicação que tem perante este assunto teremos para breve a solução para o crédito à habitação destas casas sociais", argumentou. Para já mantém-se a meta

de se comercializar 40 mil fogos ao equivalente em kwanzas a 55,6 mil USD em três anos.

Entretanto, a diretora avança que o projecto Horizonte se encontra em diferentes fases, conforme a província. Por exemplo, nas regiões do Kuito (Bié), na Cáala e Bailundo (Huambo), já estão em curso as infra-estruturas para cerca de 1400 casas, sendo que no Kuito devem edificar perto de 600 unidades, Cáala cerca de 900 unidades e Bailundo 1000 e nesta algumas unidades já construídas.

Outras regiões com obras em curso são Lossambo (Huambo), onde serão construídas 450 unidades, das quais 130 já estão em construção; no Sumbe, Kwanza Sul, onde serão feitas 100 unidades, assim como na província do Uíge. Em curso estão as negociações para a construção de outros projectos.

A direcção da Kora Angola não avançou o volume de investimentos nem os montantes referentes aos contratos celebrados, este momento, foram contratados 30 empreiteiros e gerados 4500 postos de trabalho diretos.

Além destes, Lídia Santos garante que a Kora proporcionou a criação de um número considerável de postos de trabalho, através dos subempreiteiros. "Um pequeno exemplo de trabalho indirecto é o caso dos transportes de mercadorias para todas as obras que até à data já totalizam cerca de 5000 camiões", acrescentou.

Noutra ocasião, o director-geral da Kora Angola, Nimrod Gerber, afirmou que, na generalidade, a empresa está a edificar habitações do tipo T3 com 100 m<sup>2</sup>, sendo que a empresa deve edificar outras tipologias e edificações na província de Luanda.

Recorde-se que a Kora está nesta empreitada no âmbito do programa habitacional "Meu Sonho, Minha Casa". O Executivo lançou à Kora Angola o desafio e responsabilidade pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40 000 fogos habitacionais. Este projecto teve início há dois anos e deverá estar concluído num período de três anos, sendo que o início das vendas estava previsto para o primeiro trimestre do ano em curso.

## 6.5 Sonho da casa do kilamba

*O Independente*

*16 de Junho de 2012*

Um canto da última página do matutino diário de quinta-feira, 14, achava-se uma pequena notícia sobre a alteração da modalidade de acesso às casas na cidade do Kilamba.

Não se sabe se de propósito, mas o que é certo é que, apesar de ter saído numa página considerada nobre, a notícia passou de tal forma despercebida que sequer chegou ao conhecimento dos próprios funcionários da Delta Imobiliária, a quem competia, segundo o anúncio, discutir e acordar, com os interessados, os termos e condições contratuais.

Por tratar-se de uma decisão de esperado impacto social, já que o que para muitos seria o sonho da casa própria, para a maioria dos angolanos é um autêntico pesadelo, enviamos uma equipa de reportagem para aferir sobre como é que a população luandense recebeu a notícia. A verdade é que mesmo antes de chegar-mos ao n.º 06, 2.º andar esquerdo da Rua Rainha Ginga, era perceptível que a boa nova não tinha sido suficientemente divulgada.

Na boca do povo, a conversa ainda girava em torno da confirmação do cabeça-de-listado MPLA e do seu principal coadjuvante, de seu nome, Manuel Vicente. Quanto à matéria a que lhe seguíamos o rasto nada! Ninguém comentou, ninguém se movimentou para, ao menos, buscar informação sobre como chegar ao Kilamba. Um funcionário da Delta Imobiliária ainda comentou que nós não éramos os primeiros da imprensa a bater-lhes a porta para obter informações sobre as casas do Kilamba.

A situação dá o que pensar, qualquer que seja a explicação para o que aconteceu na quinta-feira, 14. Das duas uma: ou a Sonangol Imobiliária anda com algum problema do ponto de vista da comunicação institucional, o que não deixa de ser preocupante, ou, o que é bem pior, o desgaste provocado por tantas partidas em falso em relação ao assunto levou a uma tal descrença, que muitos terão deixado de acreditar na "boa vontade" do Executivo.

É que quando se anunciou pela primeira vez a venda dos apartamentos, isto em Novembro de 2011, muito boa

gente se dirigiu aos tais balcões da Delta Imobiliária para saber das modalidades de venda. Não foram poucos os que reclamaram do excesso de burocracia e do preços draconianos que punham de rastos qualquer cidadão mediano. Aqui mesmo neste espaço falamos repetidamente sobre a forma como estava a ser tratado o assunto e inclusive, na primeira hora, avançamos que o regime de renda resolúvel seria a solução mais apropriada para o valente soco no estômago ao défice habitacional.

Só para recordar, em finais do ano passado, a Delta Imobiliária havia informado o público que tinha mais de 70 mil pessoas inscritas, que 30 por cento desse número já havia confirmado interesse em adquirir os

imóveis a pronto pagamento. Ora, por aquilo que se vê no terreno não corresponde com a informação da empresa a quem foi entregue a responsabilidade de agenciar as vendas dos imóveis. Ou alguém mentiu, ou os tais 30 por cento das 70 mil pessoas inscritas simplesmente desistiram na hora 'H'.

Pelo meio ficamos a saber que afinal o processo de vendas das casas no Kilamba estava dependente de uma série de diplomas que serviriam de garantia para que os bancos comerciais começassem a conceder créditos com os tais juros bonificados. Estamos em crer que o assunto está encerrado. Doutra forma será impossível.

Inaugurada em Julho de 2011 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a cidade do Kilamba tem todas as características de qualquer outra distinta e moderna do mundo: áreas residenciais para albergar mais 400 mil habitantes, estabelecimentos comerciais, zonas de lazer, escolas, hospitais, uma rede viária eficaz e um canal ferroviário.

## 6.6 Casas sociais em construção na província

*Jornal de Angola*

*18 de Maio de 2012*

O programa de construção de fogos habitacionais está a construir 200 casas nas reservas fundiárias do Estado de cada um dos sete municípios da província do Bié.

As casas estão a ser erguidas numa área urbanizada. O projeto está avaliado em 987,547 milhões de kwanzas, segundo a agência de notícias Angop, que cita um relatório síntese do projeto de construção das habitações sociais.

As habitações vão acolher 8.400 famílias dos municípios da província. O programa de construção de fogos habitacionais abrange, igualmente, arruamentos, passeios, esgotos para escoamento das águas das chuvas e espaços para infraestruturas sociais, como escolas, hospitais, creches e zonas de lazer.

O programa de construção de 200 fogos habitacionais envolve 28 empresas de construção civil.

O Executivo desenvolve em todo país o programa habitacional que está erguer casas para a população, executado pelo Ministério do Urbanismo e Construção.

Em vários municípios do país estão a ser construídas casas sociais para a população, no quadro do programa nacional de combate à fome e à pobreza para quadros da administração do Estado.

## 6.7 Povoação de Cangala com casas evolutivas

*Jornal de Angola*

*20 de Junho de 2012*

A povoação de comuna de Cangala, no município do Chinguar, localizado a cerca de 75 quilómetros a sul da cidade do Cuito, província do Bié, conta com mais dez casas evolutivas, apresentadas, no fim-de-semana, pela administradora municipal, Beatriz Diniz Napembe. As casas, já apetrechadas, foram construídas no âmbito do programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

O soba Emílio Catito enalteceu empenho do Executivo angolano na construção das casas evolutivas, porque, como referiu, vão possibilitar o desenvolvimento da comunidade e melhorar a acomodação da população.

A autoridade tradicional acrescentou que os projectos visam melhorar as condições de vida da população do município do Chinguar, que, na mesma altura, ganhou um centro médico de referência. O governador do Bié, Boavida Neto, sublinhou que a inauguração dessa unidade sanitária constitui uma mais-valia para o município do Chinguar e para a comuna de Cangote, em particular.

## 6.8 Catoca constrói milhares de casas para funcionários

*Novo Jornal*

*22 de Junho de 2012*

A sociedade mineira de Catoca entregará, em Dezembro, aos seus trabalhadores as primeiras quinhentas casas de um lote de três mil, anunciou a direção da empresa.

"Temos consciência de que a população da Lunda Sul, particularmente os trabalhadores da Sociedade Mineira de Catoca, têm problemas habitacionais graves. A maior parte das casas são de construção precária, caem com as chuvas, não têm urbanização, saneamento básico e as condições são bastante deficientes", reconheceu o diretor geral, Ganga Júnior.

Este gestor anunciou que a iniciativa se insere no âmbito da implementação do programa de

responsabilidade social da empresa, ao assinar recentemente, em Luanda, um contrato promessa de construção de Casas com a China Internacional Fund Limited (CIF).

O condomínio habitacional, a ser erguido na província da Lunda Sul compreenderá três mil casas. No interior do complexo serão também construídas uma escola e uma esquadra policial para zelar pela educação e segurança dos residentes.

As primeiras quinhentas casas (algumas delas habitações do tipo T3) comportam a primeira fase de entregas da iniciativa imobiliária.

No conjunto, a obra está orçada em cerca de 25 milhões de dólares. Os preços para cada residência vão desde os 40 mil e os 100 mil dólares, com financiamento integral do CIF.

Catoca vai comprar as casas ao CIF e poderão aderir ao programa habitacional os funcionários da empresa diamantífera que as vão adquirir mediante crédito bancário a ser facilitado através de acordo entre CATOCA e os bancos locais.

## 6.9 Atrasos na construção de habitações preocupam Ministério do Urbanismo

*Jornal de Angola*  
22 de Junho de 2012

O secretário de Estado do Ministério do Urbanismo e Construção, Joaquim Silvestre, manifestou ontem, na vila do Seles, preocupação com os atrasos que se verificam na execução das obras de construção de fogos habitacionais na província do Kwanza-Sul.

Joaquim Silvestre, que falava à imprensa no final da visita aos projectos de construção das habitações sociais, considerou preocupante o facto de muitos empreiteiros não terem sequer estaleiros de obras. Esta situação, segundo o secretário de Estado, pode comprometer os contratos assinados com o governo da província.

"Nas visitas que efetuámos às diversas localidades verificámos que não há empenho por parte dos empreiteiros", disse o secretário de Estado no final da visita.

O secretário de Estado indicou que o caso mais grave tem a ver com o atraso por parte dos empreiteiros na colocação de materiais de construção nas zonas indicadas para o projeto, por alegada falta de financiamento.

"Nem todas as justificações são aceitáveis pelo andar das coisas", disse. Joaquim Silvestre disse que a culpa é, em parte, dos fiscais das obras que não assumiram uma postura rigorosa por altura da contratação das empresas. "Não gostei do que vi e penso que as empresas fiscalizadoras não assumiram o papel a que se propuseram cumprir, no quadro do contrato assinado", disse. O secretário de Estado indicou como solução a definição de novos procedimentos para acelerar as obras de construção das habitações sociais.

Na visita efetuada ao Kwanza-Sul, o secretário de Estado esteve acompanhado do vice-ministro do Ordenamento do Território, Clemenye Silva, do vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, Augusto Neto Sakongo, responsáveis do Ministério do Urbanismo e Construção, membros do governo provincial e das direcções de Obras Públicas e do Ordenamento do Território.

O programa nacional de construção de fogos habitacionais na província do Kwanza-Sul contempla 200 habitações para cada município, numa área de 25 hectares.

## 6.10 Moradores clamam por mais atenção

*Novo Jornal*  
22 de Junho de 2012

Nos últimos anos, o Zango 4 tem acolhido muitos cidadãos vindos de vários pontos da cidade capital. Há cada vez mais moradores na zona, mas os serviços oferecidos a quem lá vive permanecem afastados. Não há escolas para as crianças, nem hospitais. Faltam mercados e serviços religiosos. Falta tudo o que dá qualidade de vida aos moradores, dois anos depois da chegada dos primeiros residentes.

O Novo Jornal esteve naquela circunscrição para saber dos que chegaram por último como é a vida naquele que é um dos mais recentes bairros do município de Viana e constatou que as opiniões divergem.

Alguns moradores disseram à nossa reportagem que gostaram das habitações e do local; outros não consideram o lugar como um "mar de rosas, porque falta quase tudo".

Há água corrente 24 horas por dia, mas o mesmo não acontece com a energia eléctrica. Passam-se dias, sem que a eletricidade chegue.

No Zango 4, os hospitais, escolas e mercados passaram a ser uma utopia. As crianças foram



"obrigadas" a trocar os cadernos por bolas de trapos e areia. O que sobra em diversão e tempo para brincar, falta em educação.

Marta de Jesus, ex-moradora do bairro Cassequel do buraco, no distrito da Maianga, reconhece que a sua vida melhorou bastante em termos de moradia quando se mudou para o Zango. Mas, como muitos, a jovem defende que deviam ter sido criadas condições antes da transferência das pessoas.

"Falta muita coisa aqui, para além de ser longe da cidade, a estrada principal fica distante. Para chegarmos até lá, temos de percorrer quase cinco quilómetros, é muito", queixou-se.

#### TODOS VENDEM O MESMO

A vovó Tete é outra antiga residente do bairro Cassequel que também se encontra a habitar naquelas condições. Para não passar fome, montou uma bancada na porta. Sal, cebola, tomate e algumas guloseimas fazem parte do negócio que criou, mas que, segundo ela, não rende nada, porque se tomou num recurso corrente no Zango 4. "Várias são as vizinhas que vendem os mesmos produtos", explicou.

Adolfo José, antigo morador da Cidade Alta, entende algumas das dificuldades que os moradores vivem, como a falta constante de eletricidade, porque se trata de um projeto novo. Agora a ausência de certos serviços básicos, como hospitais, mercados e escolas, é que não compreende.

"As crianças são obrigadas a voltar ao sítio de onde saímos para estudar e essa já é uma grande falha", salienta o homem.

O ex-morador da Cidade Alta admite que as casas são melhores no Zango 4, mas isso não compensa a falta de equipamentos básicos para a sobrevivência das pessoas, argumentando que todos os dias tem de ir até à praça do Calumbo para fazer as compras, o que representa um custo adicional. Dona Catarina encontra-se em casa apenas com a sua filha, de três anos de idade. O seu marido teve de arrendar outra casa na cidade, de modo a que os seus filhos não perdessem o ano lectivo em curso. Sem energia eléctrica em casa há quase quatro dias, a mulher diz que não tem medo de ficar às escuras com a filha, mas admite o incómodo. "Neste momento, o meu marido está na cidade, por causa dos miúdos que ainda continuam a estudar. Ele teve que alugar um quarto para viver. Só os vejo no final de semana. Durante a semana, fico apenas com a minha filha mais pequena", revelou.

#### CRIANÇAS PERDERAM ANO LETIVO

Surpresa frequentava a 2ª classe. A menina, de 12 anos, teve de parar de estudar devido à mudança de bairro. No Zango 4 ainda não há escola e a que deixou para trás fica demasiado longe das posses da família.

"De manhã, depois de lavar os pratos e limpar o chão não faço mais nada, porque aqui não tem escola. Acho que o governo deveria construir escolas para nós", afirmou, deixando um apelo aos responsáveis governamentais.

Toya tem 12 anos, estudava a 4ª classe. Com a mudança para o Zango, a menina também está fora do ensino.

As razões são as mesmas. A escola fica longe e chegar lá não é para o bolso de todos os que vivem no novo bairro.

Apesar de tudo, Toya assegura que se sente melhor a viver no Zango, porque a sua antiga casa não tinha nenhuma condição de habitabilidade. Além disso, a residência era muito próxima à vala de drenagem e, na época chuvosa, corriam sempre sérios riscos. Deixaram de viver com o coração nas mãos e nesse aspecto foi um avanço.

Quem também teve que perder o ano lectivo foi o pequeno Bruno, de 10 anos. Apesar da idade avançada, o menino estava apenas na 1ª classe. vai ficar ainda mais para trás.

Apesar do atraso, Bruno sonha um dia em ser professor. O seu maior desejo é que "o governo construa logo uma escola para continuar a estudar".

As casas no Zango 4 são compostas por três quartos, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho. A água até agora é a única coisa em abundância.

O NJ ficou a saber dos moradores que as residências estão a ser feitas sem alicerces "resistentes a uma catástrofe natural. As fossas são muito de pequenas e os reservatórios de água têm capacidade apenas para 250 litros.

Contacto pelo NJ, Tadeu Fortes, responsável pela evacuação de alguns Municípios para a zona do Zango 4 disse que uma das preocupações do Executivo é de ver esses serviços básicos resolvido ainda este ano.

Quanto a construção de um mercado no local. O dirigente assegurou que o supermercado Martal prontificou-se em erguer um estabelecimento na área, Questionado se os produtos vendidos pela Martal, seria de acordo com os bolsos dos populares, uma vez que, os moradores são de rendas muito baixas.

Tadeu Fortes respondeu que, Martal tem produtos acessíveis para vários bolsos".

## 6.11 Zango enche de alegria novos inquilinos

*Jornal de Angola*  
25 de Junho de 2012

A localidade do Zango IV continua a ser o principal destino das famílias que vivem em locais considerados de risco na província de Luanda. Desta vez, acolheu mais de 50 famílias que viviam ao longo da vala de drenagem do Cazenga, no bairro Cariango, em situação de perigo eminente.

No bairro Cariango, ao longo das duas margens da vala, várias famílias construíram as suas casas, cada uma à sua maneira e estilo, umas mais altas, outras mais largas. Certas cubatas foram erguidas com chapas de zinco e o quintal vedado com paus, papelões e algumas com blocos. Umas foram rebocadas e pintadas, outras não. Para lá da questão estética, o cheiro nauseabundo que as invadia era uma constante. Quando chegava a época chuvosa, a vala transbordava e inundava as casas. As famílias recorriam então a baldes e banheiras para retirar a água.

A vala, além de constituir um foco potencial de doenças, também esteve na origem da morte de várias pessoas.

Agora, tudo isso faz parte do passado. As cubatas foram demolidas e as pessoas que nelas residiam realojadas no passado dia 16 no Zango IV, pela Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda.

As famílias, informadas com antecedência da mudança, organizaram mobílias, roupas e outros utensílios, que foram transportados para a nova moradia em camiões da responsabilidade da Unidade Técnica.

Chegados ao Zango, depois de percorrerem uma "longa" distância, cada família recebeu os documentos e as chaves da casa na Administração local. A seguir, instalaram-se nas novas moradias de tipologia T3 (três quartos, duas salas, cozinha e WC), com chão de mosaico, janelas com cortinas, espaço vedado para fazer um quintal, água canalizada, energia eléctrica em algumas casas e noutras a instalar em breve.

Satisfação incontida

Defronte à sua casa, com a alegria estampada no semblante, a assobiar enquanto limpa um dos bancos de madeira que trouxe do antigo bairro, estava Guilherme António, 53 anos, marceneiro de profissão, que viveu mais de 20 anos a escassos metros da vala entre o Cariango e o Palanca.

Sem que fosse necessário interpelá-lo, Guilherme Augusto tomou a iniciativa de falar com o Jornal de Angola, para contar que "hoje é um dia de alegria para todos os que viviam em cubatas junto à vala do Cariango e do Palanca, sem condições. Aquilo podia chamar-se tudo, menos casas. Hoje, aqueles em quem nós votámos para nos governar fizeram a sua obrigação, que é construir casas para nós, que vivíamos muito mal", afirmou.

Mas, ao Executivo, e em particular ao governo provincial de Luanda, Guilherme António pediu para fazer, também, um esforço de realojar em casas condignas, como as do Zango, os outros irmãos que ainda residem em zonas de risco, não só em Luanda como nas outras províncias.

"Estou confiante que isso vai ser feito, porque os nossos governantes sempre se preocuparam com a pessoa humana. E por isso que conseguimos a nossa paz sem chamar este ou aquele. Foi tudo devido à boa vontade do Presidente José Eduardo dos Santos, que é um homem de paz, como o são todos os membros do seu Executivo", referiu.

Além de Guilherme António, outros moradores que residiam em zonas de risco e que foram realojados mostraram, também, a sua satisfação em receber uma moradia em condições. "É difícil, mas o que mais nos alegra é que estamos a viver numa zona segura", afirmou

Maria Victorino, 52 anos. "A partir de agora já posso convidar a família que está no Sambizanga, Nzeto e Lubango para vir passar uns dias a minha casa, porque tem condições. Ali parecia um lugar de animais. Aqui estou bem, embora ainda não tenha luz".

Maria Victorino, entre a tristeza e a alegria, recordou um dos momentos em que viveu na zona que separa o Cariango e o Palanca. "Quando me lembro, até começo a rir. Convidei os meus colegas para um almoço, num domingo. Assim que começámos a comer e a beber, a chuva desatou a cair. A água salobra (da fossa) começou a entrar na sala pelo chão. As pessoas já não conseguiram manter-se, tiveram de se retirar. Fiquei envergonhada. Felizmente conheciam a minha situação. Agora vou convidá-los para uma almoçarada e apresentar a humilde casa que recebi", acrescentou.

A esfregar um bidão estava Esperança António, de 38 anos, doméstica de profissão. Tal como os outros moradores, ela também se sente feliz por ter saído de uma zona de risco. "Estou muito contente. Vivia numa casa de chapa ao lado da vala. Quando chovia, ficava no meio da água, com as crianças. Quando era demais, tinha de sair com as coisas na cabeça e as crianças, para casa da família. Agora, aqui, está tudo bem seguro, está tudo em ordem, já não vou precisar de sair de casa com as coisas por causa de chuva, estou muito bem", disse.

Esperança António lamentou a falta de algumas infra-estruturas, como escolas, hospitais, creches, mercados e campos de jogos. "Disseram que vão construir depois. Vamos esperar, porque eu também ainda quero estudar. Aqui já dá para estudar", referiu. Nelson Teixeira, 44 anos, funcionário público, que acabava de regressar do serviço na sua motorizada, depois da mulher lhe ter apresentado a casa, em poucas palavras, suspirou fundo e disse: "Até que enfim tenho urna boa casa".

"Operação mudança" foi antecedida de estudos

Em serviço no Zango estava Mário Tiago, 43 anos, canalizador da Odebrecht. Garantiu que a empresa pôs várias equipas de trabalho no local para efectuarem a canalização e ligação de água às residências e cabos de electricidade ligados aos postos. "Esse serviço vai abranger todos os moradores, só que não é possível fazer tudo de uma vez. Estamos a trabalhar por partes, até concluirmos todas as obras no Zango", frisou.

As operações de realojamento inserem-se no Programa de Saneamento executado pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, criado por despacho Presidencial em Março de 2010, com a missão de atender a macro drenagem da capital, o que tem sido feito com o apoio da empresa CIF - China Internacional Fundo.

O responsável garantiu que, antes da retirada das pessoas, foi feito um estudo sociológico da área para se determinar o tipo de casas, de famílias, nível de escolaridade e agregado familiar existente no local. "Neste momento, estamos a fazer a requalificação da vala de drenagem do Cazenga-Cariango, que tem uma extensão de 5.400 metros de comprimento, com início no Cazenga e fim no distrito da Maianga", explicou.

Em relação às infra-estruturas que ainda estão em falta no Zango IV, como escolas e centros de saúde, o responsável também garantiu que vão ser construídas, tal como foi resolvido o problema da

água, que já está a jorrar em algumas torneiras das casas, e o da energia eléctrica.

"Estamos a trabalhar para cumprirmos tudo aquilo que faz parte da nossa agenda. A construção de escolas e centros de saúde é agora a prioridade", rematou.

## 6.12 Centenas de casas foram vendidas no Kilamba

*Jornal de Angola*  
27 de Junho de 2012

A empresa responsável pela comercialização dos imóveis na cidade do Kilamba, vendeu, até ontem, 210 apartamentos, revelou o seu administrador, Paulo Cascão. De acordo com o responsável, 115 dos 710 edifícios previstos para a cidade do Kilamba estão à disposição dos interessados, desde finais do ano passado.

Paulo Cascão disse que o anúncio da Sonangol Imobiliária que dá conta da possibilidade de adquirir residência no Kilamba, em regime de aluguer e renda resolúvel, abre novas facilidades aos interessados.

Os regimes de aquisição de casa por aluguer e renda resolúvel, disse, "resultam de um Decreto Presidencial, que dá ao Fundo de Fomento Habitacional a possibilidade de gerir um certo número de apartamentos na cidade do Kilamba, que não vêm determinados no diploma legal".

"Penso que o Fundo de Fomento Habitacional também tem a sua ideia e vai agilizar essa situação com o Executivo, de forma a poder chegar a um valor final daquilo que considerarem correcto", referiu.

## 6.13 Maior projecto habitacional da região é construído a partir do a partir do mês de Julho

*Jornal de Angola*  
28 de Junho de 2012

A Kora-angola vai construir na província do Uíge 7.000 casas sociais a partir do próximo mês, tendo apresentado na terça-feira o projecto aos membros do Governo Provincial e autoridades tradicionais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação denominado "Meu sonho, minha casa".

O director das relações institucionais da Kora-Angola, David Gedanken, falando à imprensa no final da cerimónia de apresentação do projecto, disse

que numa primeira fase o projecto contempla a construção de 1.100 residências na localidade de Quilumosso, cerca de seis quilómetros a sul da cidade do Uíge, cujas obras arrancam no dia 1 de Julho e tem duração de seis meses.

Nesta fase, disse, vão também ser construídos 2.500 fogos habitacionais no município do Negage, localidade onde já decorrem os trabalhos de terraplenagem geral e de reforço dos solos para as respectivas fundações.

Cada uma das residências do tipo T3 vai ocupar uma área de cerca de 100 metros quadrados. O projecto prevê ainda a construção de edifícios com oito apartamentos, distribuídos em quatro pisos, moradias de um e de dois pisos com cozinha, sala, lavandaria, wc, suite e dois quartos, além de alguns edifícios mistos que vão ocupar a zona comercial do projecto.

Em relação aos edifícios mistos, o director da Kora-Angola esclareceu que estes vão ocupar uma área de 276 a 316 metros quadrados cada e vão possuir estabelecimentos comerciais no piso zero e apartamentos nos três pisos superiores.

David Gedanken assegurou que se trata de um projecto especial dirigido à juventude da província do Uíge que, em pouco tempo, vê concretizado o sonho de obter casa própria.

O director acrescentou que depois da conclusão das primeiras moradias são estabelecidos os mecanismos apropriados e acordados com o Executivo, para que a juventude possa usufruir das residências de acordo com as capacidades financeiras de cada um. "Este novo conceito de comunidade urbana que desenvolvemos abre espaço ao crescimento de novos pólos de desenvolvimento social e económico, bem como a descentralização do crescimento populacional na província e no país em geral", ressaltou.

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, considerou ambicioso o projecto, tendo em conta que o mesmo vai beneficiar milhares de cidadãos residentes na região, sobretudo a juventude, professores universitários, quadros ligados aos órgãos de defesa e segurança, saúde e população do Uíge em geral. O governo provincial, referiu, em colaboração com o Executivo vai continuar a dinamizar o programa "Um Milhão de Focos Habitacionais" para atender de forma paulatina e segura as necessidades da população.

Em parceria com o Executivo, através do Programa Nacional de Habitação "Meu sonho minha casa", a Kora-Angola é a empresa responsável pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40.000 fogos habitacionais até 2015, distribuídos em seis províncias do país, Bié, Huambo, Kwanza-Sul, Moxico, Uíge e Luanda.

## 6.14 Atrasos na construção de habitações preocupam Ministério do Urbanismo

*Jornal de Angola*

*22 de Junho de 2012*

O secretário de Estado do Ministério do Urbanismo e Construção, Joaquim Silvestre, manifestou ontem, na vila do Seles, preocupação com os atrasos que se verificam na execução das obras de construção de fogos habitacionais na província do Kwanza-Sul.

Joaquim Silvestre, que falava à imprensa no final da visita aos projectos de construção das habitações sociais, considerou preocupante o facto de muitos empreiteiros não terem sequer estaleiros de obras. Esta situação, segundo o secretário de Estado, pode comprometer os contratos assinados com o governo da província.

"Nas visitas que efetuámos às diversas localidades verificámos que não há empenho por parte dos empreiteiros", disse o secretário de Estado no final da visita.

O secretário de Estado indicou que o caso mais grave tem a ver com o atraso por parte dos empreiteiros na colocação de materiais de construção nas zonas indicadas para o projeto, por alegada falta de financiamento.

"Nem todas as justificações são aceitáveis pelo andar das coisas", disse. Joaquim Silvestre disse que a culpa é, em parte, dos fiscais das obras que não assumiram uma postura rigorosa por altura da contratação das empresas. "Não gostei do que vi e penso que as empresas fiscalizadoras não assumiram o papel a que se propuseram cumprir, no quadro do contrato assinado", disse. O secretário de Estado indicou como solução a definição de novos procedimentos para acelerar as obras de construção das habitações sociais.

Na visita efetuada ao Kwanza-Sul, o secretário de Estado esteve acompanhado do vice-ministro do Ordenamento do Território, Clemenye Silva, do vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, Augusto Neto Sakongo, responsáveis do Ministério do Urbanismo e Construção, membros do governo provincial e das direcções de Obras Públicas e do Ordenamento do Território.

O programa nacional de construção de fogos habitacionais na província do Kwanza-Sul contempla 200 habitações para cada município, numa área de 25 hectares.

## 7. TERRA

### 7.1 Reserva fundiária do Estado livre de minas e explosivos

*Jornal de Angola*  
4 de junho de 2012

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD), na província do Cunene, destruiu sábado, na localidade do Péu-Péu, município de Ombadja, 344 engenhos explosivos implantados na zona caracterizada como reserva fundiária do Estado.

Os engenhos explosivos estavam implantados nos arredores do centro prisional do Péu-Péu, reserva fundiária do Xangongo e na comuna da Mupa, município do Cuanhama. A acção foi possível graças à denúncia das autoridades tradicionais.

O material inclui minas anti-tanques, minas anti-pessoais, 2.0749 munições de diversos calibres e 210 projéteis, removidos entre Fevereiro a Maio do ano em curso.

O técnico do Instituto Nacional de Desminagem, Francisco Sebastião, disse que estas acções são pontuais e garantiu a continuidade do trabalho para limpar áreas minadas com vista a melhorar a circulação de pessoas e bens.

Francisco Sebastião pediu à população a continuar a colaborar. Com o Instituto Nacional de Desminagem, dando informações relativas às áreas suspeitas de minas e outros engenhos para que sejam retirados e garantir maior segurança na prática da actividade agrícola e pecuária.

Cunene

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD), na província do Cunene, destruiu no sábado, na localidade do Péu-Péu, município de Ombadja, 344 engenhos explosivos não detonados.

Entre os engenhos estavam duas minas anti-tanques, duas minas anti-pessoais, 2.749 munições de diversos calibres e 210 projéteis diversos, removidos no período de Fevereiro a Maio do presente ano.

Os engenhos foram removidos nos arredores do centro prisional do Péu - Péu, na reserva fundiária do Xangongo e na comuna da Mupa, município do Kwanhama, através da colaboração das autoridades tradicionais e da população.

Na ocasião, o especialista do INAD Francisco Sebastião disse que acções do género são pontuais e que é a continuidade de um trabalho que o INAD tem vindo a realizar com frequência, para limpar e deixar as áreas livres à circulação de pessoas e bens.

O especialista aconselhou a população a continuar a colaborar dando informações relativas às áreas suspeitas de minas e outros engenhos, para que sejam removidos de modo a garantir maior segurança no local e a actividade agrícola.

O Instituto Nacional de Desminagem tem promovido acções de sensibilização da população e autoridades tradicionais para o perigo que as minas representam para as comunidades.

As acções de sensibilização têm reforçado a necessidade da população informar as autoridades sobre a existência de zonas com minas.

### 7.2 Posse de terra

*Novo Jornal*  
8 de Junho de 2012

José Ribeiro; em artigo recente no Jornal de Angola, escreveu sobre a conjuntura atual do continente africano: sobre o ataque à soberania dos estados lançado por forças externas que se aproveitam das fraquezas institucionais para "instalar na região bases militares estratégicas". José Ribeiro pode estar certo no alerta que lança. Mas se julga que devemos preocuparmo-nos com uma invasão estrangeira (militar ou cibernética) pode estar enganado. No que toca à integridade de África e dos africanos o "inimigo" já está cá dentro.

No século XXI, África já não precisa de ser conquistada, ou ocupada. Basta ser comprada. O que tem vindo a acontecer com uma velocidade assustadora em muitos países africanos (em muito menor grau em Angola), num processo que a literatura científica tem chamado "land grabbing" (apropriação de terra). Só desde 2000, cerca de 5%, o que corresponde a área total de um país como o Quénia, da área total do continente passou para investidores estrangeiros. Mas a quantidade de terra vendida a interesses estrangeiros pode ser muito maior, se tivermos em conta que, normalmente, a natureza de muitos desses negócios não é tornada pública.

Para quem andou distraído, é bom que se diga que esse processo não é tão recente. Nos anos 80, instituições internacionais como o BM e o FMI impuseram os tais programas de ajustamento estrutural a muitos países africanos.

A ideia era liberalizar as economias, e abrir os mercados para o investimento estrangeiro. Como acoplado a isso vinha o conceito de iniciativa privada, muitos estados africanos deixaram de fazer muito do que eram suposto fazer. Resultados, os camponeses foram abandonados. E hoje, a terra que possuem, por não rende(- falta de investimento, é considerada "desocupada".

O Instituto em que trabalho, no Uganda, está seriamente interessado nesta questão. E para o efeito, constituímos uma equipa de trabalho e temos um politólogo, americano, que tem feito trabalho sobre os interesses militares americanos em África. Temos um economista, italiano, especializado em política económica da terra, que tem escrito sobre a questão agrária. E temos um antropólogo, eu, com a missão de trazer alguma fundamentação teórica (no que toca a conceitos como estado e cultura) em questões que têm sido tratadas de forma predominantemente empíricas.

Fizemos muito recentemente uma viagem ao norte do país, Amuru, localidade já muito perto da fronteira com o Uganda.

Falámos com várias pessoas, entre proprietários de terra, trabalhadores de organizações não governamentais e camponeses. Foi interessante perceber a variedade de percepções em relação ao problema. Para uns o problema nem se põe. Muito pessoal que trabalha para as ONGs acolheria de muito bom grado a compra de terra por grandes conglomerados estrangeiros. E é preciso não subestimar o papel dessas organizações.

Em muitos países africanos, com a retirada do Estado em áreas vitais da vida das populações, são as ONGs que preenchem o vazio. E estas são, naturalmente, financiadas por organismos estrangeiros.

Porém, para os habitantes de Amuru a posse da terra é primordial. A localidade está, praticamente, em pé de guerra contra o governo. Durante os anos da guerra civil, nos anos 90, contra os homens de Joseph Kony, o governo evacuou toda a população, seguindo os manuais de luta anti guerrilha, e colocou-a em campos em refugiados. Muitos estão de regresso agora, para descobrirem que o plano do governo para as suas terras é entregar a uma fundação indiana para a produção de cana-de-açúcar.

A situação é de grande tensão, e para lá chegarmos vamos acompanhados por uma pessoa que conhece o sítio. Não deixam ninguém lá entrar.

Os primeiros instantes de conversa com os agricultores são tensos. Acalmam-se pouco depois

quando sabem que o nosso fim não é comprar terra. De outra forma, dizem- nos, ter-nos-iam espancado como o fizeram a um sul-africano que lá tinha ido para saber de preços da terra.

Para essa gente, terra não é capital, ou algo que pode ser capitalizado, como rezam os manuais neo-liberais. Terra é parte da identidade das pessoas que lá vivem. "É aqui onde estão enterrados os nossos antepassados", dizem. O conflito de terra chegou a tal proporção que o presidente do Uganda foi obrigado a visitar a localidade. Os populares manifestaram-se e as mulheres despiram-se como forma de protesto. Como resultado, a polícia invadiu a localidade e, no dia em que visitámos o sítio, as autoridades tinha instalado um dispositivo na única escola primária que lá há. Soubemos de todos os detalhes numa grande reunião que os camponeses nos convidaram a assistir. Não acho o caso de Angola seja parecido com o do Uganda, pela estrutura das próprias economias. Angola tem petróleo (o que o Uganda terá em breve), mas a economia do Uganda é essencialmente agrária. O Uganda é um país mais densamente povoado que Angola. Mas se há quem pense que Angola está completamente protegida desse tipo de apropriação em nome do investimento estrangeiro, basta ler a Constituição para deparar a ênfase que se coloca no uso "racional" da terra (a mesma linguagem que se encontra nos documentos de instituições como o FMI e o BM). Manter a soberania nacional, neste caso, pode não consistir simplesmente em reforçar o aparato militar para a defesa das fronteiras, mas colocar definitivamente a terra na posse dos locais, independente do uso racional ou irracional que dela possam fazer.

### 7.3 Burla aos cidadãos

*Folha 8*

*9 de Junho de 2012*

O coordenador interino da associação SOS Habitat, Rafael Morais, diz que a conferência de imprensa teve como objetivo informar a comunidade nacional e internacional sobre actos de violação dos direitos humanos, perpetrados pelo império da impunidade com que são protegidos os mandantes e executantes dessas violações que agem em nome das Administrações e do Governo de Angola, assim como abordou a situação das comunidades vitimadas por desalojamentos forçados neste momento próximo a data em que serão realizadas eleições.

Com esses actos praticados por agentes da administração do Estado protegidos por agentes da polícia e alguns casos também por homens armados, o governo Angolano, tem colocado as vítimas dessas

barbaridades em Condições de vida degradantes e desumanas, situações geradas pelos desalojamentos forçados “expropriações” de terras vão consistir na projecção de imagens que retratará factos.

Entrevistando algumas vítimas como Kiala Victor, da comunidade do Cambamba -2 de surpresa apareceu o projecto da construção do projecto "Nova Vida diz que a residência foi demolida sem darem qualquer aviso, até hoje estamos a espera dessas residências que prometeram. Entramos em contacto com o administrador do Kilamba-Kiaxe diz não ser da sua competência revolver este caso porque no acto da destruição das residências não foi dado nenhum aviso.

Já, Noé Paulo dos Santos diz que em Novembro de 2010 o GPL sem criar condições de habitabilidade desalojou famílias que viviam em condições precárias na chamada favela Junto ao Mausoleu distrito da Ingombota levando-os para o Panguila em condições ainda mais precárias tendo-as colocado numa única casa duas à três famílias partilhando assim a mesma cozinha, quartos de banho e mesma sala. Imaginem o que isso da, numa Luanda abarrotada de prédios construídos inabitados, como na Centralidade de Kilamba?

Algumas dessas famílias para evitarem contradições são obrigadas a dividirem a casa à dois no caso duma casa de 2 quartos sendo, quem ocupar a parte da casa de banho já não pode partilhar a cozinha, obrigando as outras famílias satisfazerem as suas necessidades fisiológicas ao relento. O mais agravante é que as referidas casas são pertenças de outras pessoas que nessa altura estão a fazer benfeitorias no olhar silencioso das famílias aí colocadas pelo GPL, sem contudo saberem o futuro que os reserva.

As crianças e jovens são os que mais sofrem, muitos deles no acto de desalojamento foram obrigados a abandonarem os estudos e enfrentar outras dificuldades para se adaptarem ao novo habitat. "Chamamos atenção ao governo sobre a incubação que se está a engendrar para as futuras revoltas e o aumento da delinquência juvenil", advertiu .Noé dos Santos. Maria Felisberta diz que viu o seu campo agrícola a ser destruído sem avaliar as consequências desses actos, o governo vem obrigando, por força maior e com todos os riscos que daí resultam, a procurar outros lugares que depois o Governo reclama como sendo "Reserva Fundiária do Estado", como temos vindo a assistir nos últimos anos.

As promessas de realojamento feitas pelo GPL em Junho de 2011 às comunidades das Cambamba I, 11 e Banga

Wé, no Projecto Nova Vida, não foram cumpridas até esta data. Desapontados com a situação as referidas comunidades, excepto a Cambamba II, levaram ao conhecimento das autoridades o loteamento do espaço onde vivem há mais de 7 anos, antes nos escombros das suas casas demolidas e atualmente em casas de chapas de zinco. Mesmo assim em condições desumanas. Agentes do Estado aproveitando-se da iniciativa das comunidades estão a infiltrar-se com a permissão de alguns membros dessas comunidades para apurarem evidências de oportunismo que possam vir a ser usadas para legitimar a sua expulsão do seu sítio. Mais os dirigente e agentes da administração que não se pautaram com o cumprimento das suas obrigações em quanto entidade que tem obrigação de garantir o respeito pelos direitos dos cidadãos e velar pelo seu bem-estar.

A SOS Habitat pelo respeito dos seus estatutos e sendo um órgão que vem acompanhando esse processo não vai omitir tudo quanto visa prejudicar as comunidades, deve apurar os factos e posteriormente levar as autoridades Judiciais todos os que supostamente estão envolvidos na venda e compra de terrenos no perímetro onde se encontram as comunidades do Cambamba 1 e Banga Wé ao redor do projecto Nova Vida.

Rafael Morais realça que nos finais de 2009 o "GPL" anunciou aos cidadãos luandenses que estavam aberta inscrições para aqueles que necessitassem de terrenos para auto construção dirigida. Para o efeito, os interessados deviam deslocar-se a Administração de Viana para candidatarem-se. Corno é do conhecimento de todos milhares de cidadãos, afluíram a Administração com todos os requisitos exigidos, pagaram emolumentos em quantia monetária de kzs 1.300.00 através das instituições bancárias. Infelizmente hoje, depois de passados quase três anos, não foram distribuídos lotes a nenhum cidadão e também não foi até hoje dado um pronunciamento oficial das autoridades administrativas de Luanda sobre esse processo. Corno é que ficamos? Quem nos responde? Os cidadãos pagaram, dedicaram tempo e esforço para obter lotes legalmente, e depois virem dizer-lhes corno tantas vezes e a mão armada, que é ocupantes anárquicos de terrenos de Estado e que por isso devem abandonar esses terrenos. Afinal esse processo foi um golpe para extorquir dinheiro às pessoas? Quem responde, quem se responsabiliza? Os recibos em si demostram essa veracidade, pois não tem nenhum punho jurídico a garantir que o mesmo valor foi cobrado pela Administração. O mesmo alega que ternos debilidades na Justiça Angolana para além da denúncia de casos de violações de Direitos Humanos, apresentados aos



órgãos judiciais Angolanos vários casos cuja maioria dos mesmos não tiveram nenhum seguimento até a data. "Os seus mandantes continuam impunes e protegidos, alguns por imunidade de cargos Públicos", argumentou Morais.

Existem casos em que os cidadãos seguiram todos os requisitos necessários para a aquisição de bens imobiliários ou fundiários, mas volvidos algum tempo são surpreendidos que o seu bem é pertença de outrem que o tenha solicita- o .mais tarde, corno é o caso da Província do Huambo que está sendo acompanhado pelo FORDU "Fórum regional para o desenvolvimento Universitário" e a SOS Habitat.

Portanto podemos concluir que o Governo' Angolano tem desalojado famílias sem criar nalguns casos o sistema de assentamentos condignos e a justiça tarda chegar para os cidadãos mais desfavorecidos.

## 7.4 Governo rebate acusações

*Jornal de Angola*

*18 de Junho de 2012*

O governador da província da Huíla denunciou no Lubango, que há aproveitamento político em véspera de eleições gerais no processo de demolições de casas construídas em zonas da Chavola.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o governador da Huíla garantiu que as pessoas visadas pelas demolições estão a ser reinstaladas nas áreas definidas pelas autoridades e o processo de realojamento decorre com normalidade.

"Não podemos impedir que haja aproveitamento político nesta altura das eleições, mas o local onde estamos a colocar as pessoas é conhecido e fazemos convites a todos para que o visitem", assegurou o governador Isaac Maria dos Anjos, contestando as declarações do advogado da população visada pelas demolições, Marcolino José Carlos Moco. O jurista manifestou recentemente em Luanda a sua insatisfação com a condução do processo de transferência das famílias que vivem no bairro Agostinho Neto, na cidade do Lubango. O advogado, que falava conferência de imprensa, revelou que há situações que devem ser acauteladas, uma vez que já houve outros processos, igualmente de transferência de populações, que não foram bem conduzidos. Isaac dos Anjos disse que não tem nada a acrescentar às declarações de Marcolino Moco porque ele tem andado em Luanda enquanto advogado de defesa, fazendo o seu trabalho, e o governo tem a sua perspectiva a nível local.

## 7.5 Venda de terreno atira camponeses a fome

*Semanário Factual*

*De 16 á 23 de Junho de 2012*

Camponeses da cidade de Caxito sentem-se constrangidos pela venda de terreno praticado por supostas autoridades tradicionais no município do Dande, província do Bengo, facto que os coloca em estado de penúria alimentar, por terem a terra como único meio de subsistência,

De acordo com camponeses que possuem as terras para o cultivo há mais de 30 anos, nos bairros da Martal, da Matebeira e das Tendras do Porto Quipiri, a sua venda está a ser feita pelas autoridades tradicionais que se intitulam proprietários legítimos das terras que fornecem alimentação para a subsistência das suas famílias.

As vítimas explicam que a comercialização das terras está a ser feita sem o consentimento daqueles camponeses que a cultivaram durante anos, razão

pela qual se mostram indignados e desrespeitados pelas autoridades tradicionais, problema que os leva a exigir da Administração Municipal do Dande uma explicação.

No caso, estão mais de 60 camponeses que vivem em casas de bate-chapas e feitas de pau-a-pique, onde asseguraram sete membros da família que têm a lavra como fonte de sustento.

Destes camponeses, vinte por cento são desavindos do conflito armado, enquanto outros herdaram as terras dos seus familiares mais antigos.

Um deles é a camponesa Henriqueta Silvestre, de 57 anos, tendo afirmado ao Factual não possuir comprovativos de que a terra que cultivava lhe pertence. Em contrapartida, pensa ser necessário que as autoridades tradicionais, junto da administração, resolvam o problema, uma vez ser

viúva e não possuir família para a ajudar.

As autoridades tradicionais acusadas de comercializar as terras negam tal afirmação e acrescentam tratar-se de um assunto ligado à reordenação do território municipal do Dande, facto que exigiria da Administração do Dande uma autorização para falar sobre o caso.

## 7.6 BDA quer acabar com fazendeiros de fim-de-semana

*O País*

*22 de Junho de 2012*

Apesar das entregas das primeiras fazendas do Projecto Terra do Futuro financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Angola, o presidente do Conselho de Administração desta instituição é de opinião que ainda não cumpriram o dever a que se comprometeram.

"Foi dado um passo que pensamos ser pequeno, mas muito firme na perspectiva de fixar jovens agricultores, fazendeiros e empresários no campo, mas também na perspectiva de produção alimentar no domínio do combate à fome e ao desemprego", considera Paixão Franco.

O gestor pensa que Terra do Futuro é um projecto muito ousado de nove fazendas numa iniciativa estimada para 60. Segundo Paixão Franco, a palavra-chave é a juventude, quer como empreendedores, fazendeiros ou trabalhadores que vão ser fixados no campo.

"E mostrar que viver no campo não é viver mal, mas, pelo contrário, é possível viver bem no campo, produzindo para as cidades e as indústrias", especificou o PCA do BDA, alertando que estamos a produzir aqui "o equilíbrio entre o campo e a cidade".

A primeira fase está orçada em 18 milhões de dólares e o financiador, na pessoa do mais alto responsável da instituição, garante que foi cumprida na íntegra, desde a construção das fazendas até às infra-estruturas que apoiam o projecto.

Paixão Franco revelou que na segunda fase serão 20 fazendas. Em 2016 pensam atingir as 60 fazendas idealizadas.

Os jovens deverão reembolsar o investimento de um milhão e 400 mil dólares atribuídos a cada um dentro das condições estabelecidas pelo BDA, que prevê uma taxa de juros de 6,7, um prazo de sete anos e dois anos de carência. "Eles vão ser monitorados no período em que estiver a vigorar o crédito, seja em termos de gestão como de assistência técnica e irão assentar as suas culturas fundamentalmente em quatro produtos: o milho, feijão, a soja e o arroz", realçou.

O PCA do BDA garante que um dos propósitos da sua instituição é expandir e replicar o projecto. Pensa que isso deve ser feito em várias localidades do país, tendo exemplificando áreas como Malange, Bié e

Cuando - Cubango. Mas, para isso, Paixão Franco quer que surjam promotores sérios, com visão e para que estas iniciativas se tornem realidade.

"Um projecto como esse vimos a partir do zero, em terras inóspitas, rasgar montanhas e serras, abrir estradas e hoje temos o que é prometido ver. Acreditamos que muito proximamente iremos partir para outras províncias.

Está previsto e estamos a dialogar para desenvolvermos nas províncias do Bié e Malange", rematou o homem-forte do Banco de Desenvolvimento de Angola.

## 7.7 A Mão pesada do GPL

*O País*

*22 de Junho de 2012*

Um dos momentos mais dramáticos do Governo Provincial de Luanda terá sido o desmantelamento das casas que tinham sido construídas ao longo das montanhas da Boavista, no distrito urbano da Ingombota.

Alguns destes populares viviam em residências erguidas em locais críticos, outros não, mas mesmo assim tiveram de ser realojados. Posteriormente no Zango, em Viana, numa operação em que acabaram por intervir numerosas organizações internacionais de direitos humanos, partidos políticos e os propalados defensores da sociedade civil.

Por altura do desmantelamento da Boavista, um dos rostos mais visíveis e, se calhar, também odiado por muitos cidadãos, foi o do então Governador de Luanda Simão Paulo, por causa do sofrimento suscitado pelas vicissitudes porque passavam muitos dos luandenses transferidos para o Zango. Alguns residenciais e outros para as tendas onde ainda se encontram.

Desde esta fase, dolorosa se assim a podemos considerar apesar de Perante essa passividade das próprias autoridades, apesar de estarmos uma época em que mais vale dar um abraço até aos supostos inimigos, veremos no futuro a afirmação de uma 'centralidade' sem arruamentos e o mínimo de condições de habitabilidade.

alguns terem recebido as suas casas, sempre pensei que o Governo (ou Executivo, como está na moda) fosse mais cauteloso na demolição das infra-estruturas construídas pelos cidadãos, sejam elas casebres ou não.

Um dos exemplos a seguir seria o implementado no quadro do projecto de requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga, onde aqueles que viram as suas casas destruídas foram transferidos não só para Viana (Zango), mas também para o Panguila.

Não quero com isso garantir que este processo também esteja a acontecer sem sobressaltos, porque existem muitas famílias que continuam a repartir uma casa com outras.

Estas observações vêm a propósito do comunicado tornado público esta semana pelo Governo Provincial de Luanda, liderado por Bento Bento, que prometeu mão pesada contra aqueles cidadãos que continuam a ocupar anarquicamente os terrenos que constituem a chamada reserva do Estado.

O comunicado em causa apontou como exemplo a invasão que acontece regularmente na zona da Sapú, onde da mesma forma que acontecem as demolições das obras ainda em construção surgem outras como cogumelos, o que demonstra desde já a convivência de alguns sectores das próprias administrações municipais ou comunais.

Como na Sapú, existem outros casos nos municípios de Viana e Cacuaco que obrigariam o Governo Provincial de Luanda a criar um mecanismo de fiscalização mais eficaz para estancar a ocupação anárquica dos terrenos onde serão erguidas infra-estruturas sociais ou outras de carácter privado, dentro dos termos estabelecidos pelo Executivo.

Quem, por exemplo, passa pela via expressa Benfica – Cabolombo - Viana - Cacuaco pode observar o nascimento meteórico de um novo bairro anteriormente composto por casas de chapa.

Depois das casas de chapa, os populares que lá habitam começaram a erguer outras de construção definitiva sem que haja qualquer reacção das mesmas autoridades que hoje falam em mão pesada noutras localidades de Luanda.

Perante essa passividade das próprias autoridades, apesar de estarmos uma época em que mais vale dar um abraço até aos supostos inimigos, veremos no futuro a afirmação de uma 'centralidade' sem arruamentos e o mínimo de condições de habitabilidade.

Foi desta forma que surgiram muitos musseques por este país e, mesmo que as autoridades não se oponham à construção daquilo que alguns consideram casebres, era importante fornecer técnicos que lhes proporcionassem a oportunidade de terem ruas e evitar a interposição das residências.

Assim pode doer menos na hora de partir e indemnizar os moradores.

## 7.8 Casas de chapas expandem-se por Cacuaco

*O País*

*22 de Junho de 2012*

Sousa José da Costa, 28 anos, é um dos mais de cem cidadãos oriundos de diversas partes de Luanda que, por falta de condições financeiras para pagarem a renda de uma casa, decidiram erguer as suas moradias de chapas num terreno de mais de 800 metros quadrados, afecto ao Governo.

Localizado no município de Cacuaco, fazendo fronteira com a comuna dos Mulenvos, o Rio Seco (Viana) e a via expresso que desemboca no Benfica, o bairro Sequele, vulgo Brilha-Brilha, desperta a atenção dos automobilistas que por ali circulam por causa do reflexo do sol nas chapas das moradias.

O PAÍS encontrou na tarde de Quarta Feira José da Costa em companhia de três amigos, debaixo do sol ardente, aguardando pacientemente que aparecesse alguém interessado em mandar cavar um buraco com o intuito de fazer um tanque de água, fossa ou construir um "bate-chapa", de modo a assegurarem o jantar das suas famílias.

O preço para a execução de um destes serviços varia de 2000 a 800 kwanzas em função da disponibilidade da pessoa interessada.

"Como não temos emprego formal, sobrevivemos com o dinheiro desses pequenos trabalhos que fazemos e quando não há cliente ficamos apenas a rezar para que as nossas esposas tenham mais sorte com a venda ambulante", contou o jovem.

A existência de uma placa do Governo Provincial de Luanda a anunciar que é proibido construir naquele perímetro por se tratar de reserva fundiária do Estado não tem sido suficiente para desencorajar as pessoas que ali se dirigem diariamente à procura de uma parcela de terra.

O nosso interlocutor justificou que este comportamento está relacionado com o facto de as placas terem sido colocadas numa altura em que já existiam moradias e, além do mais, os progenitores da maioria dos habitantes exerciam ali a agricultura de subsistência há décadas.

Segundo ele, as lavras só começaram a ser transformadas em bairro periférico em 2008, porque

alguns indivíduos que se apresentavam como sendo funcionários da administração municipal de Viana estavam a fazer um loteamento dos terrenos para os comercializarem, invadindo a zona de jurisdição da administração de Cacuaco.

Conta que, como a maior parte dos filhos das camponesas viviam em casas de renda, optaram por lhes ceder os espaços para erguerem as suas moradias.

outros casos, em gesto de "amor ao próximo", cederam espaços aos seus conterrâneos provenientes de outras partes do país, mesmo sem terem poder legal para assim proceder.

Por seu turno, Carlitos Bumba, outro morador, disse que na altura em que foi para lá residir não havia nenhuma reclamação por parte da administração de Cacuaco e nem sequer se havia informado aos camponeses que a área passara a ser reserva do Estado. "Esse bairro só passou a ser reserva do Estado depois de os funcionários da administração municipal de Cacuaco constatarem o seu enorme crescimento", defendeu.

Sousa da Costa, outro morador, explicou que o bairro surgiu há três anos e que, para melhor controlar o seu crescimento, os responsáveis do comité local do MPLA, em parceria com a comissão de moradores, decidiram reparti-lo por seis áreas, em função da quantidade de comités de Acção de Bairro (CAP) que possuem para melhor controlar os seus militantes.

O bairro está a crescer de forma desordenada, os moradores consomem água proveniente do Centro de Captação e Tratamento da EPAL do Kifangondo e do Kikuxi. Em caso de emergência médica são obrigados a dirigir-se até aos centros de saúde de Cacuaco ou ao de Viana, vulgarmente conhecido como Hospital Ana Paula.

"O que mais nos aflige é a água, por ser impossível viver sem ela. Para ultrapassarmos esta dificuldade não temos tido outra solução senão a de consumir a água contaminada que nos é comercializada a baixo preço pelos motoristas de camiões cisternas provenientes do Kifangondo", disse.

Acrescentou que "as pessoas que têm maior capacidade financeira compram água nos camiões provenientes do Kikuxi a um preço mais alto, por ser tratada".

#### Alojamento dos sinistrados da vala do Rio Seco

Sousa da Costa contou, com ar de tristeza, que o calvário em que se encontra a viver hoje começou em 2007, em consequência das fortes enxurradas que

assolaram fortemente o município mais a Norte de Luanda. Ela não só destruiu várias instituições públicas e privadas, como diversas moradias, entre as quais, a que ergueu com muito esforço e sacrifício no bairro Paraíso, sector 5, ao lado da vala do Rio Seco.

"Apesar de ter perdido todos os bens materiais e estar a tentar começar a vida do zero, com enormes dificuldades, dou graças à Deus por não ter estado ninguém da minha família em casa no momento em que foi arrastada para o mar", recordou, acrescentando que na mesma situação que ele estão inúmeras famílias que vivem naquela zona.

Lamenta o facto de o Governo ter simplesmente apoiado no princípio a população, com bens de primeira necessidade e não lhe ter indicado um local onde pudesse recomeçar a suas vidas.

Daí o facto de muitos dos sinistrados não terem pensado duas vezes quando surgiu a possibilidade de edificarem as suas moradias naquela localidade, uma vez que estavam cansados de viver em casas de renda e não terem possibilidade nenhuma de serem realojados num dos projectos habitacionais que estão a ser edificados em Luanda.

Depois daquela catástrofe, o nosso interlocutor foi acolhido em casa de uma das suas irmãs, onde passou a partilhar um quarto com menos de três metros quadrados com a sua esposa e os dois filhos. Com o passar dos anos, a sua família ganhou mais dois membros e como o espaço se tornou pequeno, decidiram juntar-se aos moradores do bairro Brilha-Brilha.

Apesar de ter ocupado o terreno de forma ilícita, apresenta-se como proprietário de um espaço de 15 por 20 metros e pensa um dia vir a substituir as paredes de chapa por blocos de construção definitiva para dar maior conforto e comodidade à sua família, caso não sejam expulsos.

Enquanto não tiverem uma resposta oficial, continuarão a viver num clima de insegurança por desconhecem o dia e a hora em que serão desalojados, nem se serão realojados noutra área.

Por seu lado, o senhor Carlitos Gomes Bumba, contou que havia ocupado uma parcela superior a 15 por 20 metros, mas que, por ordem dos responsáveis da comissão de moradores, teve que reduzi-la para permitir que outras pessoas também pudessem ter acesso a um espaço. A residir naquele bairro há mais de um ano, teve que deixar o trabalho de segurança devido ao fraco salário que auferia, "Quando mudei para aqui tive que desistir do emprego porque 90 por

cento do meu ordenado era gasto só com o táxi. Não tive outra solução, visto que sou capaz de ganhar mais num só dia a trabalhar como pedreiro", desabafou.

Contrariamente ao seu amigo que não tem nenhum filho na escola, Carlitos Bumba disse que dos seus quatro filhos os dois que se encontram em idade escolar estão enquadrados no sistema de ensino por intermédio da única escola, privada, que existe no bairro. O facto da mesma estar a funcionar de forma ilegal ainda não constitui, para ele, motivo de preocupação, dado que a direcção da escola está a fazer de tudo para que seja reconhecida pelo Estado.

Embora o preço das propinas seja apenas de 400 kwanzas, o nosso in-

## 7.9 Moradores da fubu acusam administração de corrupção

*Folha 8*

*23 de Junho de 2012*

Os moradores do bairro da Fubu no distrito do kilamba Kiaxe consideram "corruptos" os responsáveis do referido distrito e os membros da comissão de moradores por suposta cumplicidade nos desvios de água potável dos fontenários públicos para os tanques residências e posterior venda às cisternas. Além disso, os moradores suspeitam que o fontenário, sobretudo porque no local há sinais de obras.

Outra acusação dos moradores dá conta que estes responsáveis têm estado a vender à pessoas singulares espaços reservados para a construção bens públicos. Neste particular, os denunciante dizem que no espaço que lhes foi sempre apresentando como reserva para a construção de um posto de transformação de energia eléctrica foi erguida uma loja.

"Ainda não está a funcionar mas certamente foram eles quem venderam", acusou uma das moradoras, acrescentando que nem as ruas têm sido respeitadas e, como consequência, estão cada vez mais estreitas.

As denunciante justificam a preocupação pelo facto de o bairro que surgiu há cerca de dez anos carecer de grande parte de infra-estruturas sociais e a venda desordenada de espaços pode atrasar o seu desenvolvimento.

"Não temos um posto da EPAL, nem um sistema de abastecimento de água, falta-nos centro de saúde, escolas públicas e postos de transformação de energia

eléctrica. Quando lembrarem-se de nos colocar estes serviços faltará espaços", manifestam-se.

O presidente da comissão de moradores identificado apenas por Ângelo negou tais acusações, sublinhando que "não corresponde a realidade" sem, no entanto, conseguir esclarecer o surgimento da loja no espaço que estava reservado para acolher o posto de transformação.

A falta das diferentes infra-estruturas, segundo os moradores, tem provocado inúmeros transtornos no dia-a-dia dos mesmos.

No que diz respeito a falta de energia eléctrica, por exemplo, consideram "insuportável" tanto o barulho dos geradores (dos que podem ter), assim como a compra diária de combustível.

"Dias há que tu ficas sem saber se o dinheiro que tens vai à comida ou ao combustível", disse um dos moradores. Como forma de diminuir os gastos com o combustível, grande parte dos proprietários de geradores, optou pela comercialização de energia aos que não têm, cobrando 4 mil Kwanzas/mês. Existe um de transformação privado, mas incapaz de atender as cerca de duas mil famílias.

No que diz respeito a água, o bairro conta com um fontenário para abastecer, situação que obriga muitas pessoas caminharem cerca de 150 Quilómetros em busca do precioso líquido.

Os populares perspectivam dias piores na sequência possível venda do referido fontenário. Atualmente os populares pagam 50 Kwanzas por 20 litros.

## 7.10 Água e luz graças ao general

### Kopelipa

*Folha 8*

*23 de Junho 2012*

Não é mistério nenhum. Pelas bandas da Corimba vai-se dizendo por ali e acolá e até é verdade, todos os terrenos em redor do hotel Costa do Sol e pertencentes à zona costeira que vai desde a sul do Kapsoka até à Praia Amélia fazem parte de um grandioso projecto de especulação imobiliária pré destinado a render aos seus promotores, mentores, motores, aproveitadores e outros doutores, um bom pacote de milhões de dólares de benefício. Terrenos nessas áreas já foram objeto de expropriação por parte do Gabinete de Obras Especiais (GOE), e não será o comandante Ambrósio de Lemos que contradirá o Folha 8, ele que foi, voluntária ou involuntariamente, um dos expropriados. A dada altura fizemos alusão a esta situação e arguímos que essa gente a viver por aquelas bandas, mal e porcamente, sem saneamento básico, sem água e quase sem luz por longos períodos de tempo, ou tipo pisca-pisca, com cortes várias vezes ao dia, eram simplesmente vítimas de manobras que visavam desmoraliza-los no fito de os levar a sair daquela zona.

Pois tudo mudou, mo mano, agora, desde há uns meses para cá, luz quase nunca falha e água, que de há mais ou menos três anos a esta data nunca houve, agora também já há. E jorra em força, água de boa qualidade, sim, senhor os "corimbianos" estão contentes. E agradecem o general Kopelipa, que foi para ali viver, perto da antiga rotunda e está por certo (quase certo) na origem destas agradáveis melhorias de condições de vida.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Tri-ambiente admite dificuldade na recolha de lixo no Rangel

*Continente*

*8 de Junho de 2012*

As grandes quantidades de resíduos sólidos, águas paradas, a falta de iluminação nas ruas e buracos nas estradas do distrito do Rangel, em Luanda, são apontadas como sendo as principais causas que dificultam os trabalhos de recolha de lixo na referida região, argumentou o director geral da operadora Tri-ambiente.

A empresa recolhe mensalmente 7 mil toneladas de resíduos sólidos tal como argumentou o director geral, Gonçalves Imperial. Acrescentou que a mesma colocou no Rangel cerca de 170 contentores para que a população residente possa armazenar o lixo produzido durante o dia nos locais apropriados e nas horas recomendadas pelas equipas que fazem a manutenção naquela circunscrição.

Sublinhou que 12 viaturas são disponíveis diariamente nos períodos compreendidos entre 21 a 6 horas, no sentido de garantir, um tempo suficiente à recolha do lixo produzido pelos cidadãos. Considerou que a população tem também um papel muito importante neste contexto para que o a administração local, no sentir levar a população a uma postura que permita preveni-los de muitas doenças, que tem feito vítimas entre crianças e adultos, como é o caso de diarreias agudas e paludismo, enfermidades transmissíveis por falta de cuidados de higiene.

O responsável manifestou o seu desagrado por ainda, para além da falta de iluminação nas vias públicas, existirem moradores que optam por depositar o lixo nos locais não indicados por empresas que prestam a manutenção ambiental sadia na região. Aconselhou aos residentes do Rangel no intuito de ajudarem a empresa que trabalho da empresa que vela pela limpeza na comunidade, para que se afaste o índice elevado de lixo que se tem registado por dia por não com a colaboração da acatarem as orientações dadas pelos responsáveis do referido distrito e várias organizações que lutam para que haja um ambiente saudável ao nível das comunidades.

### 8.2 Um problema para o meio Ambiente

*Semanario Factual Fonte*

*De 9 ao 16 de Junho de 2012*

São considerados resíduos electrónicos ou lixo electrónico os aparelhos obsoletos, como os computadores, os televisores, as geleiras e os telemóveis/ celulares.

a sociedade angolana, o consumo e o constante avanço tecnológico, bem como a obsolescência dos produtos, fazem que a compra e o descarte se dêem de forma cada vez mais veloz.

Segundo especialistas, a Africa tornou-se num ponto estratégico para o depósito de materiais electrónicos, o que está a apresentar tanto uma oportunidade económica como problemas ambientais e de saúde.

De computadores portáteis inoperativos a danificados e velhos frigoríficos, o negócio de reciclagem de aparelhos electrónicos em Luanda já acontece, dada a existência de componentes substituíveis.

Na capital, a prática da reciclagem já é muito comum, tendo em conta a existência de varias lojas que o fazem. Mas, a grande preocupação reside no descarte seguro destes equipamentos electrónicos, visto não existir, no País, uma instituição capaz de dar um tratamento eficaz a estes produtos electrónicos.

Num périplo realizado pelo Factual a vários pontos da cidade de Luanda, foi possível constatar o descarte anárquico destes aparelhos a céu aberto, pondo em perigo o meio, assim como a saúde pública.

Foi, igualmente, possível saber que a falta de conhecimento sobre os perigos que estes materiais representam e a inexistência instituições especializadas está na base desta situação.

Uma situação muito comum na sociedade luandense tem a ver com a falta de atenção dos pais que permitem às crianças menores manusearem equipamentos electrónicos, como telemóveis deteriorados, baterias, placas, pilhas, entre outros. Esta acção pode levar à intoxicação da criança ou à sua morte.

O perigo dos meios electrónicos

Nos bens electrónicos, existem um potencial perigoso de elementos químicos que podem pôr em causa a saúde pública, quando estes não sofrem um descarte seguro. Eis alguns dos principais contaminantes presentes nos produtos electrónicos.

### O Arsénico

O Arsénico é um elemento metálico venenoso que se apresenta como pó ou em forma de substâncias solúveis. A exposição crónica ao Arsénico pode provocar doenças de pele e diminuir a velocidade de transmissão dos impulsos nervosos.

A exposição continuada ao Arsénico pode, igualmente, causar cancro de pulmão e, muitas vezes, ser fatal.

### O Cádmio

O Cádmio apresenta um risco de efeitos cumulativos no ambiente, devido à sua toxicidade aguda e crónica.

A exposição aguda à fumaça de Cádmio provoca sintomas de fraqueza, febre, dor de cabeça, calafrios, suores e dor muscular. Os riscos primários à saúde pela exposição a longo-prazo são cancro de pulmão e nos rins.

O Cádmio também pode causar enfisema pulmonar e doença óssea (osteomalacia e osteoporose).

### O CFC's (clorofluorcarbonos)

Clorofluorcarbonetos são compostos de carbono, flúor, cloro, e, por vezes, hidrogénio. Usados anteriormente nas unidades de refrigeração e em espuma de isolamento, não são mais utilizados, pois, quando libertos na atmosfera se acumulam na Estratosfera e têm um efeito nocivo na camada de Ozono, provocando o aumento da incidência de cancro de pele nos seres humanos e em danos genéticos em muitos organismos.

### O Cromo

Cromo e os seus óxidos são amplamente utilizados, devido à sua condutividade elevada e propriedades anticorrosivas.

Enquanto algumas formas de Cromo não são tóxicas, outras, como a de Cromo (VI) conhecida com Hexavalente, são facilmente absorvidas pelo corpo humano e podem produzir vários efeitos tóxicos no interior das células.

A maior parte dos compostos de Cromo (VI) são irritantes aos olhos, à pele e às mucosas. A exposição crónica aos compostos de Cromo (VI) pode causar danos permanentes aos olhos, se não forem devidamente tratados. O Cromo VI pode também causar danos ao AD (código genético).

### O Dioxinas

As dioxinas nunca foram intencionalmente fabricadas, mas formam-se como subprodutos

indesejáveis durante a fabricação de substâncias como alguns pesticidas, bem como durante a combustão.

As dioxinas são conhecidas por serem altamente tóxicas para animais e seres humanos, pois se acumulam no corpo e podem levar a malformações do feto, diminuição da fecundidade e das taxas de crescimento. As dioxinas e os Furanos são uma família de produtos químicos que compreendem 75 diferentes tipos de compostos do tipo dioxinas e 135 compostos relacionados com os Furanos.

### O Cloreto de polivinila (PVC)

Cloreto de polivinila (pvq é o plástico mais utilizado em electrónica e em aparelhos, utensílios domésticos, tubos, entre outros. O PVC é perigoso porque contém até 56 por cento o cloro que, quando queimado, produz grandes quantidades do gás cloreto de hidrogénio, o qual, combinado com a água, forma ácido clorídrico e é perigoso, pois, quando inalado, leva a problemas respiratórios.

### O Chumbo

O Chumbo é o metal mais amplamente utilizado nas indústrias. A curta exposição a níveis elevados de Chumbo pode causar vômitos, diarreia, convulsões, coma ou até morte. Outros sintomas são perda de apetite, dor abdominal, constipação, fadiga, insónia, irritabilidade e dor de cabeça.

Exposição excessiva continuada, como num ambiente industrial, pode afectar os rins. É, particularmente, perigoso para as crianças pequenas, porque podem danificar conexões nervosas e causar distúrbios cerebrais.

### O Mercúrio

O Mercúrio é um dos metais mais tóxicos que ainda são amplamente utilizados na produção de equipamentos electrónicos.

É um metal pesado tóxico que se acumula no organismo, causando danos cerebrais e no fígado, se ingerido ou inalado. O mercúrio aparece altamente concentrado em algumas baterias, interruptores, termostatos e lâmpadas fluorescentes.

### O Cloreto de polivinila (PVC)

Cloreto de polivinila (pvq é o plástico mais utilizado em electrónica e em aparelhos, utensílios domésticos, tubos, entre outros. O PVC é perigoso porque contém até 56 por cento o cloro que, quando queimado, produz grandes quantidades do gás cloreto de hidrogénio, o qual, combinado com a



água, forma ácido clorídrico e é perigoso, pois, quando inalado, leva a problemas respiratórios.

O Selénio

A exposição a altas concentrações de compostos de Selénio causa selenosis. Os principais sinais dessa doença são a perda de cabelo, fragilidade das unhas e alterações neurológicas (como demência e outras sensações estranhas nas extremidades dos membros).

É inegável que o lixo tem sido um dos grandes problemas da cidade capital, mas consiste, igualmente, numa necessidade urgente à criação de instituições e programas para o tratamento seguro dos lixos electrónicos e a ciencialização sobre os perigos que estes acarretam para a saúde pública e o ambiente, no qual pode ocorrer a contaminação dos solos, da água e que podem levar ao desaparecimento da fauna e da flora.

O engajamento comum entre os Ministérios da Educação, do Ambiente, das Tecnologias e da Saúde pode, ajudar na criação de projectos salutareos para um descarte seguro dos materiais electrónicos na sociedade e preservar o ambiente e a saúde pública.

### 8.3 Prudução de lixo atinge 3.4 milhões de toneldas este ano

*Agora*

*09 de Junho de 2012*

Mal soou o anúncio sobre o Plano Nacional para a Gestão dos Resíduos Sólidos, no pretérito dia 2, nos bastidores começaram as reações boa parte das quais a parabenizar esse expediente das autoridades.

A reciclagem do lixo nos moldes apresentados pelo Ministério do Ambiente (Mina) já se faz em outros países. Os 'experts' abordados pelo AGORA esperam apenas que a iniciativa seja implementada com êxito.

O vice-presidente da Associação Industrial Angolana (Aia) elogiou o plano, adiantando ser "uma boa medida que contribuirá para melhorar a limpeza da capital e de outras cidades do país".

Em seu entender, a inclusão do cidadão na manutenção da higiene urbana será benéfica para todos.

O Mina tem a incumbência de apresentar a estratégia para melhorar o sistema de recolha, transporte e tratamento dos detritos em todo o país.

O vice-ministro do Ambiente, que deu a 'boa nova' por altura da conferência sobre 'Promoção sector

petrolífero como factor de prevenção ou mitigação de danos ambientais', considerou o plano como um factor imprescindível na redução dos grandes focos de resíduos sólidos, melhorando a saúde e a qualidade de vida da população.

De acordo com Syanga Abílio, as estimativas indicam que cada cidadão produz em média seis quilogramas de lixo por dia, sendo que este ano, o país produzirá 3,4 milhões de toneladas, em 2015, 4,7 milhões, e no quinquénio 2020/2025 espera-se uma produção acima de sete milhões de toneladas de resíduos anuais.

O aumento substancial do volume de lixo produzido, também tem a ver com o crescimento económico. "À medida que o país cresce e o Produto Interno Bruto aumenta, também eleva-se a quantidade de resíduos", destacou.

O destino dos detritos tem sido os aterros sanitários ou ainda a incineração. O governante revelou que a par destas variantes haverá outra da conversão dos resíduos em energias renováveis, incluindo o tratamento e qualidade da água.

Estes projectos serão 'trunfos' com que o Executivo deverá contar e que estão inscritos no seu programa de combate à pobreza.

Elogiando os bons procedimentos na indústria petrolífera quanto a tratamento dos resíduos, S.A., reconheceu ser "difícil uma indústria atingir o risco zero.

Enquanto formos um país ento, governador de Luanda produtor de petróleo teremos riscos de derrames".

Em face disso, aconselhou as empresas deste importante sector da nossa economia a criarem planos de contingência e munirem-se de instrumentos, priorizando a formação de quadros para a manuseamento dos equipamentos, investimento em novas tecnologias e substituição de máquinas obsoletas.

Diligências do GPL. O plano do Mina, porém, chega num momento em que já 'circula' a iniciativa do governo provincial inserida nos programas 'Luanda Limpa' e 'Meu negócio é a minha vida', promovendo o comércio de lixo na maior cidade do país. Numa primeira fase, a venda dos resíduos sólidos recolhidos pelos cidadãos será feita ao Gpl, enquanto na segunda, a comercialização seleccionada será dirigida às operadoras privadas de reciclagem.

A aderência a este negócio ícentivado pelo governador Bento Bento tem sido enorme,

registando-se um imparável corre-corre às lixeiras de homens, mulheres, jovens e crianças em busca de 'mercadoria' que agora tem valor e que pode contribuir para melhorar a renda do 'Zé povinho'.

No entanto, ainda não se sabe quanto o executivo provincial deverá pagar ou as empresas privadas a serem arroladas para a administração deste negócio. Contudo, enquanto 'não há luz no fundo do túnel', aqueles que conseguem recolher garrafas já as têm 'despachado' às cervejeiras a 140 kwanzas a grade com garrafas de 25 centilitros ou 200 kzs a de vasilhames de 33 centilitros.

Como se depreende, para ganhar alguns trocados é necessário 'vergar a espinha'.

Todavia, se os colectores de garrafas têm de soar, quem se dedica à venda de sucata ferrosa parece estar melhor. O preço do ferro varia em função da qualidade empresas estrangeira, sobretudo chineses que compram a tonelada ao equivalente a 150 dólares.

"A sucata está a aliviar a vida de muita gente que a consegue recolhe-la na rua. Não é uma tarefa fácil, pois é preciso ter meios de transporte e ferramentas para cortar barras de ferro ou chapas para facilitar a sua transportação", refere Mário Chinguelessi antigo sargento das extintas FAPLA que viu na comercialização de sucata o ganha-pão.

E os antecedentes? Em 2006, o Conselho de Ministros havia aprovado um 'novo modelo de recolha de lixo' que previa a retirada dos contentores das ruas e é recolha dos resíduos no período entre as 21h e 4h. O horário terá sido objecto de consenso depois de consultas a vários níveis.

Com essa estratégia, os contentores seriam substituídos por baldes, cestos e sacos. Já os moradores de prédios deveriam adquirir por sua conta colectores que seriam devidamente conservados, procedimento extensivo aos grandes produtores de lixo, nomeadamente, supermercados e ministérios, ou seja, aqueles que não pertencem à rede de recolha domiciliar.

A nossa fonte avançou o fato de não haver uma norma para a remoção dos resíduos industriais como a limalha de ferro da siderurgia susceptível de contaminar o solo e lençóis freáticos, mas indicou que o lixo hospitalar tem sido tratado pela Recolix, uma empresa de direito angolano.

Se a Recolix possui uma incineradora de 'último grito' não se pode dizer o mesmo no interior, onde não se sabe como ao certo o destino dos perigosos detritos sanitários.

"Temos um dos melhores aterros de África que respeita todos os princípios ecológicos, desde a permeabilização do solo até à queima dos gases e à canalização dos líquidos", disse, por sua vez, um funcionário da Elisal.

O aterro sanitário recebia, diariamente, mais de três mil toneladas de lixo de 11 operadoras, números que já terão sido batidos, pelo aumento de empresas nesta empreitada: pouco mais de 25, algumas das quais com um serviço que deixa muito a desejar.

A existência de operadores 'piratas' e a sobrefaturação de serviços são assuntos para os quais o novo 'inquilino' do prédio da Mutamba terá prestado muitos cuidados. Bento Bento procedeu a 'cortes' nos pagamentos anárquicos, evitando o esbanjamento do erário público.

"Desde que este governador assumiu reduziu substancialmente a confusão das despesas arbitrárias. Com isso, melhoraram os procedimentos", resumiu uma fonte do Gpl.

Melhorando os procedimentos ou não, a verdade é que Luanda é ainda uma cidade em busca de uma imagem melhor. Em bairros urbanizados é possível implementar programas, não sendo o mesmo nos suburbanos onde as operadoras encontram dificuldades de acesso, mesmo com as brigadas de trabalhadores para a recolha à porta.

A sensibilização dos moradores para depositar o lixo em locais combinados tem de ser um exercício constante, uma terapia para os problemas existentes.

## 8.4 Bons exemplos

*Agora*

*09 de Junho der 2012*

A reciclagem dos resíduos é imprescindível no mundo contemporâneo. Evita a degradação dos recursos naturais e impede também a progressão dos aterros que também acarretam consigo outros males.

Em França, o lixo tem tido uma utilização benéfica à população. Na cidade de Lille, os resíduos têm sido utilizados para a produção de biocombustíveis. O centro de valorização orgânica da localidade trata anualmente 108 mil toneladas de lixo de cozinha e jardim, para produzir biocombustível.

Devido aos êxitos alcançados, Lille foi escolhida para dirigir projectos de biogás, envolvendo algumas cidades e vilas europeias interessadas nesta iniciativa.

O centro de valorização orgânica custou 75 milhões de dólares, financiados em parte pela Agência Francesa de Energia.

Os resíduos tratados são uma fracção fermentada do lixo doméstico seleccionado pelos habitantes, bem como o que provém de restaurantes, lanchonetes, jardins e das lixeiras comunitárias.

Se os franceses inovaram, os portugueses, porém, nem por isso. Relatos recentes indicam que os resíduos sobretudo plásticos têm sido vendidos a chineses, inflacionando o preço desta matéria-prima que passou de 100 Para 200 euros (cerca de 200 a 300 dólares) por tonelada.

## 8.5 GPL "Puxa orelha" das concessionárias

*Semanário Factual*

*De 16 á 23 de Junho de 2012*

A decisão foi tomada, na quarta-feira, 13, na reunião realizada com as concessionárias, que contou com a presença dos responsáveis das empresas de distribuição de água (EPAL), energia (EDEL) e comunicações (Angola Telecom, Mstelcom e Unitel).

António Resende apelou que serão punidas as empresas que se faltarem em repor tudo quanto for destruído ao longo dos trabalhos efetuados na via pública, bem como aquelas que não concluírem as obras que têm.

Segundo o vice-governador, bem como os representantes das empresas, as causas de tantos buracos e destruição dos passeios na zona Baixa de Luanda e periféricas tem a ver com a falta de informação e de comunicação entre as diferentes concessionárias.

António Resende propôs, igualmente, às empresas trabalho conjunto e comunicação multilateral, no sentido de se evitar a destruição de obras já terminadas na capital do País e esclareceu a necessidade de as empresas se preocuparem com as sinalizações dos locais onde estas decorrem, para que haja acidentes.

As empresas presentes foram unânimes em reconhecer que as suas atitudes têm causado transtornos aos cidadãos e à província de Luanda, mas prometeram engajar-se, com o objectivo de pôr fim à onda de irresponsabilidade que se tem visto.

Luanda e os seus perigos

A atitude do GPL em convocar os concessionários para uma reunião foi, sobretudo, pelo perigo que os buracos representam aos cidadãos.

Em Luanda, já houve casos de morte, causados por estas valas e buracos. As empresas também contribuem e de forma negativa para o semblante da província, destruindo os passeios.

Andar em Luanda, principalmente no período nocturno, constitui exercício arriscado, face aos buracos e valas abertas por algumas empresas. "O constrói e parte" tem sido o dia-a-dia de muitas construtoras, porque, segundo explicações saídas da reunião, o desentendimento entre as concessionárias leva a que cada uma faça o seu trabalho e gere um ambiente de desconforto para a província, pois esta é quem paga as consequências.

As transgressões praticadas por estas empresas devem ser sancionadas, pois põem em perigo a vida dos cidadãos. Conforme o 2º chefe de Luanda, a medida passa já a ser implementada de imediato.

Luandenses ouvidos pelo Factual, depois da reunião, foram unânimes em dizer que a medida vai ajudar na conservação da beleza da cidade, assim como reduzir acidentes causados por estes buracos e valas ao longo da via.

Para o cidadão Costa Adão, a medida já devia ser implementada há muito. "Apoio a atitude do GPL em fiscalizar o trabalho destas empresas, visto que, após terminarem os seus serviços, não querem mais saber de nada e somos sujeitos a correr riscos, por causa das valas que sempre abrem".

Augusto João fez saber que é preciso que o GPL seja duro com estas empresas, em virtude de muitas delas não fazerem esforço mínimo para a integridade física e bem-estar do cidadão e interromperem a via a qualquer momento, sem explicação.

"Sou a favor desta atitude".

## 8.6 Antigos deputados desvia a conduta de água

*Semanário factual*Fonte

*De 09 á 16 de junho de 2012*

Conforme moradores, dentro do condomínio, existe um reservatório gigante que, de 24 a 24 horas, fornece água aos caminhões-cisternas, prejudicando, sobremaneira, os habitantes do bairro.

Para os mesmos, o dinheiro cobrado aos homens de cisternas de água beneficia os antigos deputados.

"A população anda revoltada contra a EPAL, mas, afinal, o problema é com os antigos deputados que vendem água, prejudicando a população", reclamou o cidadão António Cabenha Wilo.

A população, que já tinha água canalizada, ficou privada durante sete meses, sem que este precioso líquido jorre nas torneiras.

"Ouvimos dizer que foi graças à intervenção do senhor governador Bento Bento que não conhecia a situação, que o povo enfrentava nesta localidade", disse a moradora Kimonia Bunga.

Neste bairro, foi a própria população que contribuiu o dinheiro para a aquisição da tubagem e, posteriormente, a canalização nas residências.

"Para a água jorrar nas suas residências, as pessoas pagaram mil e 500 dólares cada. Mesmo sem água, recebemos sempre recibos de cobrança. Por isso, vamos processar os antigos deputados e queremos que nos indemnisem", reclamou o ancião Salomão Kibia.

A água já jorra, mas pouca gente beneficia dela. "Antes, comprávamos o bidão de 50 Kwanzas, mas, desde que a água foi desbloqueada, compramos o bidão de 10 Kwanzas", notou o mesmo ancião.

Para economistas, as administrações devem ter políticas sobre o abastecimento de água, pois isso resolve um problema imediato que tem a ver com o fornecimento de água potável à população, construindo ou recuperando fontanários.

O Factual constatou a existência deste tanque profundos, mas os seus proprietários recusaram-se a prestar declarações ao nosso jornal.

Os habitantes perguntam se o Tribunal de Polícia, em Luanda, julga de forma sumária elementos acusados de desviarem condutas de água da EPAL e venda ilegal e porque não o fazem em relação a esses deputados?

Fonte da EPAL revelou que a vandalização de algumas condutas de água está a afectar na melhoria do fornecimento do precioso líquido às populações.

Apesar dos investimentos feitos, a acção de garimpo de água por parte de determinadas pessoas, desviando o curso das condutas, está a dificultar o abastecimento à cidade de Luanda.

"O desenvolvimento é tão grande. Não temos correspondido com o desenvolvimento da cidade, porque a água tem de chegar a todos", afirmou a fonte.

## 8.7 Mais população menos água

*Semanário factual*

*De 9 à 16 de Junho 2012*

O bairro Kaópe dista a nove quilómetros da Vila de Cacucaco-sede, com densidade demográfica crescente e heterogeneidade de povos saídos das províncias do Bengo, do Huambo e outras do Leste de Angola. Em contrapartida, a maior preocupação dos seus moradores tem sido a falta de água potável.

De acordo com moradores ouvidos pelo Factual, a falta de água naquele bairro, subdividido em Kaópe ova e Caópe Velha, constitui a maior preocupação das inúmeras famílias residentes há mais de 15 anos naquela circunscção do município de Cacucaco.

O bairro regista a carência de fontanários de água potável, mas nada tem sido feito para abastecer às famílias carentes do precioso líquido, facto que as obriga ao consumo de água não tratada, proveniente, diretamente, do rio Kifangondo ou dos tanques domésticos, situados nos arredores.

O Factual constatou que muitos desses tanques domésticos não possuem condições de saneamento básico aceitável, não recebem limpeza constantemente e, nalguns casos, são deixados abertos ou cobertos com pedaços de chapas, tornando-as vulneráveis à intromissão de insectos ou objectos estranhos.

Os moradores, que anteriormente eram abastecidos por águas das cisternas de camionistas particulares, vêem-se, hoje, necessitados desta mão-de-obra caridosa, em virtude de a fiscalização municipal estar a apertar o cerco aos que não se encontram legalizados para a comercialização do precioso líquido.

Eles pedem explicações solúveis à Direção Municipal da Empresa Provincial de Água de Luanda, em Cacucaco, a fim de verem as suas preocupações respondidas, pois o bairro é propenso a endemias, como cólera, diarreia e outras doenças tropicais, devido à carência de saneamento básico visível nos últimos dias.

Marlene Sebastião, residente no bairro há 10 anos, afirmou ser frequente a procura pelo precioso líquido e as únicas alternativas terem sido a compra do

mesmo pelas cisternas que vêm de Kifangondo, através dos baldes e outros recipientes domésticos.

Os camionistas queixam-se de serem impedidos de abastecer o precioso líquido às famílias carentes. Embora reconhecendo a sua ilegalidade, explicam que pagam taxas para o efeito, mas o impasse permanece, enquanto centenas de famílias dormem sem um copo de/com água.

O Factual procurou saber da EP AL, na secção de Kifangondo, o porquê dessa situação, tendo sido esclarecido a existência de um projecto de construção de fontanários de maior extensão entre os bairros Mulundo

## 8.8 Via rápida Luanda/viana com canal de escoamento

*Jornal de Angola*  
10 de Junho de 2012

Um canal e taludes em betão para o escoamento de água estão a ser construídos na via rápida Luanda/Viana, onde na época da chuva se verificam alagamentos.

Segundo a Angop, os taludes fazem a ligação com o canal de 10 metros de largura e oito de profundidade que estão a ser construídos no lado esquerdo do sentido Luanda/Viana.

As estruturas vão contribuir para o escoamento da água que se acumulava no quilómetro 25, em Viana, e que dificultava o trânsito automóvel nos dois sentidos da via e interrompia a circulação do comboio do Caminho- de-Ferro de Luanda. A água do referido canal vai dar ao sistema de drenagem que liga à vala do Rio Seco.

O projecto da via rápida, que começa junto à Unidade Operativa de Luanda e termina no quilómetro 28, em Viana, insere-se no programa de reabilitação das vias estruturantes e terciárias da capital do país, que visa facilitar a circulação rodoviária.

A estrada, cujas obras ainda não estão totalmente concluídas, facilita a circulação entre o centro da cidade e o município de Viana. O projecto compreende a colocação de bermas, passeios, viaduto, sinalização vertical e horizontal, retornos, pontes para peões e semáforos.

A via rápida Luanda- Viana também facilita o acesso aos municípios do Kilamba Kiaxi, Cacucaco e Samba, e às províncias do Bengo, Benguela, Malange, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul.

## 8.9 Sambizanga prepara locais para a transferência de lixo

*Jornal de Angola*  
10 de Junho de 2012

A administração do distrito do Sambizanga, município de Luanda, prevê preparar e pôr à disposição dos moradores dez locais para a transferência dos resíduos sólidos.

De acordo com a administradora Mara Baptista, a preparação dos espaços enquadra-se no programa "Luanda Limpa", constante do projecto de impacto social, que incentiva a remuneração dos cidadãos interessados a constituírem as brigadas de recolha de lixo em todos os bairros.

Mara Baptista fez saber que, numa primeira fase, vão ser preparadas as condições em dez espaços no Sambizanga, Bairro Operário e Ngola Kiluanje, para, no futuro, serem criados mais pontos de transferência.

A responsável louvou a iniciativa do Governo, na medida em que vai proporcionar uma imagem digna à cidade, criar postos de trabalho e reforçar a actividade das actuais empresas contratadas para o efeito.

Mara Baptista apelou para uma mudança de consciência dos cidadãos, no sentido de deixarem de deitar o lixo no chão.

"Gostaria de apelar ao bom senso dos cidadãos, para que parem de atirar para qualquer sítio papel usado, latas ou garrafas de refrigerantes. Devemos sim deitar o lixo nos contentores, evitando sujeira nas ruas", aconselhou.

Através de um Balcão Único do Empreendedor (BUE), os cidadãos podem legalizar as suas brigadas de recolha de resíduos sólidos.

A recolha de resíduos sólidos no distrito urbano do Sambizanga, realizada por duas operadoras, é considerada débil por ainda se encontrarem muitos focos de lixo.

## 8.10 Mavinga tem novo sistema de captação

*Jornal de Angola*  
15 de Junho de 2012

Mais de oito mil habitantes da sede municipal de Mavinga, a 418 quilómetros a leste da cidade de Menongue, no Kuando-Kubango, beneficiam, desde

segunda-feira, de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

A nova infra-estrutura, orçada em pouco mais de 92 milhões de kwanzas, foi instalada nas margens do rio Kúbia e tem capacidade para bombear 112 metros cúbicos de água por hora, para um reservatório de 330 metros cúbicos.

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, o primeiro no município de Mavinga desde que Angola alcançou a independência, em 1975, tem uma rede de tubagem de 9,5 quilómetros.

O sistema permitiu a instalação de oito chafarizes, quatro lavandarias e 25 ligações domiciliárias, um número que pode aumentar nos próximos tempos.

A população da sede municipal de Mavinga consumia água directamente do rio Kúbia, onde faziam também as suas actividades domésticas, o que estava na origem de muitas doenças.

Ao inaugurar o empreendimento, o ministro da Assistência e Reinserção Social (MINARS), João Baptista Kussumua, pediu à população para conservar bem a estação de água povo angolano possam consumir água potável por longos.

Realçou, ainda, que o Executivo angolano vai continuar a construir sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, escolas, posto de saúde, estradas, caminhos de ferro, hospitais, entre outras infra-estruturas para que o povo angolano possa crescer e viver em paz.

O acto inaugural foi testemunhado pelo governador do Kuando-Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, pelos ministros da saúde, José Van-Dúnem, e da Justiça, Guilhermina Prata além dos diretores nacionais da energia e água, da educação e da justiça.

## 8.11 EPAL inaugura maior centro de distribuição

*Semanário Factual*

*De 16 á 23 de Junho de 2012*

A Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL) procedeu, quarta-feira, 13, à inauguração de um novo Centro de Distribuição de água potável, localizado no bairro dos Mulenvos, no município de Viana.

Esta implementação enquadra-se no âmbito do processo de melhoraria do abastecimento de água potável a nível da capital.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, informou que este é o maior centro de distribuição construído até hoje na capital.

"Este centro de distribuição é o maior que nós temos a nível de Luanda, com uma capacidade de 20 mil metros Cúbicos. Conta ainda com quatro electro bombas instaladas", informou.

## 8.12 Fuga ao fisco no Cunene preocupa as autoridades

*Jornal de Angola*

*12 de Junho de 2012*

O comando da Polícia Fiscal na província do Cunene registou, nos últimos sete dias, vários casos de fuga ao fisco no posto fronteiriço de Santa Clara, município de Namacunde, disse ontem ao Jornal de Angola o porta-voz local da Polícia Nacional.

O superintendente-chefe Salvador dos Santos informou que a corporação efectuou uma micro-operação, que resultou na apreensão de diversas mercadorias contrabandeadas, entre as quais 919 telemóveis, 869 carregadores, várias caixas de calçado e de bebidas alcoólicas.

Salvador dos Santos explicou que, para não pagarem as taxas aduaneiras, muitos cidadãos fazem compras em grande quantidade na Namíbia e repartem a mercadoria em pequenos volumes, que transportam sucessivamente de bicicleta.

A micro-operação, disse Salvador dos Santos, permitiu ainda apreender duas viaturas com matrículas falsas, que transportavam mercadorias diversas sem cumprir as formalidades aduaneiras e 275 litros de gasolina.

Entretanto, a Polícia de Trânsito no Cunene registou 84 infracções, que resultaram na aplicação de igual número de multas, na apreensão de cinco viaturas e na retenção de 77 cartas de condução. O superintendente-chefe Salvador dos Santos calculou em 927 mil kwanzas o valor das multas cobradas durante os últimos sete dias, por diversas infracções ao Código de Estrada.

Segundo o porta-voz da Polícia Nacional na província do Cunene, a corporação registou, durante o período em referência, 32 crimes e deteve 24 indivíduos suspeitos de envolvimento na prática dos delitos. O oficial da Polícia Nacional disse que os crimes foram cometidos maioritariamente nos municípios do Kwanhama, ombadja e Namacunde, e consistiram em roubo de gado, auxílio de imigração ilegal, posse ilegal de arma de fogo, ofensas corporais,

ameaças, burla, aborto provocado e injúrias contra agentes da corporação.

### 8.13 Projectados fontenário no bairro da Camoma

*Jornal de Angola*  
15 de Junho de 2012

O administrador adjunto de Malange, Naval dos Santos, disse ao Jornal de Angola que está em curso um levantamento dos moradores do bairro Camomazona 2, com vista à instalação de um ponto de abastecimento de água.

A instalação desse ponto de abastecimento naquele bairro dos arredores da cidade de Malange vai ser efetuada no quadro do programa "Água para Todos".

O responsável respondia assim às preocupações manifestadas por alguns moradores ao Jornal de Angola sobre o abastecimento de água potável no bairro. Os moradores pediram a instalação de fontanários para evitar o uso de água recolhida do rio Malange, sem o devido tratamento.

Os cidadãos alertavam para o facto da água do rio estar a ser usada para banhos, às vezes no próprio rio, e para a lavagem da roupa e louça, além do consumo.

Naval dos Santos assegurou que a Administração Municipal de Malange está a trabalhar, em parceria com o governo provincial e a direcção de Energia e Águas, para resolver os problemas com o abastecimento de água nos bairros periféricos.

### 8.14 Crime com armas preocupa a Polícia

*Jornal de Angola*  
19 de junho de 2012

A Comissão Nacional de Desarmamento da população Civil anuncia, no mais recente relatório, o aumento de crimes em Luanda com recurso a armas de fogo.

O relatório também sublinha que a quantidade de armas entregues e recolhidas ainda está longe das previsões. A comissão refere que, entre os dias 6 e 12, foram cometidos 79 crimes de natureza diversa com recurso a arma de fogo, mais 16 do que em idêntico período imediatamente anterior.

O recurso a armas de fogo no cometimento de crimes, afirma o relatório datado do dia 13, sugere que ainda há elevadas quantidades desses meios em

posse ilegal de cidadãos. No período em análise, a Polícia Nacional recolheu 35 armas, mais sete que no período anterior, resultante de micro-operações realizadas pelas divisões do Cazenga, Samba, Viana, Cacuaco, Rangel, Kilamba Kiayi, Maianga, Ingombota e Sambizanga.

Recentemente, o comissário-chefe Paulo de Almeida afirmou que a Comissão Nacional para o desarmamento da População Civil vai intensificar as suas acções de desarmamento coercivo aos cidadãos em posse de armas em todo o país.

Segundo Paulo de Almeida, as acções serão realizadas em todas as províncias, com destaque para Luanda, onde nos últimos tempos tem havido um aumento da violência com armas de fogo e é a região em que são recolhidas mais armas de fogo de forma coerciva.

Desde o começo do desarmamento em 2008, foram já recolhidas mais de 86 mil armas.

O trabalho das forças policiais continua por haver, no país, mortes com armas de fogo entre a população.

### 8.15 Cela regista casos de violencia doméstica

*Jornal de Angola*  
19 de junho de 2012

A Cela registou, entre Janeiro e Maio, 44 casos de violência doméstica, mais 12 do que mesmo período do ano passado, disse a chefe de secção municipal da Família, Promoção da Mulher, Antigos Combatentes e Assistência Social.

Ana Alpoim afirmou que os casos, todos resolvidos pela instituição, eram relacionados com fuga à paternidade, ofensas corporais, abandono de lar e incumprimento de pagamento de mesadas.

Apesar do aumento de número de casos; referiu a responsável, a aprovação da Lei contra a Violência Doméstica é um passo em frente na harmonização das famílias e da sociedade em geral, pois consolida os mecanismos de contenção deste tipo de infrações.

A secção municipal, declarou, assiste 1.243 pessoas vulneráveis, entre idosos, órfãos e portadoras de deficiências.

Além disso, tem registado 269 antigos combatentes ascendentes, viúvas e órfãos de guerra e apoia 21 crianças acolhidas e assistidas no único centro infantil do município da Cela.

## Ferramentas de trabalho

A secção municipal tem promovido várias ações de assistência aos beneficiários, como aconteceu recentemente com a entrega de 900 chapas de zinco a 60 deles para cobrirem as casas. Ana Alpoim salientou a importância de se distribuírem instrumentos de trabalho aos assistidos pela secção municipal para lhes permitir ganharem o sustento e das famílias e não dependerem exclusivamente das pensões. Muitos assistidos, disse, são saudáveis e podem exercer atividades socialmente úteis, desde que disponham de ferramentas que lhes permitam produzir algo que lhes aumente os rendimentos. A secção municipal, afirmou a diretora, recebe diariamente pedidos de assistidos que querem ferramentas de trabalho, sobretudo de carpintaria, serralharia e para eletricidade de baixa tensão.

## Falta de meios

A chefe de secção referiu estar preocupada com a falta de meios de locomoção para os assistidos portadores de deficiências físicas.

O problema, lamentou, arrasta-se há muito tempo e as autoridades municipais não o conseguem resolver por falta de meios no mercado local, o que obriga muitos assistidos adiarem o sonho de estudarem.

Sobre o pagamento de pensões, garantiu que estão em dia até Abril e as referentes a Maio estão em fase de regulamentação.

O único problema neste capítulo, relaciona-se com as pensões, do último trimestre e o 13<sup>a</sup> mês de 2009, cujo processo está a ser resolvido pelas estruturas centrais.

## 8.16 Senhores do crime encontraram poiso

*A Capital*

*23 de Junho de 2012*

O franquear a porta da humilde residência que ocupa há pouco mais de um ano bem no interior do bairro Rocha Pinto, o jovem Odair Xavier, de 27 anos, confrontou-se com uma realidade algo inimaginável: uma enorme abertura na chapa que cobre a casa, bem no lado do seu quarto e os seus haveres roubados.

Tudo aconteceu na madrugada do dia 15, por isso é algo recente, pelo que está ainda a ser difícil refazer-se do enorme choque.

E não é para menos: "encontrei a casa totalmente desarrumada. Inicialmente, pensei que tinha entrado

errado na casa, mas pouco depois percebi que tinha sido vítima de um assalto", reconheceu. Há alguns dias que Xavier se ausentara de casa em cumprimento de uma missão laboral, ausência que foi notada pelos amigos do alheio que, por isso, decidiram agradecer-lhe com uma 'visita de cortesia.

E, claro está, não foram nada perdulários: de uma só assentada, de forma impiedosa, levaram um televisor, uma arca, um gerador elétrico e uma botija de gás butano, bens pessoais que o mesmo adquirira com muito esforço e que agora, reconhece, terá de penar bastante para readquiri-los. "É como começar tudo do zero", lamentou. Xavier não descarta, porém, a possibilidade de abandonar aquela residência após mais este duro golpe.

É que se trata da segunda vez que o mesmo passa por este calafrio. Na primeira vez, que foi há um mês, recorda, os assaltantes, que diz tratar-se de uma rapaziada identificada do bairro, além de destruírem o vidro da sua viatura, "levaram também os meus documentos pessoais".

Por isso, calcula que se tratam das mesmas que se fizeram ao interior da sua pequena residência para mais este assalto. "A continuar assim", disse agastado, "vou-me embora para uma casa mais segura".

A mesma história de Odair Xavier tornou-se, nos últimos tempos, tem servido também para alimentar a dor de milhares de moradores daquele bairro do distrito da Maianga.

Os casos que se contam, se bem vistos, são de arrepiar, mas é a realidade com que aquela gente tem que lidar todos os dias. O funcionário público Herminio João, de 25 anos, residente há oito anos naquelas paragens, reconhece que a criminalidade "é o prato de todos os dias" e que não há "como escapar dela".

Diariamente, quando menos se espera, todo o morador pode ser uma potencial vítima. E não raras vezes mortal.

O risco, este, está sempre à espreita. "Há muito que já não se faz sentir o trabalho de patrulhamento da Polícia no bairro", lamentou Herminio João, concordando com os clamores dos demais moradores do bairro de que o crime tem subido em espiral.

Os gritos daquela gente se fazem ouvir lancinantes. Uma das principais reclamações é a instalação de unidades móveis da Polícia nas chamadas zonas mais 'endémicas' em criminalidade. Aos 24 anos, Daniel Dijone não mais sabe se ri ou chora. Recentemente, por exemplo, três homens fortemente armados



irromperam pelo interior da sua residência a partir do tecto e levaram os computadores, telefones móveis ainda 100 mil dólares, dinheiro que preparava para o depósito no dia seguinte.

Brada aos céus por os meliantes terem li poupado a vida dos membros da família, mas reconhece, por outro lado, que a situação tem andado insustentável. Daí o apelo: "a Polícia tem de fazer muito mais, colocando mais agentes nas ruas, sobretudo no período noturno", por tratar-se "do momento em que os biltres procuram fazer o maior número de vítimas.

### 8.17 Um buraco na parade de um cyber

*A Capital*

*23 de Junho de 2012*

Se os riscos estão sempre à espreita para os transeuntes, os estabelecimentos comerciais não escapam dos vorazes apetites de quem um dia elegeu a criminalidade como a via mais rápida e fácil para ganhar a vida.

Na chamada rua dos senegaleses, no interior do mesmo bairro, um cyber-café foi assaltado na madrugada desta terça-feira, 19. Os assaltantes perfuraram uma parede antes de se Jazerem ao interior do recinto comercial. Desta vez, segundo um dos funcionários do espaço, que diz respirar de algum alívio, os marginais levaram apenas uma máquina fotográfica.

É que não se trata da primeira vez que local é alvo de assaltos. Contas feitas ao número de assaltos já registados dão conta do roubo de sete computadores.

"Houve vezes em que os marginais apareceram armados em pleno dia e assaltaram-nos", revelou um outro funcionário, acrescentando que as queixas apresentadas à Polícia aguardam ainda por uma resposta das autoridades policiais locais.

O presidente de uma das comissões de moradores do bairro Rocha Pinto, cujo nome omitimos por razões óbvias, não teve pejo nenhum em admitir à nossa reportagem que a criminalidade recrudescer nos últimos dias, mesmo com alguma presença policial numa zona conhecida como Paragem do Triângulo, onde geralmente se registavam os mais espetaculares assaltos.

Contrariamente ao que muitos moradores disseram, aquele morador defende que os grupos marginais provêm, sobretudo, do bairro Prenda e semeiam o pânico e terror naquelas paragens.

"Parece que nunca estamos protegidos nem mesmo com as portas e as janelas gradeadas ou com as paredes feitas de betão armado", reflectiu o líder de uma das comunidades daquele que é um dos mais antigos bairros periféricos da capital.

Simão Cossi, presidente da comissão de moradores do sector I da área da Kapipa já perdeu a conta dos assaltos e outros crimes testemunhados. "Não podemos circular livremente", afirmou. E acrescentou: "os senegaleses são os que mais sofrem. Até de dia não escapam", lamentou.

### 8.18 Empresa faz reposição da rede de água

*Jornal de Angola*

*27 de Junho de 2012*

A Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) está a proceder à reposição da rede de água potável e de contadores no município do Cazenga.

Moradores afirmaram que a tubagem antiga tinha muitas roturas e deixava as ruas inundadas, o que obrigou à sua substituição.

Ana Maria, moradora do Cazenga, disse estar satisfeita com a nova rede de canalização e com a substituição de contadores no bairro, porque as pessoas vão ter mais cuidado com a quantidade de água a gastar e evitar que ela jorre para a rua como antes.

Santana Pedro, também morador, disse ser uma mais-valia a nova rede de canalização e coma substituição de contadores de água no bairro, porque a possibilidade de rupturas fica reduzida, assim como a transportação de água dos tanques".

Roberto Almeida, outro morador realça que a iniciativa da EPAL através do projecto "Água para Todos", é louvável e ajuda os moradores a poupar a água.

"Com os contadores montados todas as pessoas têm que pagar a água de acordo com o consumo e, por isso há mais responsabilidade no controlo dos gastos", disse.

## 8.19 Metade da população tem água potável

*Jornal de Angola*  
29 de Junho de 2012

Cerca de metade da população tem acesso à água potável e 33 por cento à energia eléctrica, disse à Imprensa, o ministro João Baptista Borges, no Lubango, onde preside ao segundo conselho consultivo alargado do sector, que termina hoje.

O titular da pasta da Energia e Aguas afirmou que as percentagens ainda estão aquém dos objetivos preconizados, mas que já foram dados passos significativos para o desenvolvimento de projetos estruturantes que permitem melhorias futuras.

Como exemplo de empenho do Executivo, mencionou a cerimónia, na semana passada, da colocação da primeira pedra do projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico de Lauca, cuja potência é quatro vezes superior à da barragem de Capanda. "Isso ilustra o esforço de Investimentos que o Executivo está a fazer e vai continuar a fazê-lo para no futuro estabilizar o fornecimento, quer de água, quer de energia eléctrica em todo país", disse.

Sobre investimentos do sector Huila, referiu que está a ser desenvolvido um importante projecto de reabilitação e expansão da rede de distribuição de água potável e previsto construir, a partir já deste ano, duas centrais com capacidade total de 80 mega watts, o que permite estabilizar o fornecimento de energia.

### Conselho consultivo

O discurso de abertura conselho consultivo alargado do Ministério da Energia e Águas, foi proferido pelo governador da Huila. Isaac dos Anjos disse que o ritmo de crescimento urbanístico e a necessidade de se oferecerem melhores e mais adequadas condições de vida à população requer a construção de mais aproveitamentos hidroeléctricos.

A província da Huila, acrescentou, aguarda com muita expectativa o início dos trabalhos nas barragens de Calueque, Luamdege e Baynes para haver maior desenvolvimento na região sul do país.

As estimativas de crescimento populacional, referiu, fazem prever um crescimento na cidade do Lubango na ordem 1,8 milhões de habitantes até 2017, 2,2 milhões até 2020 e de três milhões até 2023.

Isso quer dizer, declarou, que daqui a 20 anos as necessidades em água rondam os 500 mil metros

cúbicos por dia para uma captação média diária de 200 mil litros.

A província, disse, beneficia de vários projetos no sector da Energia e Águas, os mais relevantes dos quais é reabilitação da barragem da Matala. O ministro da Energia e Águas referiu, à chegada, que a barragem da Matala está a ser reabilitada para permitir a exploração de energia com mais segurança.

### Abastecimento de água

O governador referiu que o projecto de melhoria de abastecimento de água à cidade do Lubango mobiliza recursos de fontes de financiamento externos, do Programa de Investimentos Públicos (PIP) e do Programa "Água para todos".

A acção, afirmou o governador da Huila, compreende a instalação de condutas de adopção e de distribuição e estão a ser usados tubos em ferro, PAD e PVC, numa combinação que somente o engenho tem permitido não parar.

O conselho consultivo alargado do Ministério da Energia e Águas decorre sob o lema "investindo na energia sustentável e água para todos". No encontro tem sido feito o balanço das ações realizadas em todas as províncias no sector da energia e águas e perspectivadas actividades.

## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 É Cultura do Angolano bater mulher?

*O Continente*

*08 de Junho de 2012*

Acho que sim! Até porque' é uma prática que já encontrei, o meu avô, o meu pai já batiam nas mulheres! Aprendi com eles! Não fui eu que inventei! Sabia que algumas mulheres gostam! Até acham que devem ser surradas! Foi assim que muitos homens responderam ao meu pequeno inquérito.

A lei contra violência doméstica é persuasiva? Não! Porquê? Porque não combate as causas, é pouco abrangente, não irá de modo nenhum extinguir' inibir, conter com esta prática cultural e secular. Porquê? A lei é oportunista, falaciosa, sem nenhum conteúdo instrutivo nem pedagógico. O/A legisladora (copy paste da lei Portuguesa) e o forcing exercido pelas mulheres na Assembleia Nacional preocupou-se em defender a pele das mulheres, única e exclusivamente estavam fartas de levar "porrada" dos homens com indulgência da justiça, por falta de legislação criminal e penal. Todavia foi um passo dado. Mas será que foi dado o passo civilizacional com a criação da lei, contra violência doméstica? O homem angolano deixará de bater na mulher? Estará regenerado? Ou teremos muitos homens presos por este tipo de crime? Penso que não é esta a finalidade, até porque aí, as mulheres ficariam sem os preciosos homens, que são poucos, passariam "fome e frio"!

Um da móveis deste tipo de crime é o ciúme, traição, que espelha pouca instrução, civismo, e desenvolvimento humano por parte do homem angolano em não perceber, admitir que a traição faz parte do comportamento humano, independentemente da fidelidade exigida. Todos os humanos traem! É uma questão de tempo, portanto, devemos saber conviver, conceber, anuir, com este tipo de comportamento, prática humana, sem violência alguma. Todos nós traímos, homens e mulheres, aliás a nossa vida é feita de traições! Se é que podemos chamar de traição.

O egoísmo ilusório das mulheres em auto protegerem-se com a lei, demonstra, a primazia delas, antes e sobretudo, deixando de fora o mais importante que são os filhos, (crianças) que não têm representatividade de "género" na Assembleia Nacional, por isso não conseguem influenciar leis

para se protegerem e favorecer, de maneira a impor juridicamente aos pais o cumprimento, obrigatoriedade dos deveres, para que consigam obter melhor educação, civismo e desenvolvimento humano para que no futuro estejam instruídos e cultos, saibam, compreendam, que não devem praticar este tipo de atrocidades.

É tão agressor, violento, criminoso, um pai, que pratica violência contra a mulher, como faltar ao compromisso e o dever com o filho.

Os filhos de hoje poderão ser os agressores de amanhã, se não forem bem instruídos, porque não acautelaram na lei, (violência doméstica) a responsabilização criminal penal, (crime público), dos pais (pai e mãe), no incumprimento dos deveres e obrigatoriedade dos filhos, ex.: Deve ser crime público (prisão efetiva) em Angola uma mãe ou pai que não assuma a paternidade ou maternidade do filho, (processo judicial simplificado, prioritário, rápido), deve ser penalizada a mãe que de má fé engana, oculta, falseia a paternidade do filho, causando seríssimos problemas a este filho posteriormente, que não matricula no ensino obrigatório (escolar), que não assume a responsabilidade económica do filho menor.

A obrigatoriedade nos registos de nascimento, a inclusão dos nomes dos progenitores. É violento um filho saber que não consta no seu registo de nascimento o nome o pai, ou da mãe, por divergência de situações.

Estes são basicamente os pressupostos que deviam incluir na lei da violência doméstica. Não é sonhando estes assuntos que as mulheres terão sossego na relação com os homens, pelo contrário, estes presuntivos influenciam outros, também é violência doméstica.

Quem pensa que combate o crime com mão pesada, só com a lei, está enganado. A vertente sociocultural devia ser entendida, compreendida de maneira que a sua abrangência fosse transversal.

A lei contra a violência doméstica deve passar pela vertente educacional, ou seja, deve constar nos manuais escolares de ensino básico, todo o repúdio de qualquer violência incluindo a doméstica, deve ser instruída nas crianças, a lei devia ter o punho de obrigatoriedade de instrução social, a lida familiar, logo nos primeiros sinais de violência. Com estes mecanismos poderemos ter melhores relacionamentos passionais.

A "desaculturação" do Homem Angolano talvez seja o caminho para a inibição destas práticas criminais.

## 9.2 Desmobilizados das Faa cada vez mais perigosos

*Semanário Factual*

*De 9 á 16 de junho de 2012*

Por se registarem, na cidade de Luanda, casos de violações com o uso de armas de fogo, por parte dos antigos militares, na era pós-guerra, académicos defendem a socialização dos desmobilizados das FAA e veteranos da Pátria, através de acompanhamento psicológico, a partir das suas famílias.

A situação, que de certa forma está a desestabilizar a harmonia social e o bem-estar das comunidades, é uma preocupação dos académicos que consideram urgente a prestação de cuidados específicos, dadas as condições psicológicas perturbadoras apresentadas pelos antigos efectivos das FAA, nos bairros onde estes habitam.

Os casos mais recentes que motivam tais preocupações devem-se ao assassinato de uma criança atingida mortalmente com arma de fogo por um efectivo das FAA, na primeira semana do mês, quando a menor, de cinco anos, festejava com os familiares o dia 1 de Junho.

Segundo os familiares da vítima, tudo partiu de um ciúme criado entre as crianças, cuja discussão chegou até aos mais adultos, acabando por motivar o uso da arma de fogo pelo tio, na tentativa de dispersar contra a multidão, cujas consequências foram mais desastrosas.

A irmã do causador do infortúnio conta não ter sido intenção do seu irmão atirar a queima-roupa à criança. "Aliás, a bala seria para mim, que estive mais próxima. Lamentamos o sucedido e esperamos que a sociedade venha a fazer um juízo não muito rigoroso, porque a falecida foi nossa sobrinha", afirmou.

O segundo caso teve por consequência o ciúme, e a vítima chama-se Maria Júlia, de 28 anos de idade, ameaçada de morte há três meses pelo seu esposo, Benjamim, efectivo desmobilizado das FAA, residentes em Viana.

A vítima conta que tudo partiu de um conversa descabida das irmãs do seu marido, que o alertaram haver uma filha com Dona Maria que não era do seu sangue, mas sim de outro homem, desconhecido pela família.

A partir daquele momento, no mês de Janeiro, a relação de Maria e de Benjamim hibernou numa frieza, com ressentimentos e ameaças de morte.

Maria revelou que o seu marido tem dormido com um revólver debaixo da almofada e, sempre que tenta retorquir a uma conversa, ele se motiva a partir para as discussões, com a pistola nas mãos.

"Sinto-me constrangida e penso abandonar os filhos que tenho com ele, caso a situação não abrande", alertou.

Carlos Pedro, psicólogo, considera a situação conturbadora, uma vez tratar-se de indivíduos que serviram a Pátria, sendo que muitos destes foram relegados pelos seus familiares, enquanto outros vivem perseguidos pelas sequelas que, há mais de 28 anos, tiveram de suportar.

"Devemos ajudá-los, criando centros de restauração motivadora ou internarmos os que apresentarem problemas avançados", sugeriu Carlos Pedro.

## 9.3 Fuga ao fisco no Cunene preocupa as autoridades

*Jornal de Angola*

*12 de Junho de 2012*

O comando da Polícia Fiscal na província do Cunene registou, nos últimos sete dias, vários casos de fuga ao fisco no posto fronteiriço de Santa Clara, município de Namacunde, disse ontem ao Jornal de Angola o porta-voz local da Polícia Nacional.

O superintendente-chefe Salvador dos Santos informou que a corporação efectuou uma micro-operação, que resultou na apreensão de diversas mercadorias contrabandeadas, entre as quais 919 telemóveis, 869 carregadores, várias caixas de calçado e de bebidas alcoólicas.

Salvador dos Santos explicou que, para não pagarem as taxas aduaneiras, muitos cidadãos fazem compras em grande quantidade na Namíbia e repartem a mercadoria em pequenos volumes, que transportam sucessivamente de bicicleta.

A micro-operação, disse Salvador dos Santos, permitiu ainda apreender duas viaturas com matrículas falsas, que transportavam mercadorias diversas sem cumprir as formalidades aduaneiras e 275 litros de gasolina.

Entretanto, a Polícia de Trânsito no Cunene registou 84 infracções, que resultaram na aplicação de igual número de multas, na apreensão de cinco viaturas e na retenção de 77 cartas de condução. O superintendente-chefe Salvador dos Santos calculou em 927 mil kwanzas o valor das multas cobradas

durante os últimos sete dias, por diversas infracções ao Código de Estrada.

Segundo o porta-voz da Polícia Nacional na província do Cunene, a corporação registou, durante o período em referência, 32 crimes e deteve 24 indivíduos suspeitos de envolvimento na prática dos delitos. O oficial da Polícia Nacional disse que os crimes foram cometidos maioritariamente nos municípios do Kwanhama, ombadja e Namacunde, e consistiram em roubo de gado, auxílio de imigração ilegal, posse ilegal de arma de fogo, ofensas corporais, ameaças, burla, aborto provocado e injúrias contra agentes da corporação.

#### 9.4 Crime com armas preocupa a Polícia

*Jornal de Angola*  
19 de junho de 2012

A Comissão Nacional de Desarmamento da população Civil anuncia, no mais recente relatório, o aumento de crimes em Luanda com recurso a armas de fogo.

O relatório também sublinha que a quantidade de armas entregues e recolhidas ainda está longe das previsões. A comissão refere que, entre os dias 6 e 12, foram cometidos 79 crimes de natureza diversa com recurso a arma de fogo, mais 16 do que em idêntico período imediatamente anterior.

O recurso a armas de fogo no cometimento de crimes, afirma o relatório datado do dia 13, sugere que ainda há elevadas quantidades desses meios em posse ilegal de cidadãos. No período em análise, a Polícia Nacional recolheu 35 armas, mais sete que no período anterior, resultante de micro-operações realizadas pelas divisões do Cazenga, Samba, Viana, Cacuaco, Rangel, Kilamba Kiayi, Maianga, Ingombota e Sambizanga.

Recentemente, o comissário-chefe Paulo de Almeida afirmou que a Comissão Nacional para o desarmamento da População Civil vai intensificar as suas acções de desarmamento coercivo aos cidadãos em posse de armas em todo o país.

Segundo Paulo de Almeida, as acções serão realizadas em todas as províncias, com destaque para Luanda, onde nos últimos tempos tem havido um aumento da violência com armas de fogo e é a região em que são recolhidas mais armas de fogo de forma coerciva.

Desde o começo do desarmamento em 2008, foram já recolhidas mais de 86 mil armas.

O trabalho das forças policiais continua por haver, no país, mortes com armas de fogo entre a população.

#### 9.5 Cella regista casos de violência doméstica

*Jornal de Angola*  
19 de junho de 2012

A Cella registou, entre Janeiro e Maio, 44 casos de violência doméstica, mais 12 do que mesmo período do ano passado, disse a chefe de secção municipal da Família, Promoção da Mulher, Antigos Combatentes e Assistência Social.

Ana Alpoim afirmou que os casos, todos resolvidos pela instituição, eram relacionados com fuga à paternidade, ofensas corporais, abandono de lar e incumprimento de pagamento de mesadas.

Apesar do aumento de número de casos; referiu a responsável, a aprovação da Lei contra a Violência Doméstica é um passo em frente na harmonização das famílias e da sociedade em geral, pois consolida os mecanismos de contenção deste tipo de infracções.

A secção municipal, declarou, assiste 1.243 pessoas vulneráveis, entre idosos, órfãos e portadoras de deficiências.

Além disso, tem registado 269 antigos combatentes ascendentes, viúvas e órfãos de guerra e apoia 21 crianças acolhidas e assistidas no único centro infantil do município da Cella.

##### Ferramentas de trabalho

A secção municipal tem promovido várias acções de assistência aos beneficiários, como aconteceu recentemente com a entrega de 900 chapas de zinco a 60 deles para cobrirem as casas. Ana Alpoim salientou a importância de se distribuírem instrumentos de trabalho aos assistidos pela secção municipal para lhes permitir ganharem o sustento e das famílias e não dependerem exclusivamente das pensões. Muitos assistidos, disse, são saudáveis e podem exercer atividades socialmente úteis, desde que disponham de ferramentas que lhes permitam produzir algo que lhes aumente os rendimentos. A secção municipal, afirmou a diretora, recebe diariamente pedidos de assistidos que querem ferramentas de trabalho, sobretudo de carpintaria, serralharia e para eletricidade de baixa tensão.

Falta de meios

A chefe de secção referiu estar preocupada com a falta de meios de locomoção para os assistidos portadores de deficiências físicas.

O problema, lamentou, arrasta-se há muito tempo e as autoridades municipais não o conseguem resolver por falta de meios no mercado local, o que obriga muitos assistidos adiarem o sonho de estudarem.

Sobre o pagamento de pensões, garantiu que estão em dia até Abril e as referentes a Maio estão em fase de regulamentação.

O único problema neste capítulo, relaciona-se com as pensões, do último trimestre e o 13<sup>a</sup> mês de 2009, cujo processo está a ser resolvido pelas estruturas centrais.

## 9.6 Um buraraco na parade de um cyber

*A Capital*

*23 de Junho de 2012*

Se os riscos estão sempre à espreita para os transeuntes, os estabelecimentos comerciais não escapam dos vorazes apetites de quem um dia elegeu a criminalidade como a via mais rápida e fácil para ganhar a vida.

Na chamada rua dos senegaleses, no interior do mesmo bairro, um cyber-café foi assaltado na madrugada desta terça-feira, 19. Os assaltantes perfuraram uma parede antes de se Jazerem ao interior do recinto comercial. Desta vez, segundo um dos funcionários do espaço, que diz respirar de algum alívio, os marginais levaram apenas uma máquina fotográfica.

É que não se trata da primeira vez que local é alvo de assaltos. Contas feitas ao número de assaltos já registados dão conta do roubo de sete computadores.

"Houve vezes em que os marginais apareceram armados em pleno dia e assaltaram-nos", revelou um outro funcionário, acrescentando que as queixas apresentadas à Polícia aguardam ainda por uma resposta das autoridades policiais locais.

O presidente de uma das comissões de moradores do bairro Rocha Pinto, cujo nome omitimos por razões óbvias, não teve pejo nenhum em admitir à nossa reportagem que a criminalidade recrudescer nos últimos dias, mesmo com alguma presença policial numa zona conhecida como Paragem do Triângulo,

onde geralmente se registavam os mais espetaculares assaltos.

Contrariamente ao que muitos moradores disseram, aquele morador defende que os grupos marginais provêm, sobretudo, do bairro Prenda e semeiam o pânico e terror naquelas paragens.

"Parece que nunca estamos protegidos nem mesmo com as portas e as janelas gradeadas ou com as paredes feitas de betão armado", reflectiu o líder de uma das comunidades daquele que é um dos mais antigos bairros periféricos da capital.

Simão Cossi, presidente da comissão de moradores do sector I da área da Kapipa já perdeu a conta dos assaltos e outros crimes testemunhados. "Não podemos circular livremente", afirmou. E acrescentou: "os senegaleses são os que mais sofrem. Até de dia não escapam", lamentou.

## 9.7 Senhores do crime encontraram poiso

*A capital*

*23 de Junho de 2012*

O franquear a porta da humilde residência que ocupa há pouco mais de um ano bem no interior do bairro Rocha Pinto, o jovem Odair Xavier, de 27 anos, confrontou-se com uma realidade algo inimaginável: uma enorme abertura na chapa que cobre a casa, bem no lado do seu quarto e os seus haveres roubados.

Tudo aconteceu na madrugada do dia 15, por isso é algo recente, pelo que está ainda a ser difícil refazer-se do enorme choque.

E não é para menos: "encontrei a casa totalmente desarrumada. Inicialmente, pensei que tinha entrado errado na casa, mas pouco depois percebi que tinha sido vítima de um assalto", reconheceu. Há alguns dias que Xavier se ausentara de casa em cumprimento de uma missão laboral, ausência que foi notada pelos amigos do alheio que, por isso, decidiram agradecer-lhe com uma visita de cortesia.

E, claro está, não foram nada perdulários: de uma só assentada, de forma impiedosa, levaram um televisor, uma arca, um gerador elétrico e uma botija de gás butano, bens pessoais que o mesmo adquirira com muito esforço e que agora, reconhece, terá de penar bastante para readquiri-los. "É como começar tudo do zero", lamentou. Xavier não descarta, porém, a possibilidade de abandonar aquela residência após mais este duro golpe.

É que se trata da segunda vez que o mesmo passa por este calafrio. Na primeira vez, que foi há um mês, recorda, os assaltantes, que diz tratar-se de uma rapaziada identificada do bairro, além de destruírem o vidro da sua viatura, "levaram também os meus documentos pessoais".

Por isso, calcula que se tratam das mesmas que se fizeram ao interior da sua pequena residência para mais este assalto. "A continuar assim", disse agastado, "vou-me embora para uma casa mais segura".

A mesma história de Odair Xavier tornou-se, nos últimos tempos, tem servido também para alimentar a dor de milhares de moradores daquele bairro do distrito da Maianga.

Os casos que se contam, se bem vistos, são de arrepiar, mas é a realidade com que aquela gente tem que lidar todos os dias. O funcionário público Herminio João, de 25 anos, residente há oito anos naquelas paragens, reconhece que a criminalidade "é o prato de todos os dias" e que não há "como escapar dela".

Diariamente, quando menos se espera, todo o morador pode ser uma potencial vítima. E não raras vezes mortal.

O risco, este, está sempre à espreita. "Há muito que já não se faz sentir o trabalho de patrulhamento da Polícia no bairro", lamentou Herminio João, concordando com os clamores dos demais moradores do bairro de que o crime tem subido em espiral.

Os gritos daquela gente se fazem ouvir lancinantes. Uma das principais reclamações é a instalação de unidades móveis da Polícia nas chamadas zonas mais 'endémicas' em criminalidade. Aos 24 anos, Daniel Dijone não mais sabe se ri ou chora. Recentemente, por exemplo, três homens fortemente armados irromperam pelo interior da sua residência a partir do tecto e levaram os computadores, telefones móveis ainda 100 mil dólares, dinheiro que preparava para o depósito no dia seguinte.

Brada aos céus por os meliantes terem li poupado a vida dos membros da família, mas reconhece, por outro lado, que a situação tem andado insustentável. Daí o apelo: "a Polícia tem de fazer muito mais, colocando mais agentes nas ruas, sobretudo no período noturno", por tratar-se "do momento em que os biltres procuram fazer o maior número de vítimas.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Madeiros sem dinheiro exigem ordem na exploração das florestas

*Novo jornal*

*8 de junho de 2012*

Madeiros e industriais da madeira são incapazes de compartilhar com o mínimo de 10% exigido pela banca nacional para o financiamento de projetos ligados ao sector florestal, revelou ontem, em Luanda, o seu representante, José Veríssimo.

Este responsável discursava na abertura do encontro nacional que reuniu governantes e empresários do sector, tendo em vista o relançamento da fileira da madeira, mobiliários e afins.

Nesse sentido apelou à sensibilidade das autoridades para encontrar as melhores vias de financiar projetos, visto que na sua maioria estão descapitalizados.

"Urge a necessidade de pensar-se em outros mecanismos, como o accionamento de linhas de crédito externas ou mesmo a fundo perdido como aconteceu noutras paragens", defendeu José Veríssimo.

"A maior parte dos agentes económicos deste sector debate-se com problemas graves, necessitando da mão do Estado para a sua capitalização, alavancando desta forma a nossa actividade", acrescentou.

O também empresário do sector madeiro disse 'que a sua organização acolha de bom grado a intenção do Executivo pretender relançar a fileira de madeira, mobiliário e afins, mas refere que o processo caminha a duas. Velocidades, entre os ministérios da Geologia e Minas e da Indústria e o da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, cuja missão é a sua materialização.

"Deve-se caminhar de forma articulada, sob pena de criarmos mais 'elefantes brancos'. Estamos esperançados que a implementação dos projectos previstos no referido programa proporcionará um alento à implementação e desenvolvimento da indústria madeira de Angola", sublinhou.

Numa referência ao sector florestal, José Veríssimo defendeu a necessidade de reorganização, através de um "sério envolvimento" na organização nacional daqueles que diretamente fazem da floresta o seu campo de trabalho. "Precisamos de uma parceria sólida e coesa entre o Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF) e as associações empresariais. Isto passa pela atribuição de um papel mais interventivo

do IDF, que em abono da verdade muitas vezes atuam à margem da lei. Desta forma tornamo-nos presas fáceis da teoria da gasosa, senão mesmo participes em operações que lesam os interesses do país", acentuou José Veríssimo.

Para o efeito pediu a formação dos agentes florestais, com Posterior atribuição de meios rolantes e um estatuto remuneratório condigno que lhes afaste da corrupção.

Em resposta, o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Pescas, Pedro Canga, acusou os empresários madeiros de incumprimento das normas de exploração florestal, admitindo no entanto, que o sector precisa de muitos investimentos.

"Quantas vezes registamos o incumprimento das normas de exploração florestal e assistimos alguns operadores a ultrapassarem as quotas de previstas e ao corte de espécies não declaradas nas licenças?", questionou o governante.

Canga assinalou também que várias foram as ocasiões em que os madeiros fugiram ao fisco aquando do transporte de madeira sem a competente guia.

Mesmo assim, manifestou o empenho do Governo para junto das autoridades provinciais identificar empresários com capacidade técnica e organização aceitável de absorver parte dos financiamentos previstos para o sector madeiro. "O Executivo está a fazer tudo para que O' sector madeiro possa crescer, mas com sustentabilidade", frisou.

#### Exportação de madeira

O ministro Pedro Canga, na sua intervenção, defendeu ainda necessidade do país dispor de capacidade de transformação local da madeira para dispensar a exportação de toros de madeira em bruto. Este facto "contribuiria para criar mais empregos e para a reutilização dos desperdícios".

"Há a necessidade de termos uma indústria de transformação primária, o que significa que devemos nos preparar para deixar de exportar madeira em toros. A transformação primária tem de acontecer no lugar de exploração para criar emprego e para que os desperdícios possam ser aproveitados para outros fins, como o carvão e outros", advogou o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.



## 10.2 Um problema para o meio ambiente

*Semanario factual*

*De 09 ao 16 de Junho 2012*

São considerados resíduos electrónicos ou lixo electrónico os aparelhos obsoletos, como os computadores, os televisores, as geleiras e os telemóveis/ celulares.

a sociedade angolana, o consumo e o constante avanço tecnológico, bem como a obsolescência dos produtos, fazem que a compra e o descarte se dêem de forma cada vez mais veloz.

Segundo especialistas, a África tornou-se num ponto estratégico para o depósito de materiais electrónicos, o que está a apresentar tanto uma oportunidade económica como problemas ambientais e de saúde.

De computadores portáteis inoperativos a danificados e velhos frigoríficos, o negócio de reciclagem de aparelhos electrónicos em Luanda já acontece, dada a existência de componentes substituíveis.

Na capital, a prática da reciclagem já é muito comum, tendo em conta a existência de várias lojas que o fazem. Mas, a grande preocupação reside no descarte seguro destes equipamentos electrónicos, visto não existir, no País, uma instituição capaz de dar um tratamento eficaz a estes produtos electrónicos.

Num périplo realizado pelo Factual a vários pontos da cidade de Luanda, foi possível constatar o descarte anárquico destes aparelhos a céu aberto, pondo em perigo o meio, assim como a saúde pública.

Foi, igualmente, possível saber que a falta de conhecimento sobre os perigos que estes materiais representam e a inexistência instituições especializadas está na base desta situação.

Uma situação muito comum na sociedade luandense tem a ver com a falta de atenção dos pais que permitem às crianças menores manusearem equipamentos electrónicos, como telemóveis deteriorados, baterias, placas, pilhas, entre outros. Esta acção pode levar à intoxicação da criança ou à sua morte.

### O perigo dos meios electrónicos

Nos bens electrónicos, existem um potencial perigoso de elementos químicos que podem pôr em causa a saúde pública, quando estes não sofrem um descarte seguro. Eis alguns dos principais contaminantes presentes nos produtos electrónicos.

### O Arsénico

O Arsénico é um elemento metálico venenoso que se apresenta como pó ou em forma de substâncias solúveis. A exposição crónica ao Arsénico pode provocar doenças de pele e diminuir a velocidade de transmissão dos impulsos nervosos.

A exposição continuada ao Arsénico pode, igualmente, causar cancro de pulmão e, muitas vezes, ser fatal.

### O Cádmi

O Cádmi apresenta um risco de efeitos cumulativos no ambiente, devido à sua toxicidade aguda e crónica.

A exposição aguda à fumaça de Cádmi provoca sintomas de fraqueza, febre, dor de cabeça, calafrios, suores e dor muscular. Os riscos primários à saúde pela exposição a longo-prazo são cancro de pulmão e nos rins.

O Cádmi também pode causar enfisema pulmonar e doença óssea (osteomalacia e osteoporose).

### O CFC's (clorofluorcarbonos)

Clorofluorcarbonetos são compostos de carbono, flúor, cloro, e, por vezes, hidrogénio. Usados anteriormente nas unidades de refrigeração e em espuma de isolamento, não são mais utilizados, pois, quando libertos na atmosfera se acumulam na Estratosfera e têm um efeito nocivo na camada de Ozono, provocando o aumento da incidência de cancro de pele nos seres humanos e em danos genéticos em muitos organismos.

### O Cromo

Cromo e os seus óxidos são amplamente utilizados, devido à sua condutividade elevada e propriedades anticorrosivas.

Enquanto algumas formas de Cromo não são tóxicas, outras, como a de Cromo (VI) conhecida com Hexavalente, são facilmente absorvidas pelo corpo humano e podem produzir vários efeitos tóxicos no interior das células.

A maior parte dos compostos de Cromo (VI) são irritantes aos olhos, à pele e às mucosas. A exposição crónica aos compostos de Cromo (VI) pode causar danos permanentes aos olhos, se não forem devidamente tratados. O Cromo VI pode também causar danos ao AD (código genético).

### O Dioxinas

As dioxinas nunca foram intencionalmente fabricadas, mas formam-se como subprodutos

indesejáveis durante a fabricação de substâncias como alguns pesticidas, bem como durante a combustão.

As dioxinas são conhecidas por serem altamente tóxicas para animais e seres humanos, pois se acumulam no corpo e podem levar a malformações do feto, diminuição da fecundidade e das taxas de crescimento. As dioxinas e os Furanos são uma família de produtos químicos que compreendem 75 diferentes tipos de compostos do tipo dioxinas e 135 compostos relacionados com os Furanos.

#### O Cloreto de polivinila (PVC)

Cloreto de polivinila (pvq é o plástico mais utilizado em electrónica e em aparelhos, utensílios domésticos, tubos, entre outros. O PVC é perigoso porque contém até 56 por cento o cloro que, quando queimado, produz grandes quantidades do gás cloreto de hidrogénio, o qual, combinado com a água, forma ácido clorídrico e é perigoso, pois, quando inalado, leva a problemas respiratórios.

#### O Chumbo

O Chumbo é o metal mais amplamente utilizado nas indústrias. A curta exposição a níveis elevados de Chumbo pode causar vômitos, diarreia, convulsões, coma ou até morte. Outros sintomas são perda de apetite, dor abdominal, constipação, fadiga, insónia, irritabilidade e dor de cabeça.

Exposição excessiva continuada, como num ambiente industrial, pode afectar os rins. É, particularmente, perigoso para as crianças pequenas, porque podem danificar conexões nervosas e causar distúrbios cerebrais.

#### O Mercúrio

O Mercúrio é um dos metais mais tóxicos que ainda são amplamente utilizados na produção de equipamentos electrónicos.

É um metal pesado tóxico que se acumula no organismo, causando danos cerebrais e no fígado, se ingerido ou inalado. O mercúrio aparece altamente concentrado em algumas baterias, interruptores, termostatos e lâmpadas fluorescentes.

#### O Cloreto de polivinila (PVC)

Cloreto de polivinila (pvq é o plástico mais utilizado em electrónica e em aparelhos, utensílios domésticos, tubos, entre outros. O PVC é perigoso porque contém até 56 por cento o cloro que, quando queimado, produz grandes quantidades do gás cloreto de hidrogénio, o qual, combinado com a

água, forma ácido clorídrico e é perigoso, pois, quando inalado, leva a problemas respiratórios.

#### O Selénio

A exposição a altas concentrações de compostos de Selénio causa selenosis. Os principais sinais dessa doença são a perda de cabelo, fragilidade das unhas e alterações neurológicas (como demência e outras sensações estranhas nas extremidades dos membros).

É inegável que o lixo tem sido um dos grandes problemas da cidade capital, mas consiste, igualmente, numa necessidade urgente à criação de instituições e programas para o tratamento seguro dos lixos electrónicos e a ciencialização sobre os perigos que estes acarretam para a saúde pública e o ambiente, no qual pode ocorrer a contaminação dos solos, da água e que podem levar ao desaparecimento da fauna e da flora.

O engajamento comum entre os Ministérios da Educação, do Ambiente, das Tecnologias e da Saúde pode, ajudar na criação de projectos salutareos para um descarte seguro dos materiais electrónicos na sociedade e preservar o ambiente e a saúde pública.

### 10.3 Falta de chuvas no Cunene provoca baixa na produção

*Jornal de Angola*

*10 de Junho de 2012*

Os níveis de colheita da produção agrícola de 2011/2012 na província do Cunene tiveram uma queda na ordem de mais de 40 mil toneladas, devido à escassez da chuva que se registou na região.

A informação foi avançada pelo director do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Porfirio Samaneulo, referindo que a previsão da colheita seria de 72 mil toneladas, mas, devido à escassez de chuvas, só é possível colher cerca de 30 mil toneladas.

A província registou um longo período de estiagem (Setembro de 2011 a Fevereiro de 2012), que destruiu quantidades consideráveis de culturas dos camponeses locais.

"Prevíamos uma colheita bastante satisfatória, a julgar pela preparação de 180 hectares de solos aráveis desbravados e as sementes lançadas à terra", referiu.

A situação é mais crítica nos municípios de Namacunde, Cahama Curoca, devido à escassez de água, pondo em risco a vida da população e do seu gado, uma vez que os criadores começaram já o

processo de transumância das manadas para áreas com pasto.

A província do Cunene é potencialmente agrícola. Pelo menos 91 mil famílias camponesas do Cunene dedicam-se à agricultura, com destaque para o cultivo de cereais como o massango, massambala, milho e leguminosas, segundo o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

#### 10.4 Agressão à floresta preocupa autoridades

*Jornal de Angola*  
20 de junho de 2012

O chefe de brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal (DF) na Cangadala lembrou, Angop que as queimadas e o abate indiscriminado provocam desequilíbrio ambiental e impedem a população de viver num ambiente saudável.

Francisco José referiu a importância da sociedade participar no combate a estas práticas para se poder preservar o ambiente. As queimadas e os abates indiscriminados de árvores, insistiu, desestabiliza o ambiente, pois a arborização contribui para o reavivamento florestal. Para o reforço da protecção das áreas florestais em Cangadala, afirmou, realiza-se, nos próximos dias um encontro com autoridades tradicionais para lhes transmitir formas de impedir a população agredir o meio ambiente.

Angola tem vastas zonas florestais e a sua protecção é ainda débil devido à falta de guardas florestais, o que propicia o abate ilegal de árvores.

O Estado angolano, com a ajuda internacional, realiza um inventário florestal, algo que nunca foi feito mesmo durante o regime colonial português.

#### 10.5 Camponeses vítimas de seca recebem, apoio

*Jornal de Angola*  
25 de Junho de 2012

O governo do Kwanza-Norte apoiar os camponeses afetada pela seca, com alimentação, instrumentos de trabalho e sementes, para a próxima campanha agrícola.

O presidente da UNACA (União Nacional das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias), Paulo Uimi, fez esta revelação na comuna da Canhoca.

Segundo Paulo Uirni, o apoio para colmatar o grau de dificuldades na produção dos camponeses locais, resultantes da estiagem verificada no período da campanha agrícola 2011/ 2012.

Depois de visitar os Campos afectados, o presidente da UNICA disse que as culturas foram na sua totalidade devastadas pela seca, principalmente as de banana, milho e mandioca.

O responsável aconselhou camponeses a aproveitarem os terrenos próximos dos rios, para produção de alimentos.

Paulo Uime disse que as províncias do Kwanza-Sul e Bié foram as mais afectadas pela estiagem, mas todas as condições e tão criadas para a implementação das ajudas.

O presidente Paulo Uime revelou que a UNACA registou, em todo o país, nos últimos tempos, cerca de um milhão de camponeses.

